



# PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

2016-2018

Secretaria de Apoio Social ao Cidadão  
Abril/2017

## **Secretaria de Apoio Social ao Cidadão**

### **Expediente**

Prefeito Municipal

Secretária de Apoio Social ao Cidadão

Alex Santos do Prado – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **Orientação Técnica**

Margarida Maria Maranhão da Silva Pereira – Diretora Departamento de Desenvolvimento Social - SASC

### **Apoio Técnico**

Rogério Sebastião da Silva – Analista de Sistema de Informação Vigilância Socioassistencial

### **Equipe Responsável pela Elaboração Final do Plano**

Alaíde de Oliveira Calassi – Assistente Social – Centro POP

Aparecida Vanda Ferreira e Silva – Assistente Social – Coordenadoria Proteção Social Básica

Celso Luiz dos Santos Soares – Psicólogo – Coordenadoria Proteção Social Especial

Katia Maria Deola – Assistente Social - CRAS Vista Verde

Lucia Elena do Carmo Salviato – Assistente Social – Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial

Mara Lucia da Costa Souza – Assistente Social - CREAS Leste

Maria Conceição Silva – Assistente Social - CRAS Alto da Ponte

Maria José da Silva – Assistente Social – Setor de Convênios

Paola Tais Rodrigues Gomes - Assistente Social - CRAS Parque Santa Rita

Renata Maria de Souza - Assistente Social – CRAS Vista Verde

Telma Sueli Olivieri de Castro - Assistente Social – CRAS Dom Pedro

## Sumário

Apresentação .....	4
1 - Introdução .....	5
2 - Diagnóstico Socioterritorial .....	7
2.1. Conceitos Básicos do Diagnostico Socioterritorial .....	7
2.2. São José dos Campos: Reconhecimento da Cidade, Suas Dinâmicas e Seus Territórios .....	8
2.3 Aspectos Demográficos .....	16
2.4 Aspectos Socioeconômicos.....	19
2.5 Aspectos Sobre Inserção Produtiva .....	21
2.6 Aspectos Sobre Renda .....	22
2.7 Aspectos Urbano E Habitacional .....	24
2.8 Aspectos das Políticas Públicas .....	32
2.9 Marcos e Marcas da Política de Assistência Social em São José Dos Campos .....	38
2.10 Análise dos Setores Socioeconômicos – Dados Censitários .....	55
2.11 Vulnerabilidade Social .....	82
2.12 Proteção Social .....	106
2.13 Controle Social.....	125
2.14 A Construção do Mapa Falado.....	126
2.15 Recursos Financeiros E Humanos .....	137
3. Objetivo Geral.....	144
4. Objetivos Específicos.....	144
5. Diretrizes, Prioridades, Metas e Prazos .....	144
5.1 Gestão Suas .....	145
5.2 Proteção Social Básica .....	150
5.3 Proteção Social Especial.....	153
5.4 Controle Social.....	155
6. Indicadores de Monitoramento e de Avaliação.....	157
7. Referências Bibliográficas e Documentais .....	158
Anexos .....	161

## **Apresentação**

O Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado tendo como subsídio o acervo documental produzido ao longo de anos, a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que conferiu a Assistência o status de Política Pública – Direito do Cidadão e Dever do Estado.

Por sua vez, a construção da Política implicou na normatização das ações e processos a serem implementados nas três esferas de Governo, tendo como base o Sistema Único de Assistência (SUAS) e demais regulamentações.

O documento a seguir começou a ser gestado após a X Conferência Municipal da Assistência Social realizada em julho de 2015, obedecendo em sua elaboração a estrutura estabelecida pela NOB/SUAS/2012.

Na época, a então Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) instituiu a Comissão responsável pelo seu processo de elaboração.

Durante o exercício de 2016, algumas iniciativas na perspectiva da finalização do processo de construção do documento não foram concluídas no tempo previsto.

Com a mudança de gestão da Secretaria em 2017, após alguns meses do início do exercício, o processo foi finalizado pela mesma Comissão que lhe deu origem, e que deverá se tornar público após apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Cabe o registro, de modo a facilitar a leitura do presente PMAS, de que a mudança de tempo/gestão optou por manter fiel seu registro histórico. Daí decorrem as alternâncias de tempos e dados, como a entrega de empreendimentos do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, que em alguns momentos aparecem no documento no ano de 2016, e em outros no tempo presente – 2017. Do mesmo modo verifica-se a nomenclatura das Secretarias dos períodos de gestão 2013/2016 e que foram alteradas na gestão 2017/2020, e ainda outros Programas e Projetos.

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

## 1 - Introdução

A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social está estabelecida no artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, como condição obrigatória para o repasse de recursos de responsabilidade da União, destinados a Assistência Social.

O último Plano Municipal de Assistência Social de São José dos Campos, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, vigorou no período 2007-2009. Não foram estabelecidos novos planos após este período tendo em vista a instituição de plataformas dos governos federal e estadual para registro das informações para o cofinanciamento. A Comissão Intergestora Bipartite do Estado tem reconhecido a pactuação estadual como Plano Municipal de Assistência Social para o cofinanciamento, o que fez com que a maioria dos municípios deixassem de elaborar o PMAS enquanto plano de ação. Somente com o processo do “Capacita SUAS” em 2016, foi identificada esta questão, e assim retomada na discussão do plano municipal conforme estabelecido na NOB/SUAS/2012.

A Norma Operacional Básica 2012 em seu artigo 18, refere que o Plano de Assistência Social “é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social/PNAS na perspectiva do SUAS”.

Nesse sentido, o Plano de Assistência Social de São José dos Campos 2016-2017 se efetiva como um instrumento de planejamento na condução da política de assistência social no município, na concepção do SUAS.

A estrutura do Plano de Assistência Social foi organizada conforme estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 18 da NOB 2012, que também estabelece que sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social.

A elaboração do plano municipal pressupõe como primeiro passo a construção do Diagnóstico Socioterritorial, identificando as vulnerabilidades e potencialidades dos territórios.

A Secretaria de Desenvolvimento Social iniciou, em agosto de 2015, o processo de elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do município e, para subsidiá-lo, contou com a parceria do IPPLAN (Instituto de Pesquisa, Administração e

Planejamento) que disponibilizou a assessoria técnica especializada da empresa Khora Consultoria e Pesquisa Socioterritorial.

O referido processo se desenvolveu com a realização de 10 oficinas e contou com a participação das coordenações das Proteções Básica e Especial, da equipe da Vigilância Socioassistencial, da coordenação do Cadastro Único e de representantes do Conselho Municipal de Assistência Social e do IPPLAN.

No decorrer do processo junto à consultoria houve divisão de tarefas e coube à equipe da vigilância socioassistencial coordenar a construção do diagnóstico socioterritorial, levantamento e análise dos dados de vulnerabilidade dos territórios.

Concomitantemente à construção do diagnóstico, criou-se uma comissão composta por profissionais das Proteções Sociais, Vigilância e Conselho Municipal para pensar nas metas, prioridades e diretrizes a partir de apontamentos do diagnóstico municipal, das deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social, dos apontamentos das reuniões preparatórias à Conferência (Mapa Falado), dos compromissos do Pacto de Aprimoramento do SUAS e outros.

A X Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em julho de 2015, teve como tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", e como lema "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos". A Conferência foi precedida por encontros regionalizados e possibilitou a participação popular, retomando a perspectiva de organização e mobilização social. Utilizando-se da metodologia do "Mapa Falado", detalhado no diagnóstico, esses referidos encontros, possibilitaram o debate da realidade vivenciada nos territórios (regiões de CRAS) e a apresentação de propostas para a superação das possíveis vulnerabilidades identificadas.

Essa comissão se responsabilizou, ainda, pelo desenvolvimento dos demais tópicos que compõem o Plano Municipal, indicados no § 2º do artigo 18 da NOB/12.

## 2 - Diagnóstico Socioterritorial

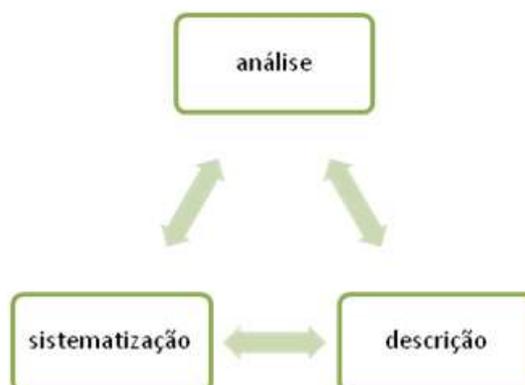
A equipe responsável pela elaboração deste diagnóstico considerou três dimensões de análise: a socioterritorial, a participativa e a operativa, buscando a avaliação dos dados de demandas e ofertas de serviços socioassistenciais existentes no município, mais precisamente, nos territórios de referência. Assim sendo, optou pela análise dos setores censitários, procurando identificar as áreas de maiores graus de vulnerabilidades, comparando-as com a média dos dados gerais do município.

Buscando ampliar essa análise avaliou-se como essencial, a identificação da malha rodoviária e viária, para assim demonstrar a circulação do transporte público urbano, analisando-se o acesso aos serviços já instalados, bem como observar a localização daqueles a serem implantados.

A construção das bases cartográficas apresentadas neste documento foi realizada pelo IPPLAN, partindo-se de indicadores previamente identificados, selecionados e encaminhados pela SDS ao referido órgão.

### 2.1. Conceitos Básicos do Diagnóstico Socioterritorial

Um “diagnóstico socioterritorial” é, antes de tudo, um processo coletivo de construção do conhecimento de uma dada realidade vivenciada por diferentes atores e agentes sociais. Assim sendo, o processo de elaboração de um diagnóstico socioterritorial é um exercício de sistematização, descrição e análise dos territórios estudados.



Um diagnóstico competente precisa expressar uma visão de totalidade da cidade e da gestão da Política de Assistência Social em seus diferentes territórios. Trata-se de um conjunto de informações que possuem articulação entre si, uma costura que vai dando sentido aos diferentes cenários.

O diagnóstico socioterritorial pode ser redimensionado e atualizado a partir do desenvolvimento dos serviços, sobretudo aqueles de referência, com potencial de produção de novos conhecimentos sobre a realidade desvelando situações desconhecidas e propostas de serviços compatíveis.

## **2.2. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: Reconhecimento da Cidade, Suas Dinâmicas e Seus Territórios<sup>1</sup>**

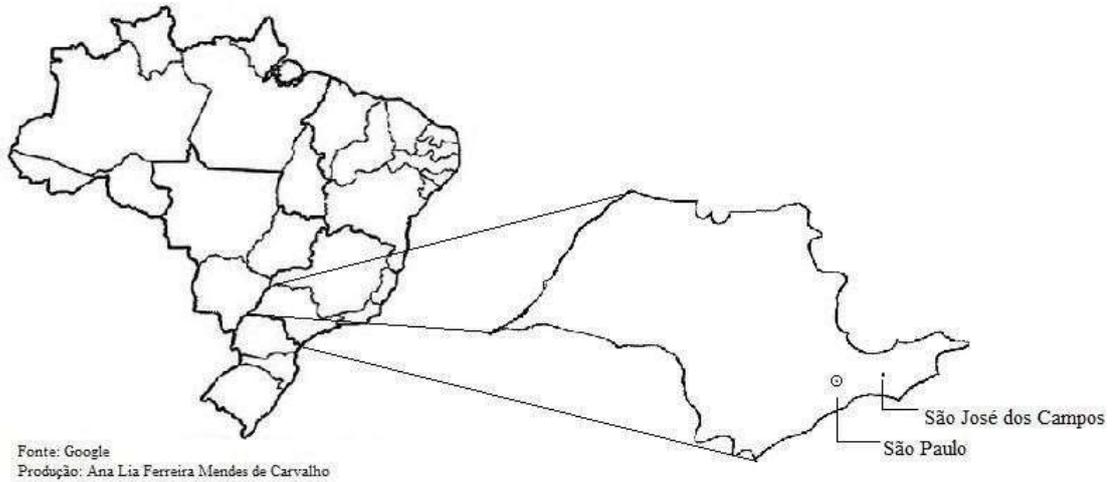
### **2.2.1. Organização Político-Administrativa**

O Município de São José dos Campos está situado a leste do Estado de São Paulo, no médio Vale do Paraíba (Bacia do Rio Paraíba do Sul), constituindo-se como sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Está situado a 600 metros do nível do mar, seu clima é mesotérmico (temperaturas anuais médias de 15 e 20° C) e tem localização privilegiada, ficando a 340 km do Rio de Janeiro e quase equidistante à Capital, às praias do Litoral Norte e às montanhas de Campos de Jordão e cidades do Sul de Minas Gerais, tudo num raio de aproximadamente 90 km.

---

<sup>1</sup> Esta caracterização utilizou informações e dados existentes no Plano Municipal de Saúde (2014/2017), do Plano Municipal de Educação, além de dados do IBGE, MDS e da SDS.

Figura 1 – Mapa de localização de São José dos Campos



A localização da cidade entre as duas principais regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio de Janeiro) e a proximidade do Porto de São Sebastião e Serra da Mantiqueira, vem consolidando o município tanto como um polo industrial de grande porte como também um centro comercial e prestador de serviços para a Região.

Figura 2 – Mapa do município de São José dos Campos - SP

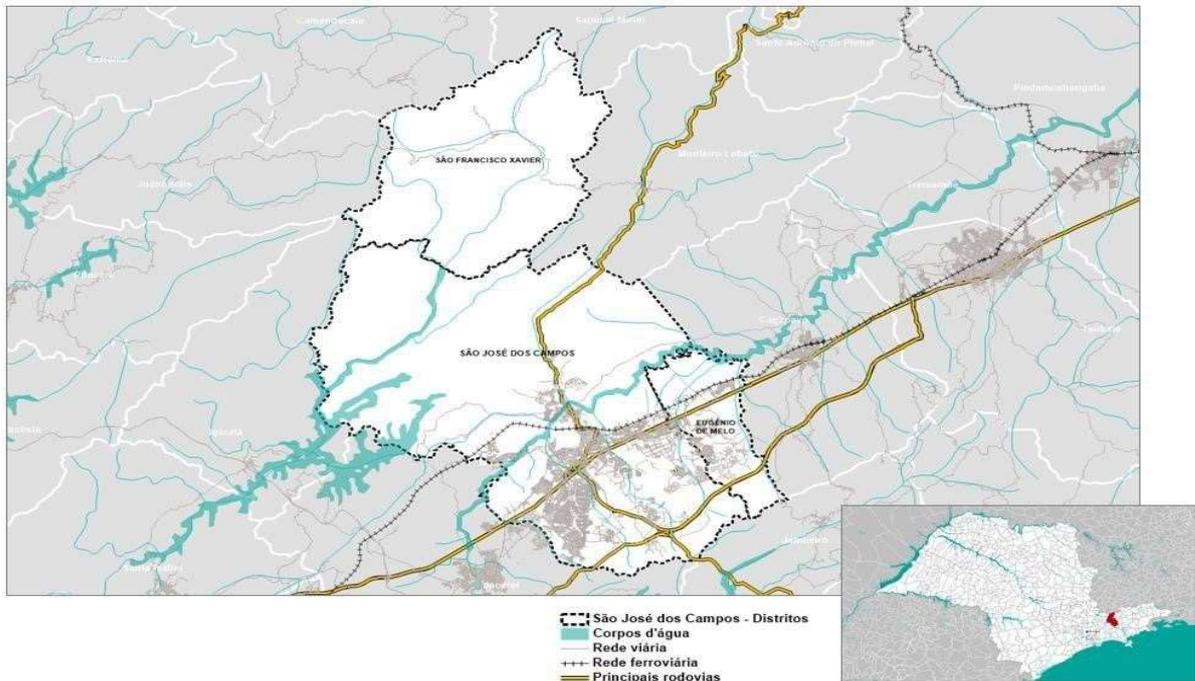


Figura 3 – Mapa da abrangência regional de São José dos Campos - SP



### 2.2.2. Trajetórias Sócio Históricas e Territoriais de São José dos Campos

O histórico de São José dos Campos tem início com a ocupação de seu território no final do século XVI. A partir de meados do século XIX, viveu um ciclo de crescimento econômico com o desenvolvimento da agricultura algodoeira e posteriormente a cafeeira. Em 1871 recebeu a atual denominação de São José dos Campos seguida pela criação da Comarca em 1872.

A cidade passou a ser procurada, desde o início do século XX, para o tratamento da tuberculose pulmonar, devido às condições climáticas supostamente favoráveis. A partir de 1935, São José foi transformada em Estância Hidromineral. Essa “fase sanatorial” marcou tanto a organização espacial quanto a social do município com a introdução de novas profilaxias e meios de tratamento dos doentes tuberculosos. Vindos de cidades como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, esta última, capital federal na época, se dirigia para o município devido principalmente a crença que o afamado clima da cidade poderia proporcionar a cura da doença o que a tornaria conhecida como "Cidade Esperança". Esta crença era principalmente fundamentada em uma ideia muito difundida pela medicina do séc. XIX que acreditava nos efeitos terapêuticos do clima sobre algumas doenças.

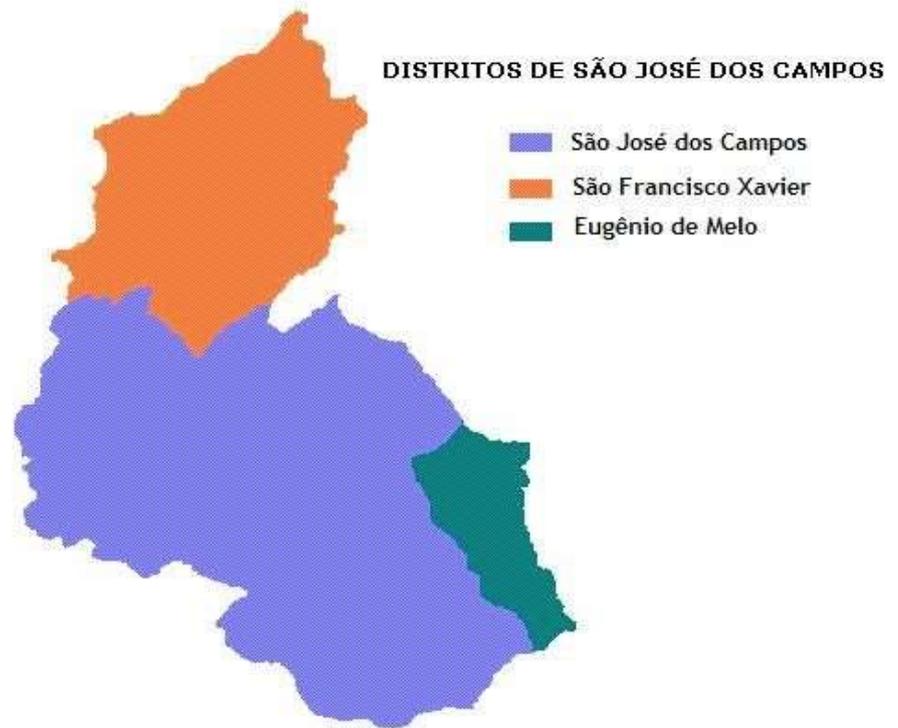
Neste contexto, verificou-se o crescimento do fluxo migratório, caracterizado pela procura de amparo médico e assistência filantrópica. Nesta fase surgem no município os primeiros abrigos para crianças, denominados orfanatos. O primeiro teria surgido em 1934, Éden Lar das Crianças. Em 1943 surge o Internato Casa Santa Inês para atender os filhos dos tuberculosos em tratamento no Sanatório Maria Imaculada. O fim da era sanatorial se iniciou com a mudança da forma de tratamento da doença, que passou a ser tratada ambulatorialmente.

Outro ciclo importante foi o processo de industrialização do município que foi impulsionado com a instalação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA), em 1950. A inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, facilitou a ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo e ajudou a atrair indústrias de grande porte nas décadas de 1960/1970.

O território do município abrange uma área de 1.102 km<sup>2</sup> (conforme Resolução nº 24 de 25/07/97 – IBGE), destes 52,36% são de proteção ambiental. Cerca de 70% do município está localizado ao Norte da Rodovia Presidente Dutra, sendo constituído por montanhas, serras e picos. A parte Sul, com cerca de 30% do território, apresenta relevo brando e suave, formado por um imenso planalto, composto de uma série de platôs entrecortados de pequenos vales, com extensão de 120 km<sup>2</sup> onde se concentra grande parte da população urbana do município.

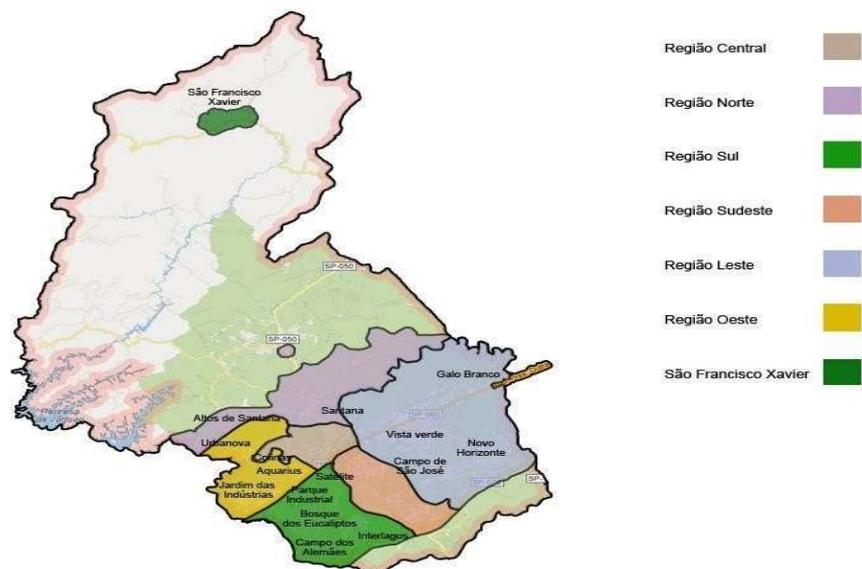
São José dos Campos é constituído por três distritos: Sede (São José dos Campos), Eugênio de Melo e São Francisco Xavier e subdividido administrativamente em 6 regiões sendo: Centro, Sudeste, Oeste, Norte, Leste e Sul. As regiões Leste e Sul são as que concentram maior número de habitantes.

Figura 4 – Mapa dos Distritos de São José dos Campos - SP



A organização das regiões geográficas urbanas (setores socioeconômicos do Município) está normatizada pela Lei Complementar Municipal 428, de 9 de agosto de 2010 e estão identificadas na figura a seguir.

Figura 5 – Mapa das regiões geográficas de São José dos Campos



Nesse percurso sócio histórico e territorial, a configuração atual de São José dos Campos revela uma cidade paradoxal ou marcas, em que a tradicional cultura caipira e rural convive com o parque industrial e tecnológico associados à instalação de áreas de segurança militar, como o Centro Tecnológico da Aeronáutica – CTA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Certamente estes cenários interferem diretamente nas dinâmicas socioterritoriais da cidade, em que a configuração dos distritos de São Francisco Xavier e Eugênio de Melo, bem como a instalação do parque tecnológico merecem serem registrados neste Diagnóstico Socioterritorial.

#### **2.2.2.1.Os Distritos de São Francisco Xavier e Eugênio de Melo**

A origem de São Francisco Xavier está ligada ao fato de a localidade ter sido passagem e pouso de tropeiros que vinham de Minas Gerais para comercializar seus produtos em São José dos Campos.

O Distrito foi criado oficialmente por meio da Lei Estadual nº 59, de 16 de agosto de 1.892. Por longo tempo a economia de sobrevivência foi exclusivamente à agropecuária. Situado ao norte do município, com 322 km<sup>2</sup> de área, São Francisco Xavier possui uma paisagem privilegiada, com fortes declives e grandes altitudes cuja culminância é o Pico de Selado, com 2.082 metros, de onde se avistam as cidades vizinhas, compondo um relevo harmonioso de montanhas e vales. Está a 720 metros de altitude e a uma distância de 54,8 km de São José dos Campos. Ainda mantém a característica de um pequeno povoado do interior, estando perfeitamente integrado ao seu modo de vida, inclusive com a manutenção de algumas tradições tais como: o artesanato típico da região e festas religiosas que atraem um número expressivo de pessoas.

O Distrito é considerado uma Área de Proteção Ambiental Federal, por fazer parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. São Francisco Xavier agora também é APA Estadual (Área de Proteção Ambiental) pela Lei nº 11.262, de 8 de novembro de 2.002.

São Francisco Xavier é destino turístico, possuindo muitas pousadas e chácaras de veraneio. Atrai o turismo devido tanto pela paisagem e clima de montanha, como por possuir várias trilhas para caminhadas e para “mountain bike”. Também atrai os interessados em turismo de aventura, pois possui uma rampa de voo livre e vários pontos com altitudes apropriadas para praticar “paraglider”. Conta ainda com diversos rios e córregos apropriados para a canoagem.

Devido sua característica rural possui parte da população residindo em bairros isolados, de difícil acesso. Este isolamento causa dificuldades de acesso aos serviços das políticas públicas, acentuado pela falta de transporte público. Considerando a distância da sede do município, por vezes os moradores se deslocam para cidade vizinha de Monteiro Lobato (20,2km) em busca de serviços públicos.

Figura 6 – Ilustração de localização do Distrito de São Francisco Xavier



Já o Distrito de Eugênio de Melo, com 96 Km<sup>2</sup> de área, apresenta algumas peculiaridades no cenário Joseense. Esta região teve no final do século XIX um papel importante na economia do município. Isto porque, do local, eram exportadas grandes quantidades de café, cultivados na região. Este fato deu origem a Vila que recebeu a denominação de Nossa Senhora dos Cafezais, levando a construção de uma Estação Ferroviária inaugurada a 28 de agosto de 1877, para viabilizar as exportações.

O povoado passou uma série de dificuldades, como a geada ocorrida por volta de 1881, que destruiu 60% dos cafezais. Este acontecimento provocou a substituição gradual da cafeicultura por outras lavouras. Eugênio de Melo passa por um período de crescimento econômico, ao ser construída a Estrada de Rodagem Rio/São Paulo em 1924, que por cortar sua área urbana beneficiou o comércio local.

Essa nova via de acesso trouxe uma maior mobilidade à população, através das linhas de ônibus, que puderam ser criadas vindas de cidades vizinhas em direção a São José dos Campos.

O Governo do Estado, a fim de controlar com maior eficácia o progresso da região baixou o Decreto Estadual 6.638, de 31 de agosto de 1934, criando o Distrito de Eugênio de Melo, permitindo à Administração Municipal atender as reivindicações da população.

Como recordação de seu passado cafeeiro, o Distrito de Eugênio de Melo ainda conserva a velha estação ferroviária — apesar de desativada e decadente — e a sede da Fazenda Galo Branco. Ao que sabe, a partir de 1960 começaram a pipocar as primeiras indústrias, ampliando o mercado de trabalho e em decorrência desenvolvendo a infraestrutura local e equipamentos para uma população que, cada vez mais, assume aspectos urbanos. Esses fatores fizeram com que o Distrito muito perdesse de suas características iniciais.

A estação de Eugênio de Mello foi inaugurada em 1898. A original era de madeira, e, de acordo com o relatório da Central do Brasil de 1925, nesse ano "a estação foi reconstruída em alvenaria", mesmo estando fora do trecho que foi retificado em São José dos Campos. O nome era uma homenagem a Eugênio Adriano Pereira de Cunha e Mello, diretor da Central do Brasil de 1889 a 1891. Até os anos 1990 o seu terminal de contêineres era ainda utilizado pela fábrica da General Motors, próxima à estação.

Um majestoso e imponente jequitibá-vermelho, com idade aproximada de 500 anos, pode ser visto na margem esquerda da Estrada Velha que liga o *Distrito de Eugênio de Melo* (em São José) ao município de Caçapava (sentido São José – Caçapava). A árvore que se transformou em um dos símbolos da defesa do meio ambiente de São José, foi declarada imune de corte em 1993, e, para protegê-lo de vândalos, a Prefeitura construiu uma proteção especial para o mesmo.

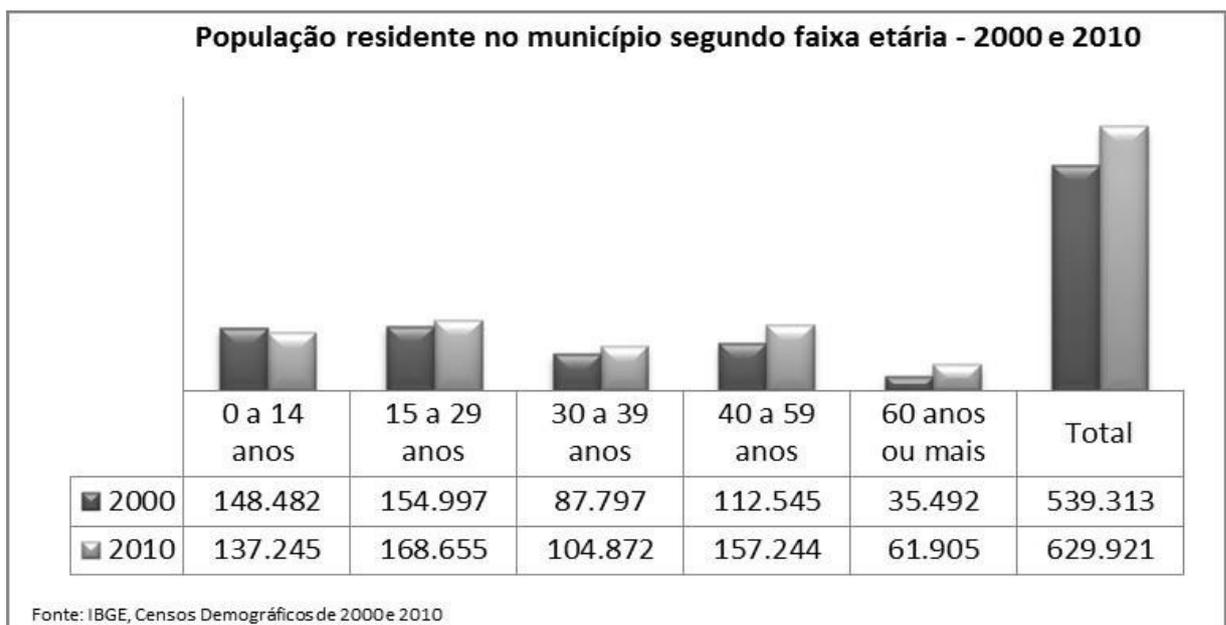
### 2.3. Aspectos Demográficos

Coincidente com o processo de envelhecimento populacional que se verifica tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, também em São José dos Campos se verifica o aumento da proporção de idosos – 60 anos ou mais – na população (6,6% em 2000 e 9,8% em 2010) confirmando o processo de envelhecimento do Joseense, a exemplo do que houve no Brasil.

Na outra ponta, o segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de - 0,78% ao ano. Crianças e jovens detinham 27,5% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 148.482 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 21,8% da população, totalizando 137.245 habitantes.

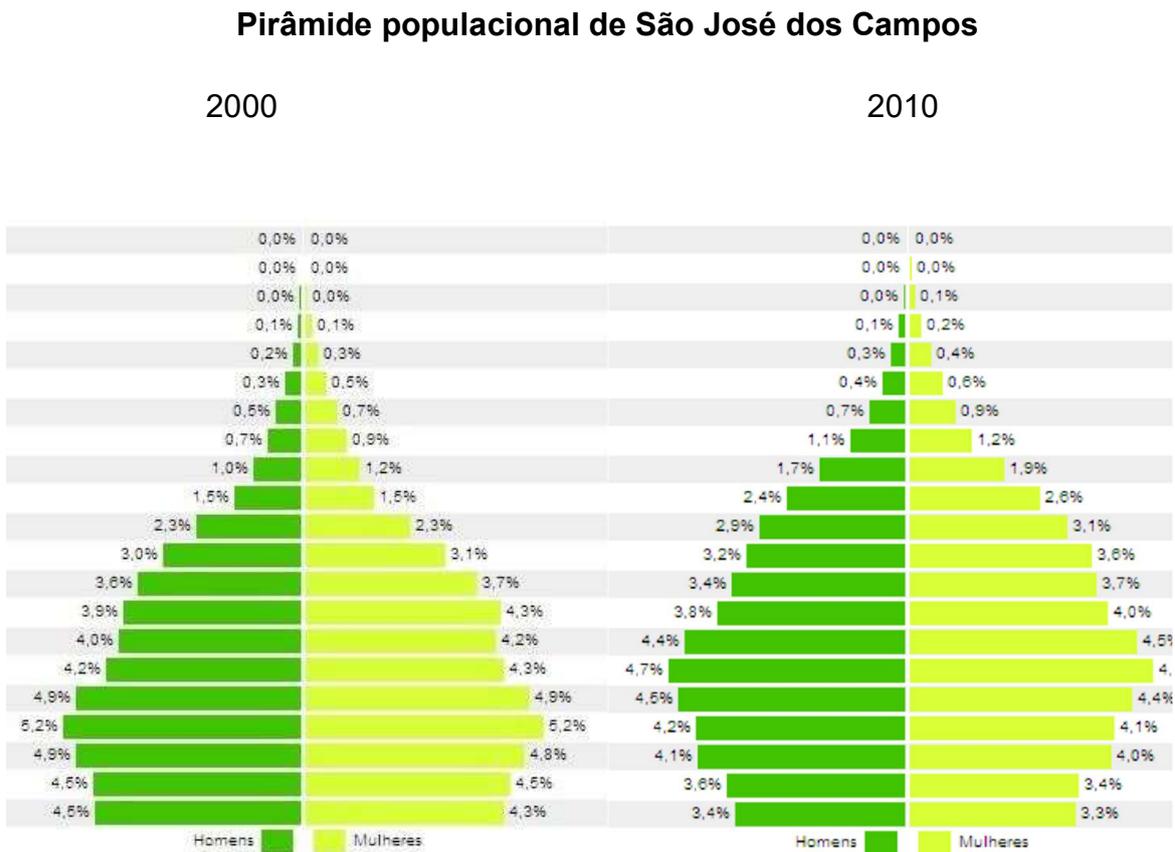
Verifica-se que a população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,94% ao ano), passando de 355.339 habitantes em 2000 para 430.771 em 2010, representando 68,4%.

Figura 7 – Gráfico Comparativo da Distribuição População por Faixa Etária – 2000/2010



A comparação da estrutura por faixa etária e sexo da população de São José dos Campos em 2000 e 2010 (Figura 8), segundo o Censo do IBGE, mostra o avanço do estreitamento da base da pirâmide populacional (menor proporção de jovens). Isto é resultado do fenômeno já mencionado e da queda da fecundidade (2,3 filhos por mulher em 1991, 2,1 em 2000 e 1,6 em 2010).

Figura 8 – Pirâmide Etária 2000/2010



Fonte: Censo IBGE.

A esperança de vida ao nascer, que expressa o número médio de anos que se esperaria que um recém-nascido vivesse, representa uma medida sintética da mortalidade. O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população.

Em São José dos Campos a esperança de vida ao nascer passou de 70 anos em 1991, para 73 anos em 2000 e chegou em 76 anos em 2010, sempre acima dos resultados do Estado de São Paulo para o mesmo período. Dados do DATASUS (2013) apontam um total 9.555 nascimentos em São José dos Campos.

Cabe observar que dados do IBGE indicam, desde 1960 uma tendência de queda na taxa de natalidade e pesquisas apontam que em 1970, as brasileiras tinham, em média, 5,8 filhos, hoje, esse número não chega a 2. Ainda segundo o IBGE, a proporção de famílias formadas por casais sem filhos cresceu 33% no Brasil entre 2004 e 2013.

Em 2000 a população de São José dos Campos era de 539.313 habitantes (Censo IBGE, 2000). A razão de masculinidade era de 977 homens para 1.000 mulheres e a razão de dependência era de 46,9%. Em 2010, a população do município cresceu para 629.921 habitantes (Censo IBGE, 2010), a razão de masculinidade caiu para 961 homens para 1.000 mulheres, a razão de dependência caiu para 38,90%.

A razão de masculinidade é o número de homens de uma população por mil mulheres da mesma população. À medida que a população envelhece, a razão de masculinidade tende a diminuir desde que na região a composição da população não tenha sido modificada por importantes migrações.

A razão de dependência é a relação entre a soma do número de habitantes com menos de 15 anos e de 65 e mais anos no numerador, e o total de habitantes entre os 15 e 64 anos, no denominador. Quanto maior for essa relação, mais pessoas potencialmente inativas são sustentadas por pessoas potencialmente produtivas economicamente.

A taxa de crescimento populacional entre os censos de 2000 e 2010 foi de 1,57% ao ano. Pode-se ver na tabela 1 que a região Oeste e o Distrito de São Francisco Xavier tiveram o maior crescimento populacional proporcional, embora as regiões que tiveram maior aumento de número de residentes tenham sido a Leste e a Sul. A taxa de urbanização estabilizou-se; em 2000 foi de 97,7% e em 2010 ficou em 97,6%.

Tabela 1

**População por região urbana de residência  
São José dos Campos em 2000 e 2010**

Região urbana oficial*	2000	2010	Variação (%)
<b>Centro</b>	70.701	72.115	2,0
<b>Leste</b>	136.274	160.990	18,1
<b>Norte</b>	55.157	59.800	8,4
<b>São Franc. Xavier</b>	833	1.342	61,1
<b>Oeste</b>	25.294	41.163	62,7
<b>Sudeste</b>	38.792	45.800	18,1
<b>Sul</b>	200.025	233.536	16,8
<b>População Urbana</b>	527.076	614.746	16,6
<b>População Rural</b>	12.237	15.175	24,0
<b>População Total</b>	539.313	629.921	16,8
<b>Taxa de Urbanização (%)</b>	97,7	97,6	

Fonte: IBGE - Censos demográficos de 2000 e 2010.

\* Adequada à Lei Complementar 428/10.

## 2.4. Aspectos Socioeconômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José dos Campos foi 0,807, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1).

Figura 9 - Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano – Região Vale do Paraíba e Litoral Norte

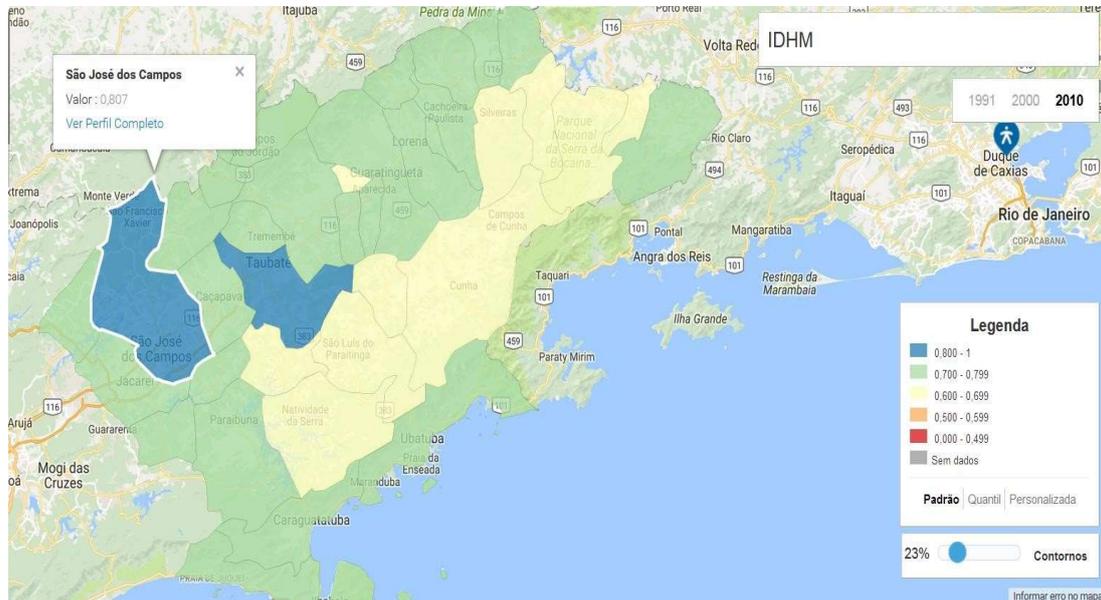
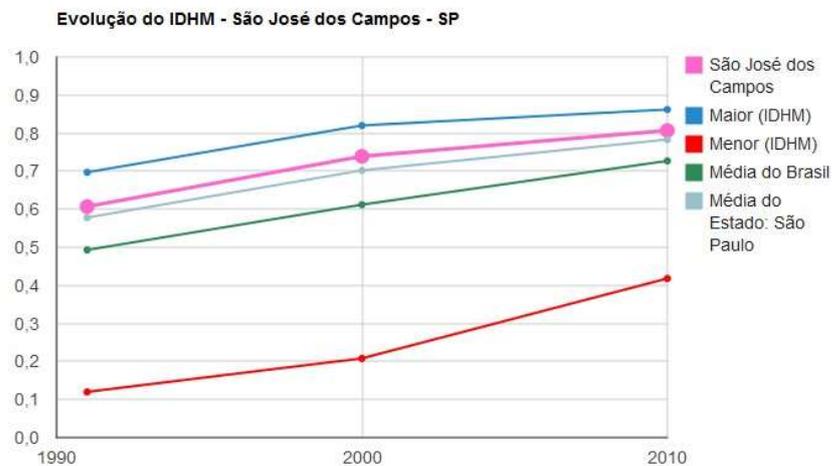


Figura 10 – Evolução IDHM – 1990/2000/2010



Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,109), seguida por Longevidade e Renda. Esse crescimento já havia sido observado no período entre 1991 e 2000, com um crescimento em termos absolutos de 0,246, seguida por Longevidade e por Renda. O IDHM de São José dos Campos mantém-se acima da média do Brasil e do São Paulo.

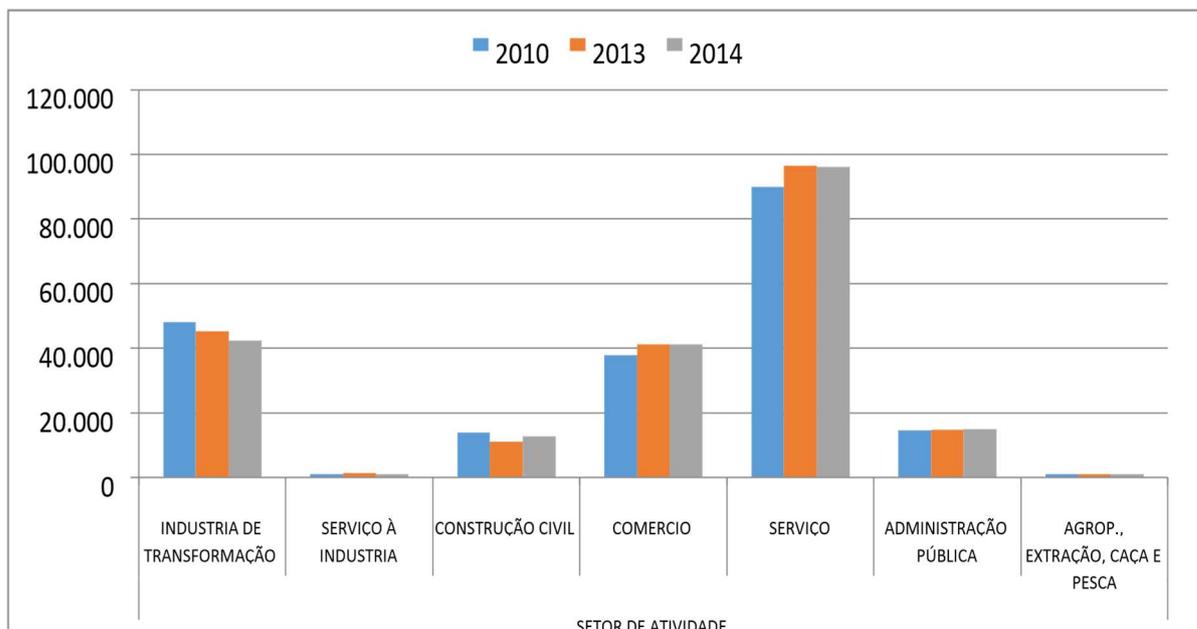
## 2.5 Aspectos sobre Inserção Produtiva

Entre 2000 e 2010, a população economicamente ativa (PEA) acima de 18 anos de idade passou de 68,91% em 2000 para 70,71%. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,25% em 2000 para 7,11% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 1,18% trabalhavam no setor agropecuário, 1,28% na indústria extrativa, 14,66% na indústria de transformação, 9,62% no setor de construção, 1,07% nos setores de utilidade pública, 14,51% no comércio e 50,76% no setor de serviços.

O setor de Serviços concentra o maior volume de empregos formais, com 96.235 postos de trabalho em 2014, seguido pelo setor Indústria de Transformação com 42.485 postos, apesar da redução no número de vagas. O setor de Comércio vem crescendo anualmente e em 2014 ficou em terceiro lugar com 41.157 postos. Juntos os três setores concentram 85,74% do total de empregos formais do município.

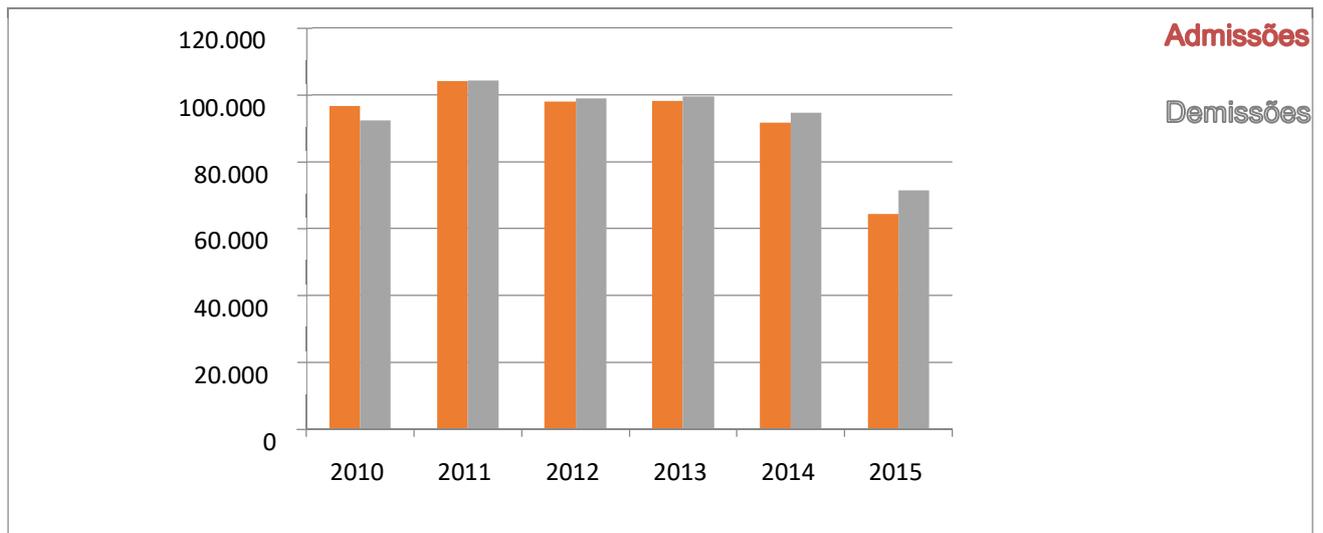
Figura 11 – Gráfico comparativo da distribuição dos postos de trabalho por setor da economia. São José dos Campos (2010, 2013 e 2014)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/TEM

Se observarmos os anos entre 2004 e 2010 o mercado de trabalho formal do município apresentou saldos positivos na geração de novas ocupações. No entanto, a partir de 2011 as demissões superaram as contratações conforme quadro abaixo:

Figura 12 – Comportamento do mercado formal em São José dos Campos (2010-2015)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE

## 2.6 Aspectos sobre Renda

A renda per capita média de São José dos Campos cresceu 61,03% nas últimas duas décadas, passando de R\$739,61 em 1991 para R\$936,61 em 2000 e R\$1.190,96 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 26,64% no primeiro período e 27,16% no segundo.

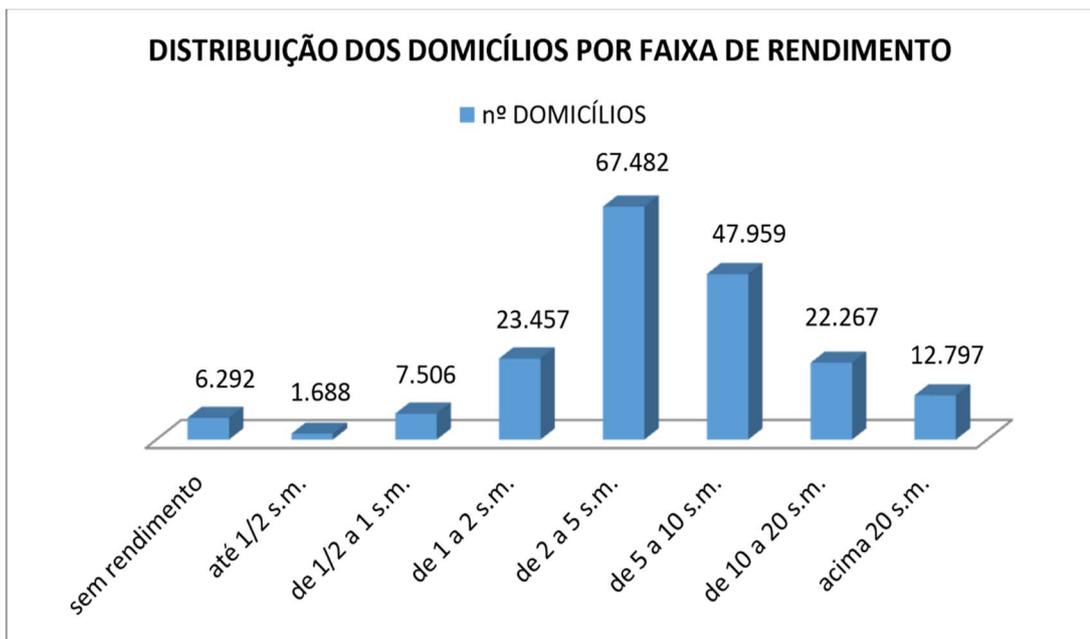
A desigualdade aferida pelo Índice de Gini teve um pequeno aumento: passou de 0,53 em 1991 para 0,56 em 2000 e para 0,55 em 2010. O **Índice de Gini** é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Considerando-se os dados do Censo Demográfico de 2010 verifica-se que os domicílios localizados na zona rural possuem rendimento médio mensal inferior aos domicílios localizados na zona urbana. O valor do rendimento médio na zona rural é de R\$730,59 contra R\$1417,12 na zona urbana (93,96% maior).

Aproximadamente 8% dos domicílios Joseense possuem rendimento mensal até 01salário mínimo, sendo que em 6.292 (equivalente a 3% da totalidade dos domicílios) não há rendimentos. Em 36% dos domicílios o rendimento mensal fica entre 2 e 5 salários mínimos.

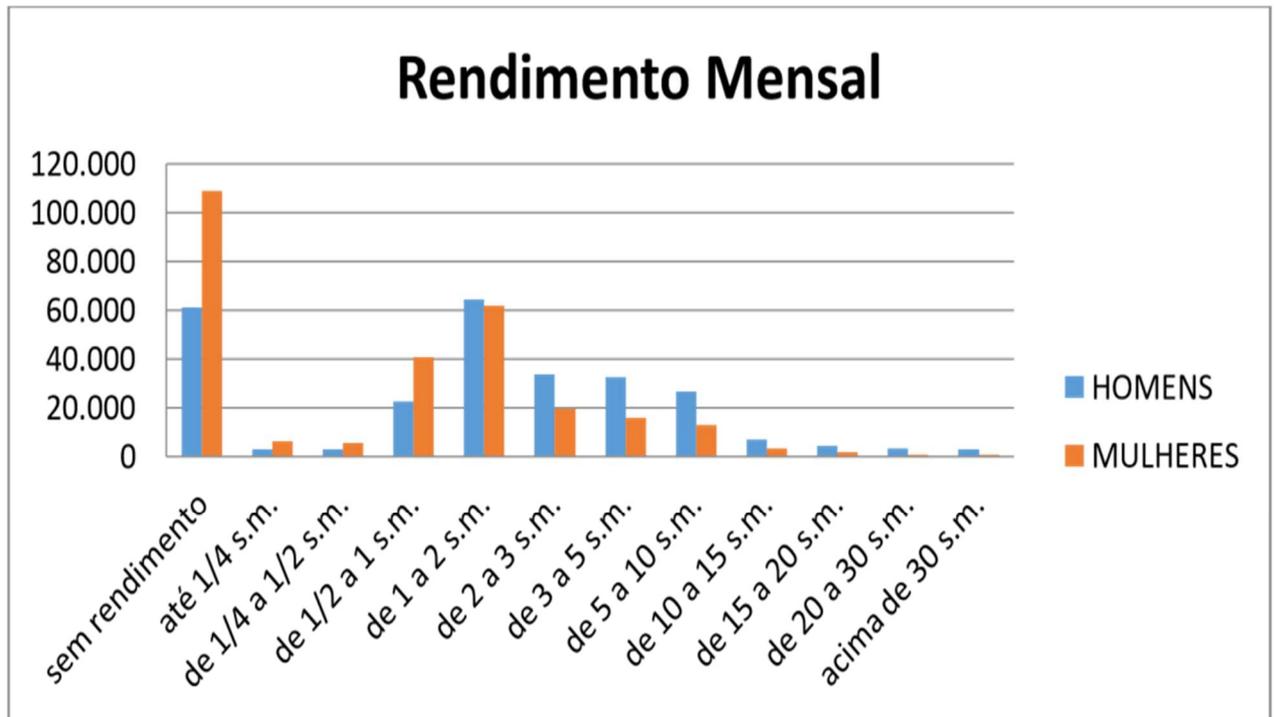
Figura 13



Fonte: Censo 2010 - IBGE

Quando analisamos o rendimento mensal das pessoas acima de 10 anos, nota-se que o sexo feminino se concentra nas faixas inferiores a 2 salários mínimos no total de 59,23%, com destaque para as sem rendimentos (64,08% das pessoas nesta situação). A proporção média para as demais faixas de rendas (acima de 2 salários mínimos) é de 1 mulher para cada 2 homens, sendo que na faixa maior (acima de 30 salários mínimos) a proporção é de 1 mulher para 3 homens.

Figura 14 – Gráfico comparativo de rendimento mensal entre homens e mulheres – São José dos Campos - SP



Fonte: Censo 2010 - IBGE

## 2.7 Aspectos Urbano e Habitacional

A localização de São José dos Campos, como já destacamos, tem sido importante para o seu desenvolvimento e, a partir de 1950, o contexto nacional foi determinante para o seu crescimento. O processo de industrialização começou em 1930, porém, intensificou-se com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra nos anos 50 e a instalação do Centro Técnico Aeroespacial – CTA e do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial). Para atrair as primeiras indústrias foi promulgada a lei 04/1920 que concedia terrenos gratuitamente para as indústrias e isentava de pagamento de impostos por 25 anos.

As empresas se instalaram no entorno da Rodovia Presidente Dutra que resultou em intensa valorização imobiliária dos terrenos próximos, mais bem servidos de infraestrutura e, por isso, disputados pelas indústrias e pelos loteamentos residenciais destinados à população com maior poder aquisitivo. A população de baixa

renda, que migrava para trabalhar nas indústrias, ocupou loteamentos populares e irregulares, localizados na periferia e em áreas rurais, desprovidos de infraestrutura.

Devido à grande proximidade com o núcleo urbano central, a área de várzea do Rio Paraíba do Sul o Banhado teve algumas de suas partes ocupadas pela malha urbana. Foi nessa área aonde se implantou o primeiro núcleo habitacional irregular do município, a Favela do Banhado, no ano de 1931.

A escala de crescimento da população na década de 70 foi muito maior que a implantação de loteamentos, construções de edifícios residenciais e conjuntos habitacionais, o que fez aumentar, mais uma vez, o valor da terra urbanizada. Nesta época o crescimento de favelas na cidade é grande, passando de 4 núcleos em 73 para 12 em 77. O município não possuía, até então, uma política habitacional municipal definida. A habitação entra na agenda do Poder Público Municipal como um programa para erradicar as favelas. Em 1976 é entregue o Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, na região Sudeste, para abrigar a população das favelas, em especial da Linha Velha para a construção da Avenida Fundo do Vale e do novo Paço Municipal.

Em 1978 é criada a Empresa Municipal de Habitação (EMHA) com a principal diretriz de planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas. Em 1979 a área conhecida como Campo dos Alemães, na região Sul, foi desapropriada e declarada como de interesse social. Nesta gleba foram implantados conjuntos habitacionais e loteamentos populares como o Campo dos Alemães, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Papa João Paulo II e Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Veloso.

No final da década de 90 a gleba do Campo dos Alemães já se encontrava quase completamente ocupada e por isso, a prefeitura passou a dispor de terras em outras regiões da cidade, principalmente na região Leste. Atualmente há um conjunto de empreendimentos que visam reduzir o déficit habitacional em São José dos Campos.

### 2.7.1. Déficit Habitacional em São José dos Campos

O déficit habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro para São José dos Campos era de 21.910 domicílios em 2010. A distribuição conforme as faixas de renda das famílias era a seguinte:

Faixa de renda	Déficit
Sem rendimento	506
0 a 3 salários mínimos	11.801
3 a 6 salários mínimos	3.206
6 a 10 salários mínimos	4.367
Mais de 10 salários mínimos	2.029

Mais da metade do déficit se encontra, portanto, entre as famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. O déficit pode ser decomposto conforme os fatores componentes, a saber: domicílios precários, famílias conviventes, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em imóveis alugados. Foram os seguintes componentes do déficit habitacional em São José dos Campos:

Componente	Déficit
Coabitação familiar	10.285
Ônus excessivo com aluguel	8.715
Adensamento excessivo de domicílios alugados	2.007
Domicílios precários	903

A coabitação familiar é o componente principal do déficit em São José dos Campos, e responde por 10.285 domicílios. Este componente identifica as famílias que convivem em um mesmo domicílio (algumas vezes declarando domicílios de cômodos – caso de cortiços, por exemplo), mas desejam constituir domicílio próprio. O número elevado de famílias conviventes pode indicar a dificuldade no estabelecimento de domicílio próprio. A informação é em parte estimada a partir de um algoritmo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, pois no nível dos dados censitários não era possível identificar o desejo de constituição de domicílio da parte das famílias conviventes.

A seguir aparece o componente do ônus excessivo com aluguel, que indica famílias com até 3 salários mínimos de renda e que despendem desse montante mais de 30% com o aluguel. Em São José dos Campos havia, em 2010, déficit de 8.715 domicílios neste componente.

Quanto ao adensamento excessivo de domicílios alugados, que é a situação em que o imóvel alugado apresenta uma média de mais de 3 moradores por dormitório, foi calculado o déficit de 2.007 domicílios.

Os domicílios precários compunham um total 903 no déficit calculado para 2010. Esta categoria abrange domicílios improvisados, ou seja, imóveis ou estruturas sem fim residencial (como carcaças de carros, imóveis comerciais, cavernas, etc.) e também domicílios rústicos, ou seja, cujas paredes não são de alvenaria ou madeira aparelhada.

Convém destacar também que a cidade apresentava ainda 12.204 domicílios inadequados, uma classificação utilizada pela FJP para descrever unidades habitacionais que, ainda que fora do déficit, não proporcionam condições desejáveis de habitação.

## 2.7.2. Áreas de Risco de Escorregamentos e Áreas Sujeitas à Enchente/ Inundação

São José dos Campos possui hoje 50 áreas consideradas de risco, sendo que 32 com edificações, conforme informações da Defesa Civil Municipal. São consideradas áreas de risco aquelas impróprias para habitação devido à fragilidade ou instabilidade do terreno causada pela natureza (inundação, escorregamento, erosão e subsidência) ou pela ação do homem. Estes locais são monitorados regularmente pela Defesa Civil.

A maior preocupação dos órgãos de defesa é com a integridade física das pessoas que residem nestes locais, por isso estes núcleos já indicados como áreas de risco permanecem congelados para novas construções. Esta ação evita tornar o local ainda mais vulnerável.

As áreas de risco são subdivididas em quatro categorias, que variam em risco baixo (R1), médio (R2), alto (R3) e muito alto (R4), de real possibilidade de ocorrência de eventos em situações de chuva intensa e/ou prolongada.

Tabela 3 - localização da área de risco

REGIÃO	QT. ÁREAS	LOCALIZAÇÃO	SETOR SOCIOECON.	TIPO DE RISCO	Nº DE CASAS
NORTE	24	Águas de Canindú	Setor 25	Escorregamento	419
		Altos do Caetê	Sem setor	Escorregamento	102
		Buquirinha I	Sem setor	Escorregamento	106
		Buquirinha II	Sem setor	Escorregamento	113
		Chác. das Oliveiras	Setor 01	Escorregamento	161
		Chác. Florindos	Sem setor	Escorregamento	67
		Chác. Havaí	Setor 25	Escorregamento	376
		Chác. Miranda	Setor 01	Escorregamento	63
		Chác. Taquari	Sem setor	Escorregamento	130
		Costinha	Setor 01	Escorregamento	87
		Fazenda Boa Vista	Sem setor	Escorregamento	110
		Fazenda Caetê II	Sem setor	Escorregamento	57

		Freitas – Rua Joaquim O. Silva	Sem setor	Escorregamento	35
		Freitas – 4ª travessa	Sem setor	Escorregamento	283
		Jd. Guimarães	Setor 01	Escorregamento e Enchente/inundação	87
		Mirante do Buquirinha	Setor 01	Escorregamento e Enchente/inundação	133
		Pedra d’Agua I	Sem setor	Escorregamento	89
		Pedra d’Agua II	Sem setor	Escorregamento	28
		Santo Ângelo	Sem setor	Escorregamento	42
		Morro dos Macacos	Sem setor	Escorregamento	68
		Rua Dona Linda	Sem setor	Escorregamento	44
		Vertentes do Jaguari	Sem setor	Escorregamento	151
		Jaguari (Olaria)	Sem setor	Enchente/inundação	6
		Costinha	Setor 01	Enchente/inundação	1
SUL	01	Rio Comprido	Setor 16	Escorregamento	228
SUL*	02	Jardim Aeroporto	Setor 28	Escorregamento	129
		Chác. Recanto dos Tamoios	Sem setor	Escorregamento	132
SUDESTE	01	Sítio Bom Jesus	Setor 09	Enchente/inundação	4
LESTE	01	Chácaras Araújo	Setor 27	Escorregamento	45
LESTE	02	Santa Cecília I	Setor 31	Escorregamento	46
		Santa Cecília II	Setor 31	Escorregamento	321
SÃO FCO. XAVIER	01	Bairro dos Remédios	São Fco. Xavier	Escorregamento	64

\*esses bairros são referenciados pelo CRAS CENTRO.

Fonte: Defesa civil – 2015/2016.

Tabela 4 - Distribuição por unidade CRAS de referência e tipo de risco

REGIÃO	UNIDADE	N° CASAS	
		ESCORREG.	ENCH./INUND.
CENTRO	CRAS CENTRO	261	0
	CRAS PQ. SANTA RITA	0	4
LESTE	CRAS VISTA VERDE	367	0
	CRAS NOVO HORIZONTE	45	0
NORTE	CRAS ALTO DA PONTE	2681	77
	SÃO FRANCISCO XAVIER	64	0
SUL	CRAS BOSQUE DOS EUCALIPTOS	228	0
TOTAL		3646	81

Tabela 5- Distribuição por CRAS de acordo com o grau de risco de escorregamento

CRAS	N° DE CASAS			
	R1 (baixo)	R2 (médio)	R3 (alto)	R4 (muito alto)
CRAS CENTRO	155	44	62	0
CRAS VISTA VERDE	132	192	0	0
CRAS NOVO HORIZONTE	0	14	5	26
CRAS ALTO DA PONTE	433	603	860	792
SÃO FRANCISCO XAVIER	35	15	14	0
CRAS BOSQUE DOS EUCALIPTOS	0	0	188	40

### 2.7.3. Bairros Irregulares

Atualmente a Secretaria de Desenvolvimento Social tem mapeado e referenciado aos Centros de Referência de Assistência Social 434 loteamentos e residenciais. Dentre estes 121 são considerados Irregulares pela Secretaria de Regularização Fundiária e 03 exceções, sendo que 01 (Pinheirinho Urbanova) por

estar localizado na divisa com a cidade de Jacareí e pertencer àquele município, 01 (Pq. Residencial Santo Antônio) por não ter sido implantado.

Dentre os loteamentos e residenciais, que possuem edificações em área de risco 90,6% são considerados clandestinos e um é considerado ocupação, conforme informações da Secretaria de Regularização Fundiária.

Abaixo o quadro de distribuição dos loteamentos/residenciais com a sua situação de acordo com a região de localização e setor socioeconômico:

Tabela 6

<b>REGIÃO</b>	<b>REGULARES</b>	<b>IRREGULARES</b>
Centro	75	01
Leste	77	35
Norte	48	44
Oeste	18	01
Rural Sul	00	02
São.Fco.Xavier	02	31
Sudeste	29	03
Sul	67	04

Tabela 07 - distribuição dos loteamentos/residenciais com a sua situação de acordo com o CRAS de referência:

<b>CRAS</b>	<b>QD. LOTEAMENTOS/RESIDENCIAIS</b>		
	<b>REGULARES</b>	<b>IRREGULARES</b>	<b>EXCEÇÕES</b>
CRAS ALTO DA PONTE	48	45	01
CRAS ALTO DA PONTE - SÃO FCO. XAVIER	02	31	00
CRAS BQ. EUCALIPTOS	24	02	00
CRAS CENTRO	100	05	01
CRAS DOM PEDRO	14	01	00
CRAS EUG. DE MELO	09	06	01
CRAS MORUMBI	19	00	00
CRAS PQ. INTERLAGOS	04	02	00

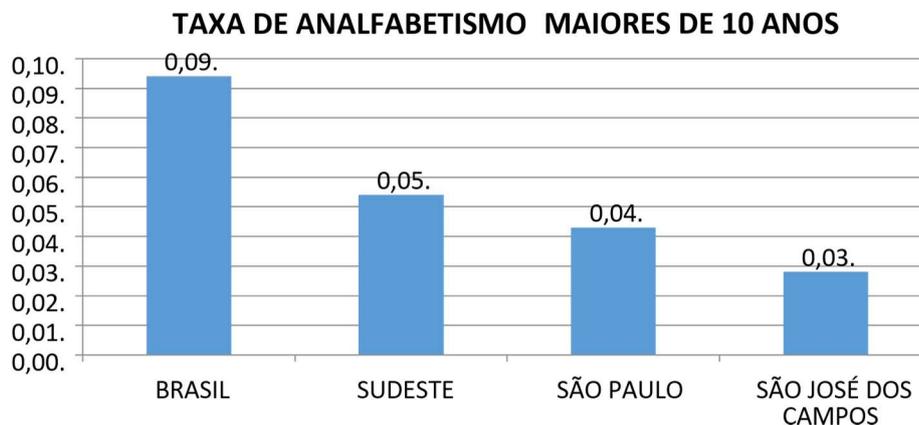
CRAS PQ. STA. RITA	28	03	00
CRAS NOVO HORIZONTE	17	12	00
CRAS VILA INDUSTRIAL	19	07	00
CRAS VISTA VERDE	33	10	00

## 2.8. Aspectos das Políticas Públicas

### 2.8.1. Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 26,02%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 5,61% entre 2000 e 2010 e 35,52% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 10,49% no período de 2000 a 2010 e 98,22% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 18,51% entre 2000 e 2010 e 176,67% entre 1991 e 2000.

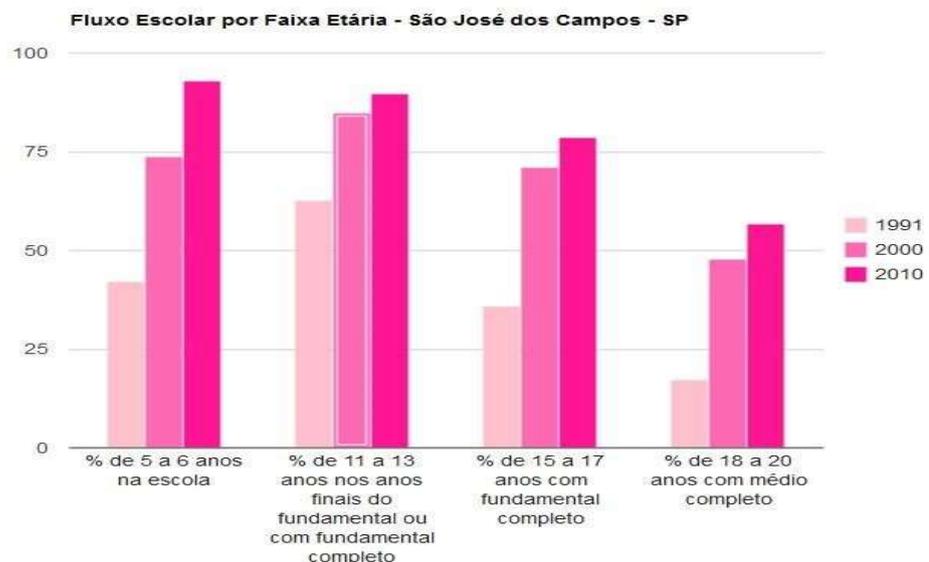
Figura 15



A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 70,28% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 52,82% o ensino médio. Em São Paulo, 62,91% e 44,86% respectivamente.

Conforme dados do último Censo Demográfico em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 2,8%. Na área urbana era de 2,7% e na zona rural era de 9,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,3%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é menor que a taxa do Estado.

Figura 16 – Gráfico Comparativo da Taxa de Analfabetismo

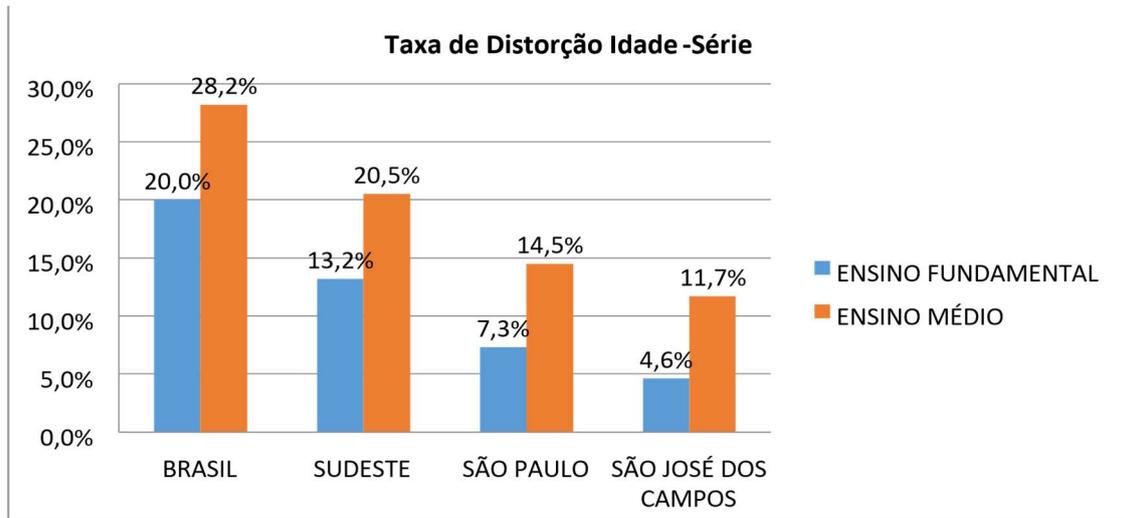


Fonte: Phud, Ipea e FJP

Fonte IBGE

De acordo com dados do INEP, em 2014, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi de 4,6% em média, sendo que do 1º ao 5º ano ficou em 2,7% e de 6,8% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi menor, quando comparada às taxas da região sudeste, menor que a do estado e menor que a do Brasil. A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi de 11,7%, menor que a taxa do Brasil, menor que a da região e menor que a do Estado.

Figura 17 – Gráfico da Taxa de Distorção Idade-Série



Fonte: Ministério de Educação (MEC)

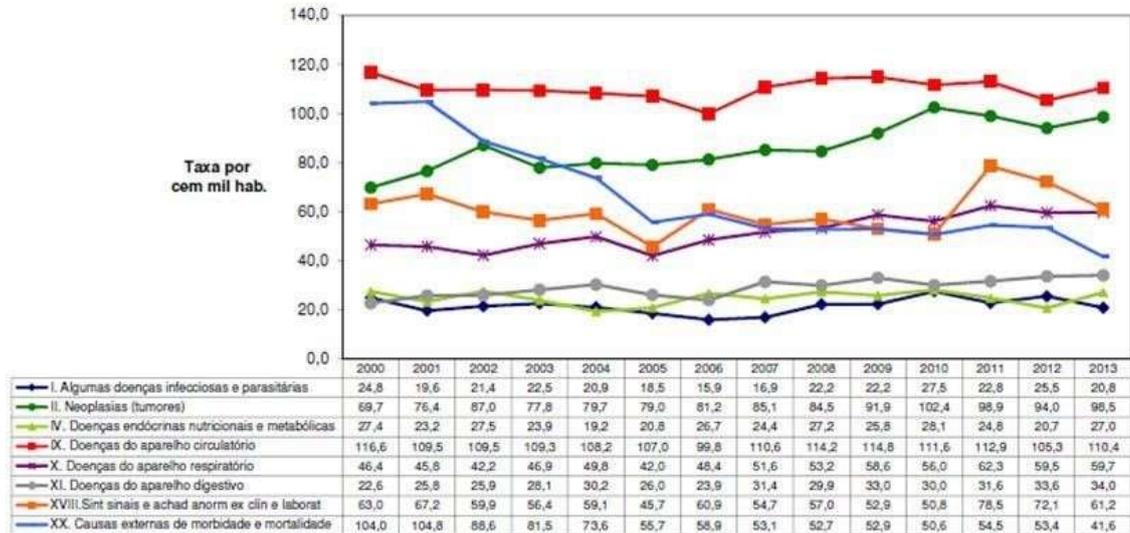
A Rede Municipal de Educação é composta por 17 Creches Municipais, 31 Creches Conveniadas, 60 Pré- Escolas Municipais, 70 Pré-Escolas Particulares, 47 Escolas Municipais, 85 Escolas Estaduais – 85 e 27 Unidades de Ensino Superior.

### 2.8.2. Saúde

As duas grandes causas de morte no Município são as mesmas do Estado de São Paulo e do Brasil. Em primeiro lugar estão as doenças do aparelho circulatório, seguido das neoplasias. Chama à atenção a alta taxa de óbitos por causas mal definidas.

Figura 18

Taxa de mortalidade dos 8 principais grupos de causas de morte (capítulos da CID-10) em São José dos Campos, de 2000 a 2013

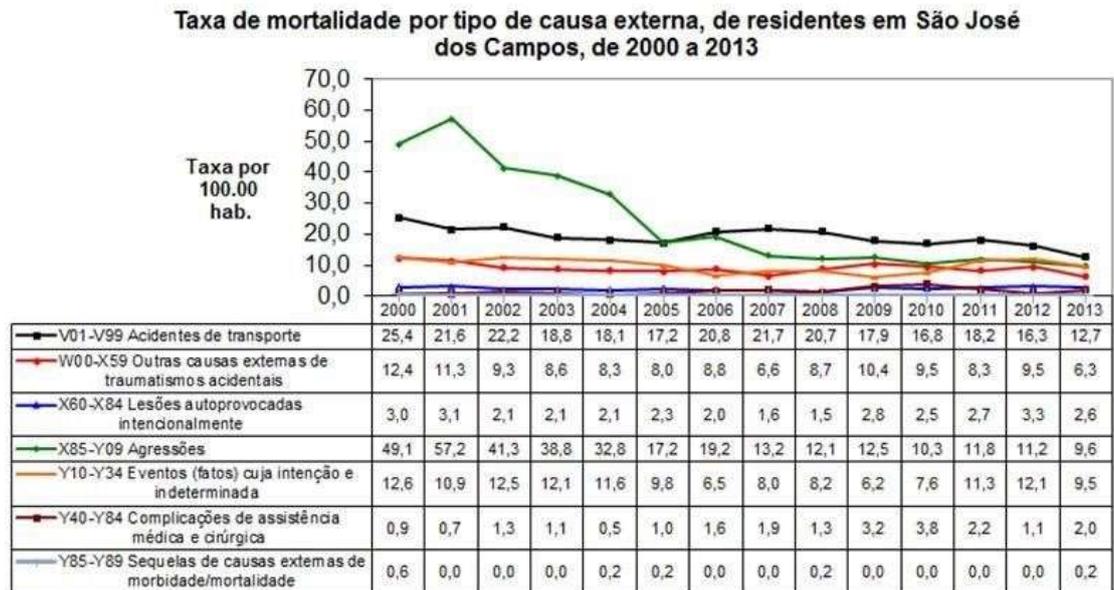


Fonte: Até 2011 - Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM). Base de dados Nacional. Em 2012 e 2013 - Base de dados Municipal - Dados preliminares.

Ao se analisar as principais causas de óbito por região no Município, não se verifica diferença relevante entre as regiões. Predominam as doenças cerebrovasculares, pneumonia e doenças isquêmicas do coração.

As causas externas, que são a quarta causa definida de morte em São José dos Campos, estão em tendência de queda, devido principalmente à redução da mortalidade por agressões (homicídios). Os acidentes de transportes apresentaram uma estabilização da queda de mortalidade nos últimos anos.

Figura 19



Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Até 2011 - Base de dados Nacional. Em 2012 e 2013 - Base de dados Municipal.

Figura 20

**PRINCIPAIS CAUSAS DE ÓBITO\*, SEGUNDO GRUPOS DA CID-10\*\*  
REGIÃO E MUNICÍPIO, AMBOS OS SEXOS, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2010 a 2013\*\*\***

Região	Lista de Mortalidade	Nº	%
Região Sul	1ª Doenças cerebrovasculares	267	6,8
	2ª Pneumonia	250	6,3
	3ª Outras doenças cardíacas	218	5,5
	4ª Doenças isquêmicas do coração	180	4,6
Região Norte	1ª Doenças cerebrovasculares	125	6,7
	2ª Doenças isquêmicas do coração	106	5,7
	3ª Outras doenças cardíacas	106	5,7
	4ª Pneumonia	100	5,4
Região Oeste	1ª Pneumonia	35	7,5
	2ª Outras doenças cardíacas	28	6,0
	Doenças cerebrovasculares	28	6,0
	3ª Restante das neoplasias malignas	27	5,8
Região Sudeste	1ª Outras doenças cardíacas	52	6,3
	2ª Doenças cerebrovasculares	50	6,1
	3ª Doenças isquêmicas do coração	48	5,9
	4ª Pneumonia	44	5,4
Região Leste	1ª Doenças cerebrovasculares	197	7,1
	2ª Pneumonia	168	6,0
	3ª Outras doenças cardíacas	133	4,8
	4ª Doenças isquêmicas do coração	124	4,4
Região Centro	1ª Pneumonia	163	7,7
	2ª Outras doenças cardíacas	147	6,9
	3ª Doenças cerebrovasculares	124	5,8
	4ª Doenças isquêmicas do coração	117	5,5
Município	1ª Doenças cerebrovasculares	857	6,3
	2ª Pneumonia	852	6,2
	3ª Outras doenças cardíacas	746	5,5
	4ª Doenças isquêmicas do coração	684	5,0

\* Foram excluídos da ordem de classificação, mas mantidos na tabulação, os óbitos por "causas indeterminadas" e "todas as outras doenças".

\*\* 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças: Lista para Mortalidade nº 2.

\*\*\* Óbitos acumulados de residentes, ocorridos em São José dos Campos.

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), base de dados municipal.

### **2.8.3. Cultura, Esporte e Lazer**

A Fundação Cultural Cassiano Ricardo é o órgão responsável pela formulação a Política Cultural do Município, orientando, incentivando e patrocinando atividades artísticas, visando um maior acesso da população aos bens culturais.

Existem vários espaços culturais vinculados à Fundação Cultural onde são desenvolvidas suas ações, tais como: Arquivo Público, Biblioteca Pública Cassiano Ricardo, Biblioteca Hélio Pinto Ferreira, Casa de Cultura Chico Triste, Casa de Cultura Cine Santana, Casa de Cultura Eugênia da Silva, Casa de Cultura Flávio Craveiro, Casa de Cultura Johann Gütlich, Casa de Cultura Júlio Neme, Casa de Cultura Rancho do Tropeiro Ernesto Villela, Casa de Cultura Tim Lopes, Centro Cultural Clemente Gomes, Centro de Estudos Teatrais, Biblioteca Helena Molina, Igreja de São Benedito, Museu de Arte Sacra, Museu do Folclore, Museu Municipal, Teatro Municipal.

A Fundação Cultural Cassiano Ricardo, atualmente, desenvolve os seguintes projetos: Arte nos Bairros, Cia Jovem de Dança de São José dos Campos, Festidança, Festivale, Lei de Incentivo Fiscal, Orquestra de Viola Caipira, Piraquara, Revelando São Paulo, Bienal do Livro, Coro Jovem Sinfônico de São José dos Campos, Festa do Mineiro, Festival da Mantiqueira, Leitura Livre, Orquestra Sinfônica de São José dos Campos, Programa de Educação Patrimonial, Semana Cassiano Ricardo, Virada Cultural Paulista, Projeto Memórias - Cartas para Santana.

A Prefeitura de São José dos Campos oferece à população inúmeras atividades esportivas gratuitas. Seja para a qualidade de vida, inclusão social, iniciação esportiva ou participação em equipes competitivas da cidade.

As unidades esportivas e comunitárias proporcionam atividades regulares em diversas modalidades para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

Dentro do programa Cidade em Movimento, em dezembro de 2015, existiam 134 academias ao ar livre, espalhadas em toda a cidade, com equipamentos disponíveis para todos que querem entrar em forma e ter mais saúde. Professores de

Educação Física atuam nesses locais no começo da manhã e fim da tarde para dar orientações aos frequentadores.

## **2.9. Marcos e Marcas da Política de Assistência Social em São José dos Campos**

### **2.9.1. A Trajetória da Assistência Social no Município**

Retratar o processo histórico que descreva a construção do que hoje é a Secretaria de Desenvolvimento Social, é colar pedaços de um todo, sem que tenhamos o “quadro completo”.

Durante a fase sanatorial houve grande procura de doentes para tratamento na cidade da tuberculose o que propiciou o surgimento de edificações hospitalares e acabou por influenciar na constituição de outras unidades institucionais como asilos e orfanatos. Estas instituições visavam acolher e cuidar dos familiares dos doentes no período do tratamento e, principalmente quando a doença progredia para o óbito. Assim, nascem as primeiras ações de assistência social no município.

Data de 13/11/1967, a primeira Lei (nº 1408/67) a indicar, pela Prefeitura da Estância de São José dos Campos, a criação do “Departamento *Municipal de Bem Estar Social*”. Definido como “*Órgão Técnico, Científico de Serviço Social, supervisionado tecnicamente por um Assistente Social, devidamente registrado no Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), sem ônus para os cofres públicos e de livre escolha do Prefeito Municipal.*”

Com a Lei nº 1537/70, promulgada em 03/03/1970, há uma alteração da estrutura de responsabilização da área da assistência, ficando o “*Departamento de Saúde é o órgão responsável pelas atividades de assistência médico-social à população local, mediante a administração de postos de saúde, hospitais ou entidades correlatadas e de promoção do bem estar social da comunidade, prestando ajuda aos necessitados e orientando os desajustados, visando assim à recuperação e melhoria*

*das condições de vida desses indivíduos e grupos sociais.” Mais à frente diz o Art. 28 “Ficam igualmente extintos o Departamento Municipal de Bem Estar Social (DEMBES)”.*

Nesse período o *“atendimento ao munícipe era realizado por uma entidade criada em 1972 denominada Serviço de Obras Sociais - S.O.S. Prestava atendimento ao migrante e ao munícipe carente em situação emergencial, e dava, ainda, acompanhamento a crianças pobres, órfãs ou abandonadas; aconselhamento a pais “pobres e ignorantes” para que enviassem seus filhos à escola, “conforme estatuto da entidade”.*

Em outubro de 1973 foi criada a Comissão de Promoção Social, vinculada ao Departamento de Educação e Cultura, sendo que a Divisão de Cultura era chefiada pelo Assistente Social e Prof<sup>o</sup> Hélio Augusto de Souza e a Comissão era presidida por outra profissional de Serviço Social. A Comissão era formada por sete técnicos que respondiam por cinco programas: Balcão de Emprego; Atendimento ao Menor; Habitação; Atendimento aos Casos Sociais e Ação Comunitária. O Plantão funcionava em uma casa alugada situada a Rua Floriano Peixoto, nº 10 - Centro.

No período seguinte, entre 1975 e 1978, a proposta da equipe técnica era a de realizar estudos dos casos encaminhados por outros departamentos da Prefeitura ou oriundos da própria comunidade. Os casos que não pudessem ser solucionados com recursos da própria Comissão seriam encaminhados a outros órgãos. Eram realizadas visitas domiciliares para comprovação do pedido e fornecidas orientação familiar, realizadas por uma Estagiária de Serviço Social. Naquela ocasião, a equipe apontava a necessidade de aumento de efetivo (estagiárias e auxiliares).

Em fevereiro de 1976 é criada, em caráter experimental, a Divisão de Promoção Social, ligada diretamente ao Gabinete. Os programas e propostas de trabalho não sofreram modificações. O objetivo geral do Plantão era atender e encaminhar soluções aos casos apresentados, através de contatos com entidades e/ou recursos da comunidade, e, também, atender a situações de calamidade pública, em conjunto com outros órgãos competentes. *“Caberia ao setor, ainda, as Campanhas de Agasalho e de Natal e a Semana da Criança. Era proposta da equipe*

*a criação de um Centro de Serviço Social para triagem. Os recursos existentes eram: um Estagiário; uma viatura e os recursos disponíveis na comunidade.”*

Cabe observar que até 1978 o município de São José dos Campos era considerado uma estância climática hidromineral, e, por isso, seus Prefeitos eram nomeados pelo Governador.

Em 1979 com a inauguração do Paço Municipal, as diversas Secretarias passaram a ser sediadas no mesmo local, centralizando assim sua administração. A Divisão de Promoção Social passa a categoria de Departamento, ligada à Secretaria de Saúde. Nesse ano é criado o Centro de Triagem e Encaminhamento – CETREN com a finalidade de atender a migrantes e munícipes carentes, ou seja, com o mesmo trabalho até então desenvolvido pelo Serviço de Obras Sociais – SOS. Inicia-se também, a implantação dos Centros Comunitários e Centros de Orientação Social, que realizavam ou não o Plantão Social, conforme a linha de trabalho do técnico, não se caracterizando, dessa forma, como referência de plantão para a população.

Em 17 de novembro de 1980, através da Lei nº 2363/80, o Executivo Municipal celebra convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, para Instalação e Manutenção do Plantão Social nas dependências do 1º Distrito Policial de São José dos Campos. A Prefeitura de São José dos Campos assumiu o compromisso de adequar as instalações no 1º Distrito Policial, nomear 03 (três) Assistentes Sociais e 2 (dois) Motoristas para escala de revezamento. O objetivo do plantão era realizar atendimentos e triagem dos casos envolvendo situações de conflitos conjugais, vicinais e familiares, crianças e adolescentes em situação de abandono.

No ano de 1983, há a desativação do Centro de Triagem e Encaminhamento – CETREN devido à duplicidade de atendimento com o Serviço de Obras Sociais – S.O.S. Nessa ocasião, o Departamento Promoção Humana passa à categoria de Assessoria para o Desenvolvimento Social – ADS, ligada ao gabinete do Prefeito, sob responsabilidade do Vice-Prefeito. Em setembro desse mesmo ano é criada a Unidade Participativa de Ação Social – UNIPAS, com a finalidade de prestar serviço de assistência social às famílias carentes, através de doação de cestas básicas; vestuário; remédios; aparelhos ortopédicos, auditivos; cadeiras de rodas;

passagens; transporte para consultas, quimioterapia, fisioterapia e hemodiálise; passes urbanos.

A UNIPAS era administrada por um Conselho, cujo Presidente era a Primeira Dama, que supervisionava os trabalhos dos Assistentes Sociais plantonistas, cedidos e remunerados pela Assessoria de Desenvolvimento Social. Realizava seu trabalho desvinculado da ADS, sendo independente em suas intervenções, devido as suas características enquanto Entidade Social. Promovia ações para levantar recursos próprios, visando custear seus trabalhos, por outro lado, dependia ainda dos serviços prestados pela Secretaria de Serviços Municipais e pela Secretaria de Educação. Importante salientar que todo seu gerenciamento era feito pela Primeira Dama, o que caracterizava sua natureza clientelista (“primeiro damismo”) e não pelo caráter técnico social.

Neste período também havia um Plantão Social no andar térreo do Paço Municipal, onde eram realizados atendimentos aos munícipes e servidores, por um técnico e um estagiário, não dispendo de recursos próprios. Nota-se que a Assessoria de Desenvolvimento Social priorizava, nessa época, a organização comunitária, através dos Centros Comunitários e Centros de Orientação Social, deixando em segundo plano os atendimentos do Plantão Social.

Foi apenas no ano de 1986, por meio da Lei nº 3155/86, que a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos foi estabelecida e a Assessoria de Desenvolvimento Social foi substituída pela Secretaria do Desenvolvimento Social, passando a ter dotação orçamentária própria e a seguinte estrutura: a. Departamento de Ação Social, 1. Divisão de Programas Materno-Infantis, 2. Divisão de Ação Comunitária, 3. Sistemas de Programas Especiais e b. COSEMT – Centro de Orientação Socioeducativo do Menor Trabalhador, 1. Divisão de Programas Complementares, 2. Divisão em Projetos, 3. Divisão Administrativa.

Destaca-se que o referido COSEMT deu origem à Fundação Hélio Augusto de Souza – FUNDHAS, uma instituição inserida na Política Pública de Assistência Social do município. Criada nos termos das Leis Municipais no 3227/87, de 28 de abril de 1987 e 3570/89 de 2 de setembro de 1989 para atender o público infanto-juvenil entre 6 e 18 anos, provenientes ou em situação de risco e vulnerabilidade social, através de atividades socioeducativas realizadas no contra turno escolar. Atualmente

a FUNDHAS atende aproximadamente 4600 crianças e adolescentes de famílias de baixa renda através de 18 unidades distribuídas estrategicamente em diversos bairros da cidade e cumpre uma importante atividade social. A criança ou adolescente é atendida a partir do 1º ano do ensino fundamental (a partir dos 6 anos) até completar 18 anos. A família deve ter renda per capita de até ½ (meio) salário mínimo e residir no município no mínimo há 2 anos. A FUNDHAS conta ainda com o CEPHAS - Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza, Instituição Educacional, mantida pela Prefeitura de São José dos Campos e tem como finalidade oferecer educação profissional por meio de cursos técnicos de nível médio, de acordo com a LDB 9394/96.

Em 1988 o Plantão do Paço, que contava com um Assistente Social, passa a contar com mais um profissional da área, contratado através de convênio da Prefeitura com a Legião da Boa Vontade – LBA, todavia os recursos para os atendimentos ficavam concentrados na Unidade Participativa de Ação Social – UNIPAS, para onde os munícipes eram encaminhados.

No ano de 1989, há a reativação do Centro de Triagem e Encaminhamento – CETREN e a desativação do Plantão Social no Paço. Dessa forma, o atendimento passou a ser feito pelo CETREN, concomitantemente à Unidade Participativa de Ação Social – UNIPAS. Nesse período o Plantão Social contava com recursos da Prefeitura que eram destinados ao CETREN.

Em 1991, com a Lei nº 3939/91, houve uma nova mudança da estrutura Administrativa da Prefeitura e a estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Social é alterada, passando a ter a seguinte configuração:

Secretaria Geral - a) Departamento de Desenvolvimento Social, 1. Divisão de Ação Comunitária, 2. Divisão de Apoio Técnico as Entidades Sociais, 3. Divisão de Programas Complementares e b) Departamento de Integração Comunitária, 1. Divisão de Habitação, 2. Divisão de Defesa Civil. Enfatiza-se que com essa nova configuração a SDS passou a ser responsável por planejar, programar e executar a Política Social do município.

A Secretaria Geral tinha a competência de controlar e executar as funções administrativas e operacionais da Secretaria de Desenvolvimento Social e demais

tarefas determinadas pelo Secretário da pasta. O Departamento de Desenvolvimento Social era responsável pelo planejamento e o gerenciamento técnico dos projetos, bem como realizar as avaliações dos programas da ação comunitária e demais programas complementares. Cabia, por outro lado, ao Departamento de Integração Comunitária a tarefa de planejar e gerenciar programas e projetos de habitação e da defesa civil.

Em 1991 houve o redimensionamento do Centro de Triagem e Encaminhamento – CETREN que se voltou ao atendimento ao migrante e a população em situação de rua. O atendimento aos demais munícipes ficou restrito aos recursos do convênio com FLBA (fotos, abreugrafias, registro de nascimento, etc.). Com isso, foi reativado o Plantão Social no Paço Municipal, sendo que o profissional, além do atendimento emergencial ao munícipe, também era responsável pela emissão de parecer técnico nos processos de remissão de débitos de IPTU, taxas, multas etc.

Em 1996, com a Lei nº 4800/96, acontece nova alteração na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos com a criação de cargos no quadro da **Secretaria de Desenvolvimento Social**, apresentando a seguinte configuração: a. Gabinete do Secretário, 1. Assessoria Técnica, 2. Divisão Administrativa, 2.1. Supervisão de Orçamento e Compra; b. Departamento de Desenvolvimento Social, 1. Divisão de Política Setoriais e c. Departamento de Integração Comunitária, 1. Divisão Centro, 1.1 Supervisão Administrativa, 1.2 Supervisão Técnica, 1.3 Supervisão de Equipamentos Sociais; 2. Divisão Sul, 2.1. Supervisão Administrativa, 2.2. Supervisão Técnica; 3. Divisão Leste, 3.1. Supervisão Administrativa, 3.2. Supervisão Técnica; 4. Divisão Norte, 4.1. Supervisão Administrativa, 4.2. Supervisão Técnica.

Dando continuidade ao processo de estruturação da Secretaria, em 1996, com a Lei 4865/96, são criados novos cargos para Secretaria de Desenvolvimento Social, tais como: Diretoria de Departamento; Chefia de Divisão; Assessoria e outros cargos de provimento efetivo como Assistente Social, Agente Administrativo; Auxiliar de Processamento; Almoxarife; Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinheira; Auxiliar de Serviços Assistenciais e Motoristas.

Nesse momento, a Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS se constituiu efetivamente como:

*“Gestora da Política de Assistência Social no Município, tendo como principais atribuições a execução e coordenação de Programas e Projetos Sociais que visam a inserção, prevenção, proteção e promoção dos indivíduos e famílias que se encontram em situação de exclusão e /ou vulnerabilidade social, bem como avaliar e monitorar toda a Rede de Proteção Social. Além de, em parcerias com os Conselhos Municipais, indicar Políticas Sociais.”*

Em virtude da necessidade da Assistência Social desenvolver suas ações em parceria com outras Políticas Públicas, a Secretaria de Desenvolvimento Social passa a participar de Programas Intersecretarias, contribuindo com recursos humanos e financeiros, além de participar dos Conselhos Gestores dos referidos Programas.

Com sua nova configuração, as ações da Secretaria de Desenvolvimento Social passam a ser realizadas de forma regionalizada (Centro, Sul, Norte e Leste), em parceria com a sociedade civil (Organizações Não Governamentais) e demais Políticas Públicas, tendo como o “eixo” do seu trabalho a família. Neste período a gestão aponta necessidade de monitoramento dos serviços executados pelas unidades e entidades parceiras, em especial dos serviços de plantão social. No entanto, o cruzamento de dados de atendimento se mostrou inexecutável haja vista que cada unidade possuía prontuário próprio e forma de coleta de dados diferenciada. O equacionamento veio através da contratação de uma consultoria, em 1999, que propôs a adoção de prontuário único eletrônico. Assim, após quase dois anos de árduo trabalho da equipe, nasce o Sistema de Informações da Assistência Social - SIAS em dezembro de 2000.

O SIAS é um sistema que está implantado em todas as Unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social e em algumas Entidades parceiras. Este sistema além de cadastrar e registrar o atendimento social às famílias usuárias da assistência social, faz o gerenciamento dos programas municipais de transferência de renda e benefícios eventuais.

Em 2000 houve a decisão política de se transferir o atendimento voltado à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco e com Medida Sócio Educativa

de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade para a Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), sendo criados os Programas Aquarela e Adole-ser. Os serviços de abrigo e aqueles voltados às crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil ficaram sob a responsabilidade de SDS.

Neste período a SDS desenvolveu os seguintes serviços, programas e projetos:

1. Serviço de Disk Denúncia de Violência contra a Criança e ao Adolescente – implantado em 2004. O serviço era um canal de comunicação para a população que denunciava as situações de violência e a averiguação era feita por equipe da SDS que posteriormente encaminhava para atendimento pela FUNDHAS – Programa AQUARELA;
2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – implantado em 2001. Este programa foi realizado em parceria com a FUNDHAS que ofertava as atividades complementares à escola.
3. Projeto Sonho de Criança implantado em 2003. Realizado em parceria com Entidade Social conveniada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua ou vulnerabilidade social.
4. Plantão Emergencial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco – implantado em julho de 1999. Este serviço era composto por uma equipe de Assistentes Sociais que atendiam situações emergenciais envolvendo crianças ou adolescentes em situações de risco, identificadas pelo Conselho Tutelar, fora do horário de atendimento dos serviços de atendimento da rede.
5. Centro de Atenção à Rede de Abrigos – CEARA, implantado em 2002. O CEARA objetivava desenvolver trabalho preventivo ao abrigo e realizar acompanhamento aos desligados de abrigo objetivando evitar a reincidência.

Em 2004 com a edição da nova Política Nacional de Assistência Social- PNAS e da Norma Operacional Básica-NOB/SUAS, a gestão municipal inicia processo

de adequação da estrutura existente para atender às novas demandas. Neste processo as Assessorias de Política Setorial passam a referenciar os serviços e ações de acordo com o tipo de proteção social alicerçada, rompendo com a lógica dos segmentos até então vigentes. As alterações e adaptações na estrutura organizacional da Secretaria ocorreram informalmente, pois não foi editada legislação oficializando as mudanças.

A Secretaria de Desenvolvimento Social iniciou os estudos para implantação do Sistema Único da Assistência Social-SUAS em São José dos Campos, em 2005, buscando apreender os novos paradigmas, aprofundamento das novas diretrizes e conceitos incorporados pela PNAS e NOBs. Nesse caminho participou das capacitações oferecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Secretaria Estadual de Assistência Social, bem como contratou profissionais de institutos renomados para discussão local.

#### **2.9.1.1. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS em São José dos Campos**

Em 28 de outubro de 2004 foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que tratava da Política Nacional de Assistência Social. Sendo um ponto inicial na construção coletiva da implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, uma vez que tratava-se do cumprimento de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, bem como atender as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

O SUAS tem como foco a Gestão descentralizada e participativa, sendo regulamentado e organizado de forma única em todo o território nacional. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário o cuidado às famílias e o território como base de atenção e atuação. Concretiza a gestão compartilhada tendo cofinanciamento e a colaboração técnica entre os três entes federativos.

Seguindo a organização do SUAS, as seguranças socioassistenciais de convivência, sobrevivência e acolhimento são ofertadas por meio de serviços

tipificados nacionalmente, bem como, programas, projetos e benefícios, organizados em níveis de Proteção Social. A Proteção Social Básica atua territorialmente com ofertas de serviços de caráter preventivo, com ênfase na convivência familiar e comunitária, construção de autonomia e acesso à renda, tendo como unidade de referência para a população usuária, o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. A Proteção Social Especial, por sua vez, atua nas situações de violação de direitos, causadas por violência, abandono, situação de rua, preconceitos, entre outras, com níveis de média e alta complexidade. A média complexidade tem como unidade de referência para a população usuária, o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e na alta complexidade as unidades que oferecem serviços de acolhimento para os diferentes públicos.

Em 2006/2007 iniciou o processo de implantação de Centros de Referência de Assistência Social dentro dos parâmetros e configurações estabelecidos pela PNAS e NOBs. Paralelamente contratou uma empresa de assessoria para acompanhamento do processo, bem como prestar consultoria para implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. Contratou, ainda, uma assessoria para atuar exclusivamente com os profissionais dos CRAS, visando aprofundar a metodologia proposta pelo MDS para trabalho junto às famílias referenciadas.

No período de 2006 a 2012 na Proteção Social Básica houve a implantação 05 CRAS, sendo 2 na Região Leste, 1 na Região Sul, 1 na Região Norte e 1 na Região Centro.

Em 2008 o município implantou o 1º Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no bairro Monte Castelo. Este CREAS assume os serviços do CEARA e o Projeto Vida em Família (destinado ao apoio financeiro às famílias das crianças/adolescentes egressos de abrigo), bem como o atendimento a todas as violações de direitos das pessoas, com exceção de criança e adolescente atendidos pelo então Projeto Aquarela.

No ano 2010 o Projeto Adole-ser que realizava atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto, gerenciado pela FUNDHAS, passa para coordenação da SDS e em 01/09/2010 como

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Centro e em 2015 passa a se chamar CREAS Medidas.

Em 2011 há definição política de que a Unidade do Programa Aquarela situado na Região Leste passará para coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social e será qualificado como Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no entanto continua com o atendimento focado na criança e adolescente.

Em 2013 as demais Unidades do Programa Aquarela passam para coordenação da SDS e são implantados os CREAS Sul e Centro/Norte, ainda focados no atendimento à criança e ao adolescente.

No final de 2014 inicia-se a discussão para o reordenamento dos CREAS atendendo ao disposto na Política Nacional de Assistência Social e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de fato por região e atendendo às demandas de violação de direitos das famílias. Atualmente dos cinco CREAS existentes, um centralizou o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC. Os outros quatro CREAS regionais atendem “famílias referenciadas”, ou seja, aquelas que passaram por atendimento ou acompanhamento PAEFI no ano de 2015. Neste reordenamento o CREAS Centro/Norte passa a atender exclusivamente a região Norte, inclusive com mudança para aquela região e o CREAS Monte Castelo passa a denominar-se CREAS Centro.

Atualmente, esse serviço é ofertado nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, os quais possuem em quatro Regiões sendo: Norte, Centro, Leste e Sul, totalizando 5 CREAS.

Em 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Social desenvolveu ações para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS objetivando concluir o processo de implantação iniciado em 2004, definiu-se a implantação de 06 novos CRAS. Sendo que destes, quatro foram implantados nesse mesmo ano (CRAS Bosque dos Eucaliptos, Vista Verde, Morumbi e Interlagos) e os demais previstos para o decorrer de 2016 (CRAS Novo Horizonte e Putim). Neste processo tornou-se imprescindível o reordenamento dos serviços da Proteção Social Básica, incluindo-se

o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF de competência dos CRAS. Embora as atribuições dos CRAS estejam previstas na Política Nacional da Assistência Social de 2004, não eram executadas na íntegra no município, exigindo que se repensasse o “trabalho social com famílias” desenvolvido até então.

Este processo de reordenamento resultou na mudança da dinâmica do trabalho nos CRAS com a introdução de práticas de atendimento coletivo, bem como do início do trabalho com a rede socioassistencial. Ocorreu, ainda, a implantação de ações de supervisão pela equipe de gestão e de capacitação das equipes para contribuir na construção das novas diretrizes a serem adotadas. Esse momento oportunizou aos profissionais um processo de ressignificação da prática e da identidade profissional.

Em 2014 inicia-se o processo para implantação do setor de Vigilância Socioassistencial, atendendo ao Pacto de Aprimoramento do SUAS.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos as quais prejudicam e colocam em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização.

Assim sendo, deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas:

- Sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos;
- Sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso.

Visando implementar essa função e precisar o conceito de Vigilância Socioassistencial, a SDS buscou construir um diagnóstico sócio territorial, a partir da X Conferência Municipal de Assistência Social realizada em 2015, pautado em ofertas e demandas dos territórios. Cabe destacar que o diagnóstico é dinâmico, dada a realidade dos territórios e dos cidadãos que nele vivem e convivem, portanto requer

atualização sistemática dos dados, contando para isso, com os profissionais que atuam nos serviços e na gestão, que alimentam sistematicamente as ferramentas eletrônicas, tais como: CAD Único, SIAS, RMA, SICON etc.

Esse conjunto de informações, processados e analisados, torna possível a construção de indicadores para a medição dos resultados dos serviços ofertados, bem como do investimento público direcionado para a Assistência Social, possibilitando ainda o monitoramento, a avaliação e o redirecionamento das ofertas da política.

Importa registrar que grande parte dos serviços desenvolvidos em parcerias com organizações não governamentais, ainda não foram incorporados nesses sistemas de informação.

Em fevereiro de 2017 foi alterada a Lei n. 3.939, de 21 de março de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura de São José dos Campos.

A alteração se deu frente a “necessidade de modernizar e simplificar as atividades e rotinas da Prefeitura, desburocratizar a tramitação dos procedimentos administrativos e, principalmente, adequar a estrutura à realidade financeira do município. A reorganização prioriza a redução das despesas do município, através da diminuição do número de cargos comissionados e unificação de Secretarias, compartilhando recursos humanos e materiais, trazendo equilíbrio às contas públicas, sem prejuízo da eficiência no atendimento à população. ” (Projeto lei 21 processo 392/2017.)

### **2.9.2. Organização Territorial da Assistência Social no Município**

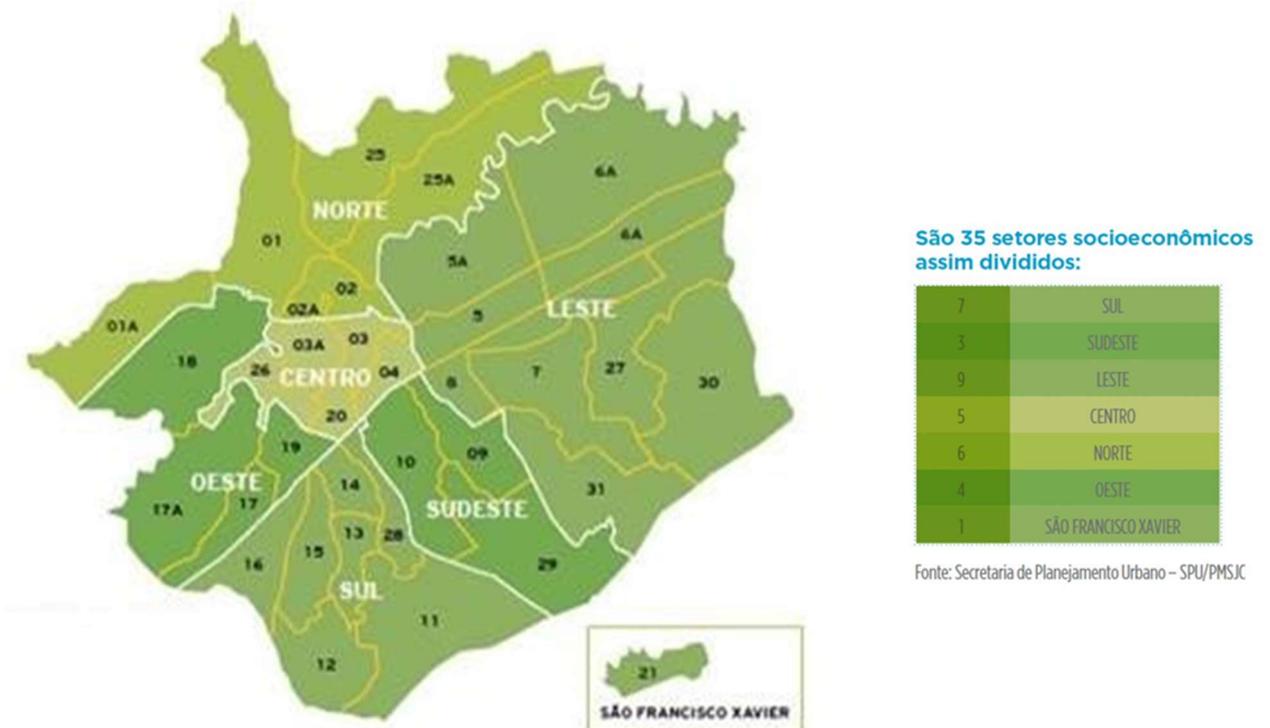
A seleção dos territórios prioritários para implantação dos Centros de Referência de Assistência Social teve por base os dados do Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos, publicado pela Secretaria de Planejamento Urbano em 2004, agrupados por setores socioeconômicos (na época 30 setores). Esses setores socioeconômicos estão divididos em setores censitários que abrangem cada um determinado número de domicílios. Segundo o IBGE “*O setor censitário é a menor unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas,*

*respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta”.*

Os dados foram analisados e o perfil da população foi traçado a partir dos seguintes aspectos:

- Nº de moradias/famílias;
- População total e distribuição de acordo com o sexo;
- Índice de densidade habitacional;
- Índice de desemprego;
- Renda familiar;
- Classes sociais.

Figura 21– Divisão do município de São José dos Campos por setores socioeconômicos



Considerando que naquele momento, as normativas do SUAS estabeleciam que para municípios de grande porte os Centros de Referência de

Assistência Social deveriam referenciar até 5.000 famílias em situação de vulnerabilidade, a SDS utilizou como critérios para a priorização dos territórios (setores socioeconômicos) os que apresentassem 40% ou mais da população com renda familiar até 03 salários mínimos. Adotou-se esse critério em razão do Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos não dispor de dados da renda per capita.

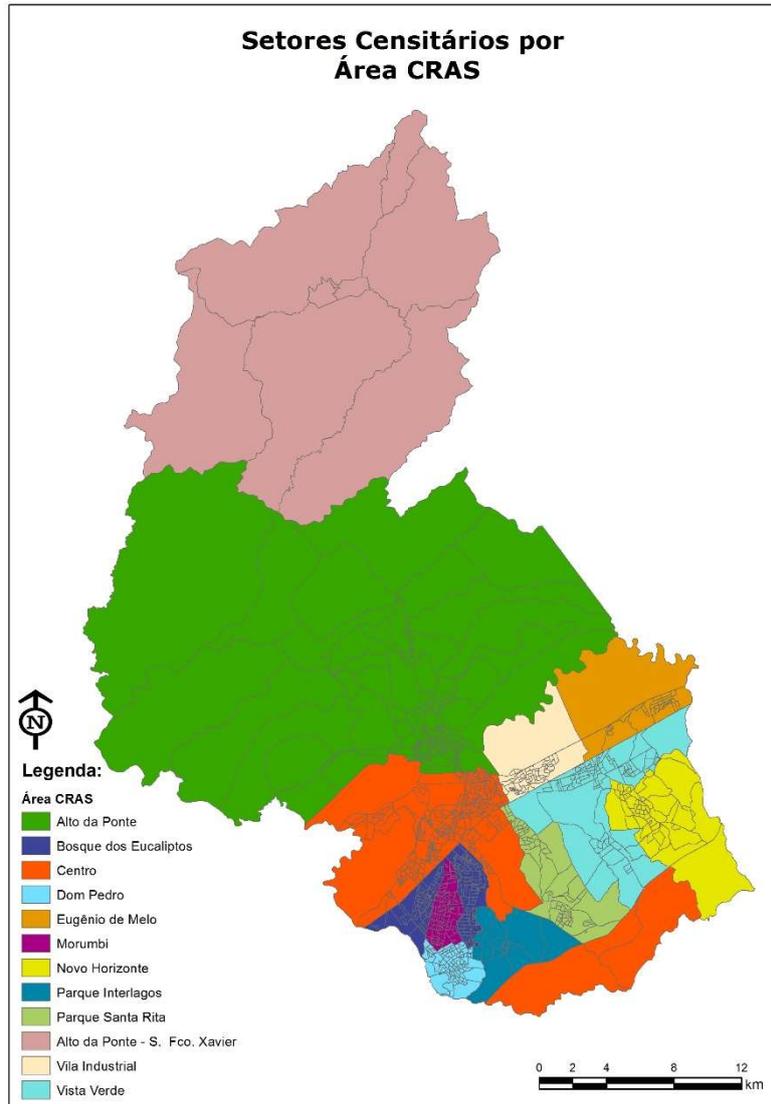
Na ocasião a SDS identificou 9 territórios prioritários, porém para implantação imediata foram definidos 2 territórios na Região Leste (Eugênio de Melo e Vila Industrial). Assim, nestes territórios foram implantados CRAS em caráter piloto. Posteriormente houve a implantação de novas unidades na Região Sul e Sudeste. Considerando a legislação regulamentadora do serviço publicada no período, a gestão municipal estabeleceu como condição para a implantação de novas Unidades a existência de equipe técnica mínima, bem como espaço físico com as normativas. Em 2012 houve a implantação do CRAS Alto da Ponte, totalizando 05 Unidades.

É com essa estrutura que chegamos a 2013 e a nova gestão faz nova reestruturação não oficial, com a criação dos Departamentos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e da Vigilância Socioassistencial.

Neste processo foram definidos mecanismos que possibilitassem o atendimento a indivíduos, famílias e comunidade em situação de vulnerabilidade social e articulação com as demais políticas públicas. Dentre as definições, estabeleceu-se que todas as Unidades de Atendimento Social de Proteção Social Básica seriam adequadas e convertidas para Centros de Referência de Assistência Social. Dessa forma, no decorrer de 2015 foram criados os CRAS Bosque dos Eucaliptos, Centro, Jd. Morumbi, Parque Interlagos e Vista Verde e no início de 2016 o CRAS Novo Horizonte

A definição do território de cada CRAS considerou a acessibilidade para a população tendo em vista a malha do transporte urbano. Considerando a facilidade de acesso ao CRAS Centro, em detrimento da Unidade Regional de origem, dois setores socioeconômicos pertencentes às regiões Sul e Sudeste, passaram a compor o território daquele equipamento.

Figura 22 – Áreas de Referência dos CRAS



A seguir apresentamos tabela com a distribuição dos setores socioeconômicos de acordo com o CRAS de referência:

REGIÃO	CRAS DE REFERÊNCIA	SETOR SOCIO ECONOMICO	Nº DOMICÍLIOS	PER CAPITA ATÉ 1/2 SM	%
CENTRO	CENTRO	3	6.355	913	14,37%
		3A	375	208	55,47%
		4	6.456	809	12,53%
		20	7.827	368	4,70%
		26	4.062	281	6,92%
LESTE	VILA INDUSTRIAL	5	11.067	1.078	9,74%
		5A	113	47	41,59%
	EUGENIO DE MELO	6	5.899	1.022	17,32%
		6A	116	43	37,07%
	VISTA VERDE	7	8.685	1.543	17,77%
		8	4.543	317	6,98%
		31	1.251	411	32,85%
		parte do setor 27	3.288	757	23,02%
	NOVO HORIZONTE	30	3.745	1.273	33,99%
		parte do setor 27	7.687	1.274	16,57%
NORTE	ALTO DA PONTE	1	11.512	2.259	19,62%
		1A	79	43	54,43%
		2	5.553	807	14,53%
		2A	64	7	10,94%
		25	922	343	37,20%
		25A	85	48	56,47%
	ALTO DA PONTE - S. FCO. XAVIER	21	542	140	25,83%
OESTE	CENTRO	17	5.700	424	7,44%
		17A	213	37	17,37%
		18	2.161	126	5,83%
		19	5.444	239	4,39%
SUDESTE	PARQUE SANTA RITA	9	5.785	1.028	17,77%
		10	704	6	0,85%
		29	6.014	1.389	23,10%
SUL	PARQUE INTERLAGOS	11	2.480	494	19,92%
	DOM PEDRO	12	16.423	5.092	31,01%
	BOSQUE	13	11.102	924	8,32%
		14	9.301	674	7,25%
		16	11.172	1.161	10,39%
	MORUMBI	15	16.887	1.832	10,85%
	CENTRO	28	1.828	338	18,49%
ÁREA RURAL	ALTO DA PONTE	sem setor	2.801	936	33,42%
	CENTRO	sem setor	321	92	28,66%
	S.FCO.XAVIER	sem setor	738	223	30,22%

## 2.10. Análise dos Setores Socioeconômicos – Dados Censitários

A seguir apresentaremos análise dos setores socioeconômicos por região geográfica da cidade de São José dos Campos através de dados censitários, comparando com dados do Cadastro Único e com a média de dados do município.

### 2.10.1. Região Centro

A Região Centro é composta por 157 setores censitários e 5 setores socioeconômicos (setores 04, 3, 3A, 20 e 26) contabilizando uma população de 72.115 habitantes.

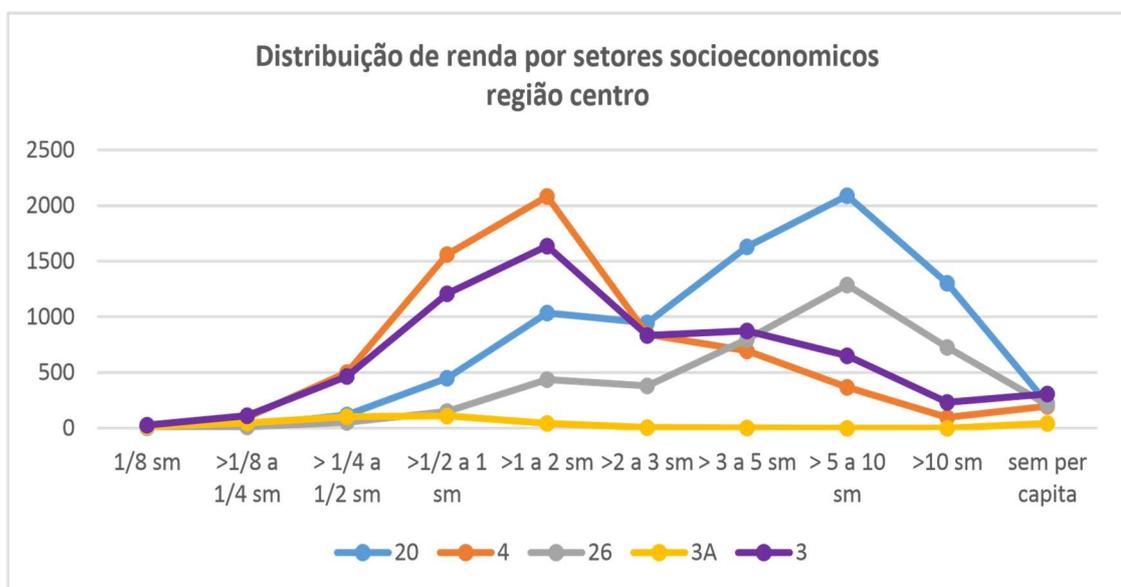
<b>SETORES SOCIOECONOMICOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – REGIÃO CENTRO</b>
--

SETOR	REGIÃO	SUBSETORES SOCIOECONOMICOS - LOTEAMENTOS/BAIRROS	POPULAÇÃO
20	CENTRO	VILA NOVE DE JULHO, VILA IGUALDADE, VILA HIGIENÓPOLIS, VILA PAULO SETUBAL, VILA ADYANA, JD SÃO DIMAS, JD APARECIDA, VILA SANCHES, VILA RUBI, JD AZEVEDO, VILA BETÂNIA, VILA ZELFA, JD MARINGÁ, JD N.SRA. DE FÁTIMA, JD MARGARETH, JD RENATA, JD SANTA MADALENA, VILA LUZIA, VILA GUAIANAZES, VILA ICARAÍ, VILA JACI.	18.738
26	CENTRO	CH DOS EUCALIPTOS, SERIMBURA, BAIRRO DOS PINHEIROS, RES ESPLANADA DO SOL, JD ESPLANADA, JD ESPLANADA II, JD NOVA AMÉRICA, JD NOVA EUROPA, VILA SANTA RITA, CONJ HAB VALE DOS PINHEIROS, JD APOLO I, JD NOVA ANCHIETA, VILA EMA, JD APOLO II.	11.723
3a	CENTRO	PARTE BANHADO, VILA NOVA ESPERANÇA.	1.302
3	CENTRO	VILA SÃO PAULO, VILA ABEL, JD BELA VISTA, VILA MASCARENHAS FERAZ, VIL A SANTA HELENA, VILA VIADUTO, VILA SANTOS, VILA MARIA, VILA NOVA SÃO JOSÉ, VILA TUPI, VILA GUARANI, VILA TEREZINHA, VILA NOVA GUARANI, VILA GUARANI, CENTRO, VILA	18.159

		PAGANINI, VILA SANTA CRUZ II, VILA SANTA CRUZ II, JD MATARAZZO, VILA SANTA LUZIA, JD SANTOS DUMONT, PARTE JARDIM VALE PARAISO, VILA SANTA CRUZ I.	
4	CENTRO	CONJ RES MONTE CASTELO, MONTE CASTELO, JD FREI LEOPOLDO, VILA PROGRESSO, VILA SANTA CRUZ III, VILA GURANI-JD PAULISTA, VILA KENNEDY, JD JUSSARA, RES MARTINS PEREIRA, JD CORINTHIANS, VILA SÃO PEDRO, JD SÃO JOSÉ-CENTRO, JARDIM AUGUSTA, JARDIM OSWALDO CRUZ, JD VALE PARAÍSO (PARTE) VILA PIRATININGA, JD TOPÁZIO, JD BANDEIRANTES, VILA CARDOSO, VILA IPIRANGA, J ARDIM PAULISTA.	22.193

No que se refere à questão renda per capita, em todos os setores socioeconômicos da Região Centro, identifica-se índices acima da média do município, ou seja, famílias com renda per capita de > 2 salários mínimos. Observa-se ainda que no setor 4 que o índice de renda >1 a 2 salários mínimos é maior que a média do município. Ressalta-se que três desses setores, 3 A; 3 e 26 também apresentam índices denominados sem renda, maiores que o índice do município.

Figura 23



Essa região possui 3.547 famílias inscritas no Cadastro Único e destas, 1.603 estão inseridas no Programa Bolsa Família. Por outro lado, a Região Centro possui 2.553 famílias com perfil compatível para o Cadastro Único e não inscritas, demonstrando a necessidade de um planejamento que priorize a realização de ações de cadastramento naqueles setores identificados como sendo de maior vulnerabilidade.

Destaca-se que de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, a Região Centro possui 3 setores censitários de alta vulnerabilidade e 3 setores de média vulnerabilidade.

Cabe salientar que 4 destes setores censitários de vulnerabilidade estão no setor socioeconômico 4 (Jardim Paulista; Monte Castelo; Vila Piratininga, etc.) Assim sendo, confirma-se a necessidade implantação e ampliação de investimentos em serviços socioassistenciais, principalmente direcionados a prevenção, visto que o CRAS Centro está localizado, aproximadamente a 4 Km de distância desse setor socioeconômico.

No quesito idade dos residentes, a faixa etária de 30 a 59 anos é predominante na Região Centro, porém no setor socioeconômico 3A o índice de crianças e adolescentes é acima da média do município. Deste modo, é indicada a implantação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes direcionadas a demanda residente no banhado/ Vila Nova Esperança.

Com exceção do setor socioeconômico 3 A, os outros setores da região apresentam índice de idosos maior que a média do município, ou seja na faixa de 19,50%, enquanto que a média do município é de 9,84% para a mesma faixa etária.

Figura 24



Cabe salientar que somente nos setores socioeconômicos 4 e 26 não possuem serviços de convivência e fortalecimento de vínculo a pessoas idosos, porém no setor 4 existe o CREAS Centro o qual atende pessoas idosas com violação de direitos.

Na Região Centro existem 1.093 pessoas com BPC, destas apenas 422 são pessoas com deficiência. No entanto, nessa região estão localizados 6 serviços da Assistência Social direcionados a pessoa com deficiência que também atendem demandas provenientes de outras regiões do município.

A raça/etnia branca é predominante em todos dos setores socioeconômicos da região, mas se destacam nos setores 3A; 3 e 4 com índice acima da média do município (72,41%); Em todos os setores o índice da raça amarela é acima da média do município (1,43%), como de indígenas (0,03%). Cabe destacar

que no somente no setor 4, o de maior vulnerabilidade da região, o índice da raça/etnia preta é maior que a média do município (4,47%).

Os cinco setores socioeconômicos que compõe a Região Centro, apresentam predominância o índice de imóvel próprio. Todavia os setores 3; 4 e 20 possuem índice acima da média do município de imóveis alugados. Verifica-se ainda que a incidência de homens responsável pela família com cônjuge/comp. é predominante em toda a região.

### 2.10.2. Região Oeste

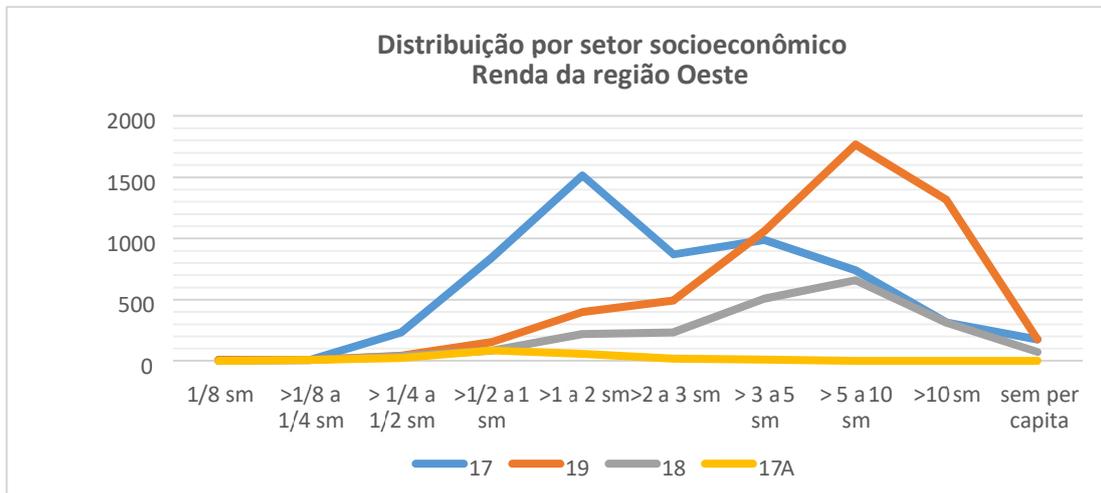
A Região Oeste possui 85 setores censitários e 04 setores socioeconômicos (17, 17A, 18 e 19), contando com uma população de 41.082 habitantes. Apenas dois de seus setores censitários são identificados com média vulnerabilidade e os outros são de baixa ou baixíssima vulnerabilidade de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS.

#### SETORES SOCIOECONOMICOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – REGIÃO OESTE

SETOR	REGIÃO	SUBSETORES SOCIOECONOMICOS - LOTEAMENTOS/BAIRROS	POPULAÇÃO
17	OESTE	JD DAS INDÚSTRIAS, JD ALVORADA, JD POR DO SOL, LIMOEIRO-BAIRRO (PARTE - ACIMA CURVA DE NÍVEL 555), RUA DA PALHA (PARTE).	17.812
17a	OESTE	LIMOEIRO - BAIRRO (ABAIXO DA CURVA DE NÍVEL 555), RUA DA PALHA (PARTE)	730
18	OESTE	URBANOVA I, II, II, IV, IVA, V, VI, VII, JAGUARY, MONTESSERAT, PARATEY	7.069
19	OESTE	JD COLINAS, JD AQUARIUS, BOSQUE IMPERIAL, RES SUNSET PARK, PARQUE RES AQUARIUS, JD ALTOS DO ESPLANADA, JD CASSIANO RICARDO, ROYAL PARK.	15.552

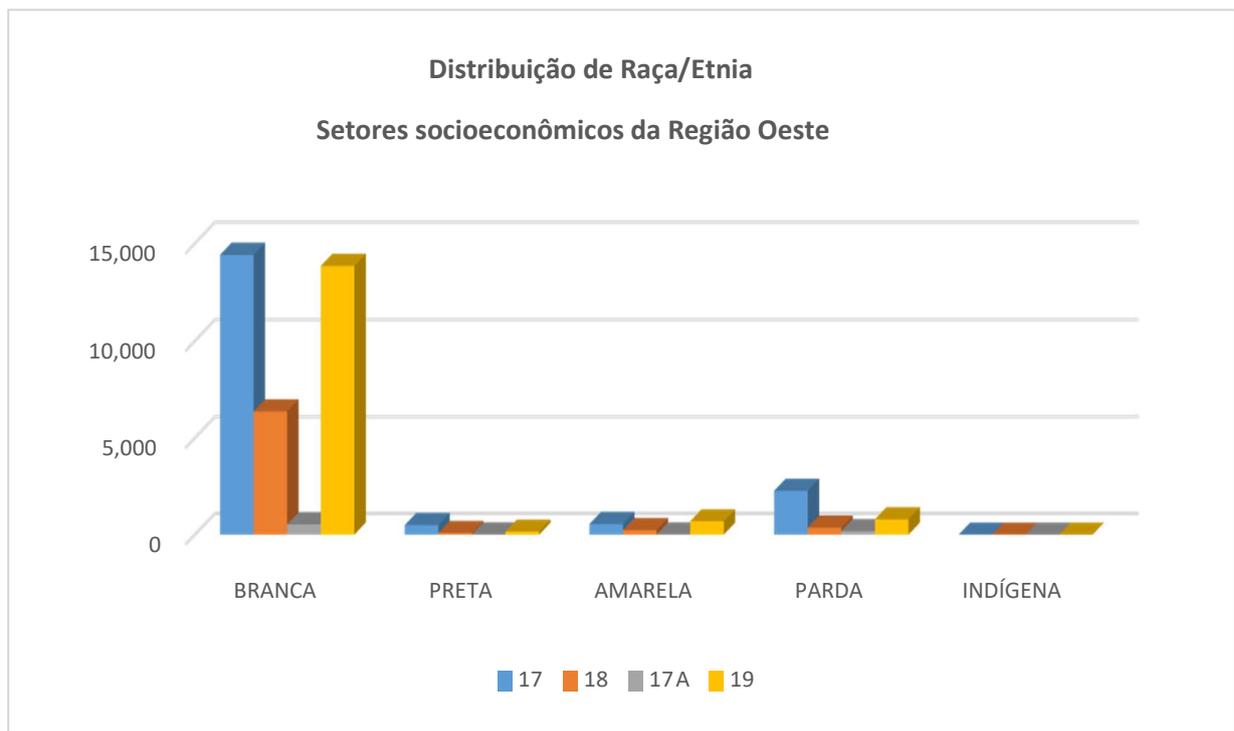
No que se refere à questão renda per capita, somente um setor socioeconômico (setor 17 A) possui renda >1/2 a 1 salário mínimo com índice acima da média do município.

Figura 25



Quanto à raça/etnia, nessa região também se destaca o Setor 17 A com 24,93 % da população declarando- se parda, enquanto que a média do município é de 21,43%. Em outros setores predominam a branca na faixa de 90%, índice superior à média do município que é de 72,41%.

Figura 26



Embora o gênero feminino prevaleça em todos os setores da região, verifica-se maior incidência de homens responsável pela família com cônjuge/comp.

Figura 27

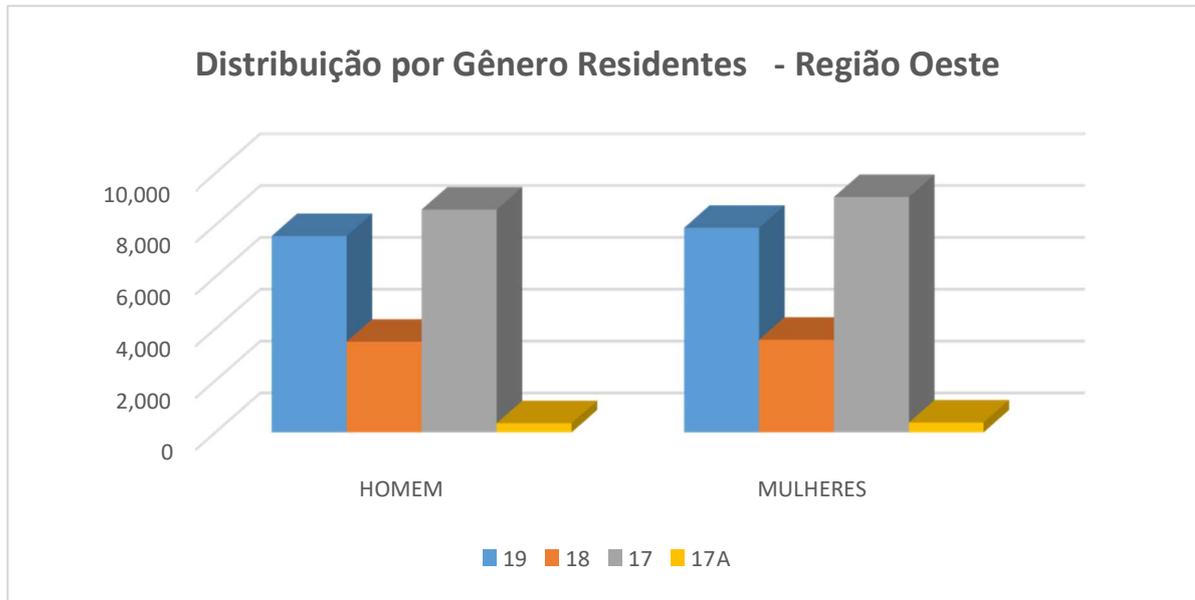
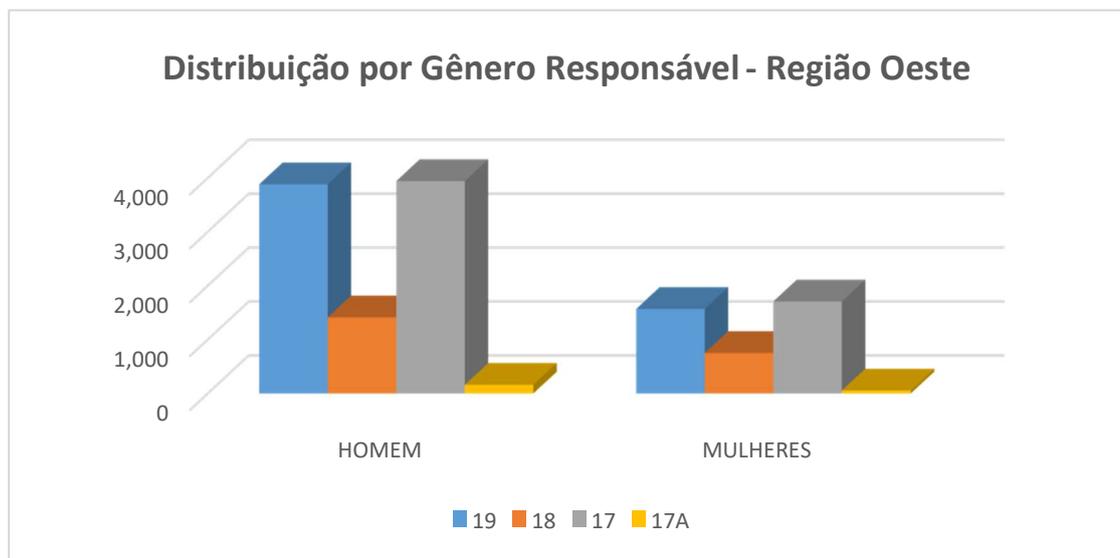


Figura 28



Mesmo apresentando um indicador positivo em relação ao Cadastro Único, comparado ao índice do município, a região possui 1364 famílias com perfil não cadastradas, sendo: 829 no setor 17; 163 no setor 18 e 372 no setor 19.

Dos setores socioeconômicos que compõe a Região Oeste, destaca-se a existência de famílias com condições habitacionais importantes, como grande número de imóveis próprios e com índices de acesso a serviços de abastecimento de água e energia elétrica bem próximos a 100%.

Observa-se a predominância da faixa etária de 30 a 59, sempre acima da média do município, bem como a faixa etária de 60-64 anos, especialmente no setor 19 com o índice de 4,18%, média acima a do município que é de 3,60%.

Embora a Região Oeste não tenha alto índice de vulnerabilidade, a mesma possui demandas na área da Assistência Social, mais precisamente no setor 17 A. Salienta-se que neste setor serão implantados dois empreendimentos habitacionais - Mirante do Limoeiro I e II, significando o aumento de mais 588 residências nessa localidade. No entanto, avalia-se que esse fato não deverá impactar de forma que justifique a criação de Unidades de Atendimento da Assistência Social naquele território. Assim sendo, entende-se que o encaminhamento dessa “nova” demanda poderá ser realizado pela equipe de atendimento social do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Região Centro.

### **2.10.3. Região Sudeste**

A Região Sudeste possui apenas três setores socioeconômicos (9, 10 e 29) e 62 setores censitários, com uma população de 45.800. Um dado importante a ser considerado é que nessa região está instalado o CTA - Centro Tecnológico Aeroespacial, que ocupa exclusivamente um de seus setores (10), apresentando uma população de 2.509 residentes com características muito peculiares em relação à renda, domicílios cedidos, homens responsáveis pelo domicílio, todas acima da média do município, em virtude de se tratar de área militar, não possuindo Unidades Públicas Municipais por ser denominada área federal.

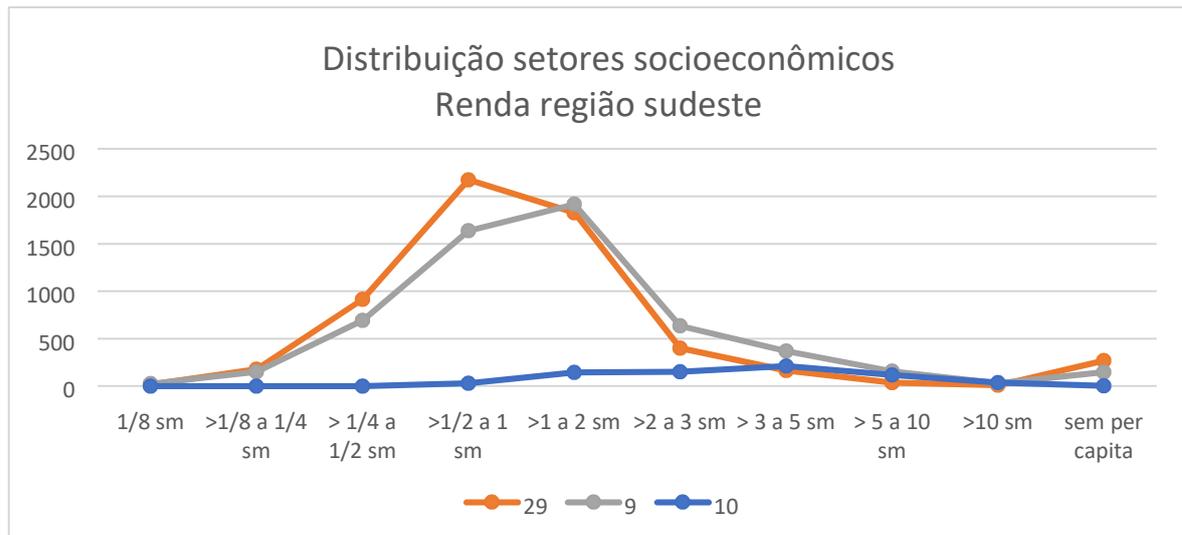
<b>Setores Socioeconômicos São José dos Campos – Região sudeste</b>			
<b>Setor</b>	<b>Região</b>	<b>Subsetores Socioeconômicos - Loteamentos/Bairros</b>	<b>População</b>
29	Sudeste	Jd. Santa Luzia, Recanto Dos Eucaliptos, Jd. Santa Rosa, Jd. Santa Júlia, Res Santa Rosa, Putim-Bairro, Parque Santos Dumont, Jd. do Lago, Putim-Bairro (Parte), Jd. São Leopoldo, Jd. Santa Fé, Jd. Santo Onofre, Vila Iracema, Vila Rica, Jd. São Judas Tadeu, Conj. São Judas Tadeu, Conj. Hab. Polícia Militar, Residencial Jatobá, Res Juritis, Vila Adriana I e II Pernambucana De Cima-Bairro (Parte), Conj. Res Nosso Teto, Recanto Das Jabuticabeiras, Pernambucana De Cima (Parte), Chác. Recanto Dos Nobres.	23.138
9	Sudeste	Vila São Benedito, Jd. Souto, Res Cambuí, Jd. da Granja, Parque Santa Rita, Chác. São José, Jd. Uirá, Jd. Colorado, Parque Martim Cererê, Res Flamboyant, Res Bell Park, Sítio Bom Jesus, Res São Francisco, Altos Do Uirá.	20.153
10	Sudeste	C.T.A.	2.509

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, o setor socioeconômico 9 possui sete setores censitários de média vulnerabilidade e um setor censitário de alta vulnerabilidade, quanto que o setor socioeconômico 29 possui nove setores censitários de média e quatro setores censitários de alta vulnerabilidade.

No setor socioeconômico 9, onde está instalado o CRAS Parque Santa Rita, verifica-se que 40,36% das famílias possuem renda per capita entre >1/4 a 1 salário mínimo, índice acima da média do município que é de 34,66%.

O mesmo acontece no setor socioeconômico 29 cuja renda per capita entre >1/4 a 1 salário mínimo é de 54,77%, com índice bem acima da média do município que é de 37,20%. Cabe destacar que 4,51% (271) das famílias do setor não possuem renda, também acima da média do município é de 3,20%.

Figura 29



Verifica-se que mesmo apresentando um indicador positivo em relação ao Cadastro Único, a região apresenta a demanda de famílias com perfil Cadastro Único a ser inscrita, sendo: 1081 famílias no setor 9 e 954 famílias no setor 29.

Os setores socioeconômicos da Região Sudeste possuem equipamentos públicos, mas cabe salientar a escassez de Unidade da Assistência Social no setor 29, nas imediações do bairro do Putim e do Jardim Santa Luzia, visto que possui 6.010 domicílios e 22.256 moradores de acordo com dados do IBGE. Setor este que, após o censo 2010, tem abrigado novos empreendimentos habitacionais como o Putim/Santa Luzia e Tom Jobim, totalizando 752 novas moradias e com a previsão de entrega, ainda nesse ano, de mais 1648 unidades do Loteamento Pinheirinho dos Palmares – Programa Minha Casa Minha Vida. Esclarece-se que a demanda que será reassentada no referido conjunto habitacional é proveniente de setores censitários bastante vulneráveis da região sul, ou seja, de trata-se de famílias de baixa renda.

Avalia-se que se faz necessária a implantação de Unidades e serviços socioassistenciais no setor 29, próximo ao bairro Putim, pois o mesmo está a 7,2km de distância da única Unidade de Assistência Social da região que é o CRAS Santa Rita. Ressalta-se ainda que esse setor possui 31,91% da população infantil, índice acima da média do município que é de 26,65. Deste modo justifica-se implantação de outro CRAS e de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no referido setor socioeconômico.

Figura 30

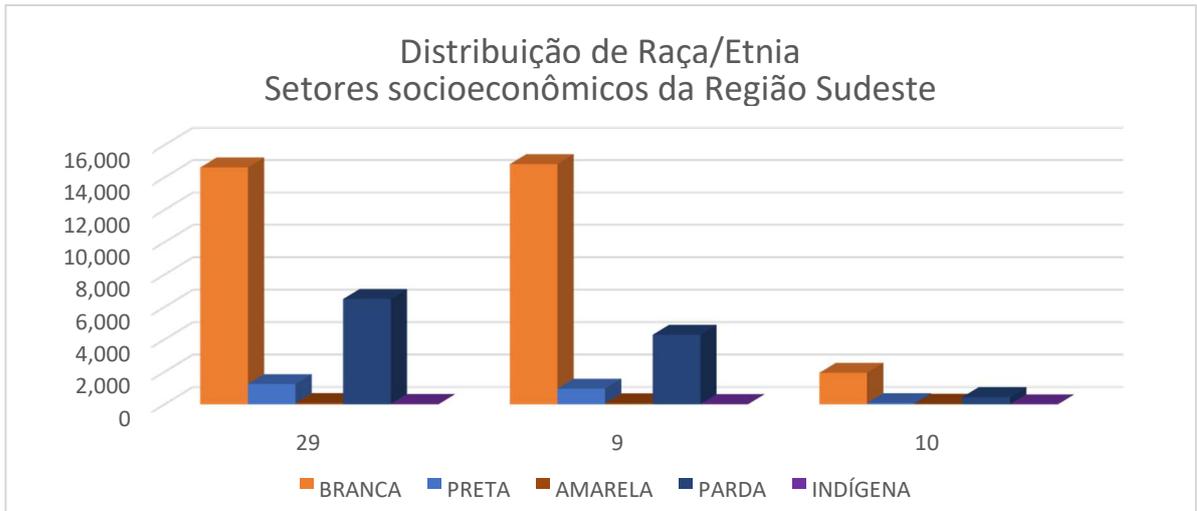


Figura 31

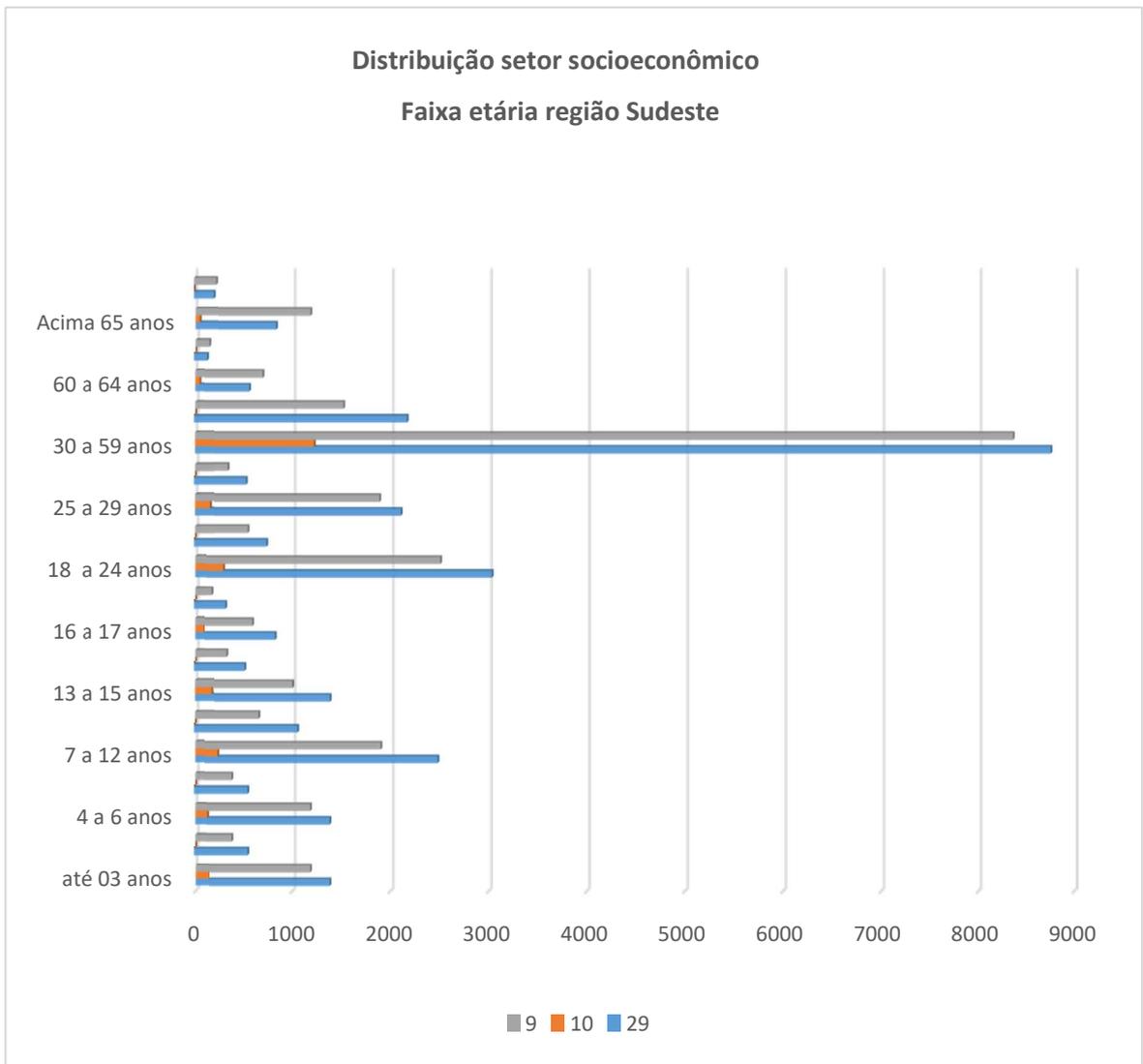
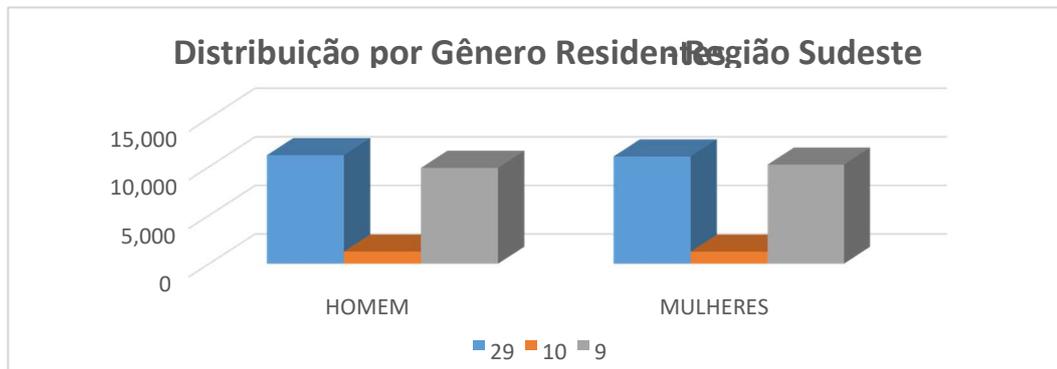


Figura 32



#### 2.10.4. Região Sul

A Região Sul é composta por 352 setores censitários e 7 setores socioeconômicos (11, 12, 13, 14, 15, 16 e 28), contabilizando uma população de 233.294 habitantes.

#### SETORES SOCIOECONOMICOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – REGIÃO SUL

SETOR	REGIÃO	SUBSETORES SOCIOECONOMICOS - LOTEAMENTOS/BAIRROS	POPULAÇÃO
11	SUL	PARQUE INTERLAGOS, PERNAMBUCANA DE BAIXO-BAIRRO, JD MESQUITA, TERRINHA, CH TORRÃO DE OURO I e II, R. PINHEIRINHO, CARAMUJO, TORRÃO DE OURO.	9.468
12	SUL	CAMPO DOS ALEMÃES, PARQUE DOS IPÊS, RES ALTOS DO BOSQUE, CONJ HAB D. PEDRO II, CONJ RES PAPA JOÃO PAULO II, CONJ HAB D. PEDRO I, CONJ HAB ELMANO F. VELOSO, JD COLONIAL, JD IMPERIAL, PINHEIRINHO OCUP, CAPINTINGAL-BAIRRO, JD REPÚBLICA, VILA DAS FLORES, JD STA	61.864

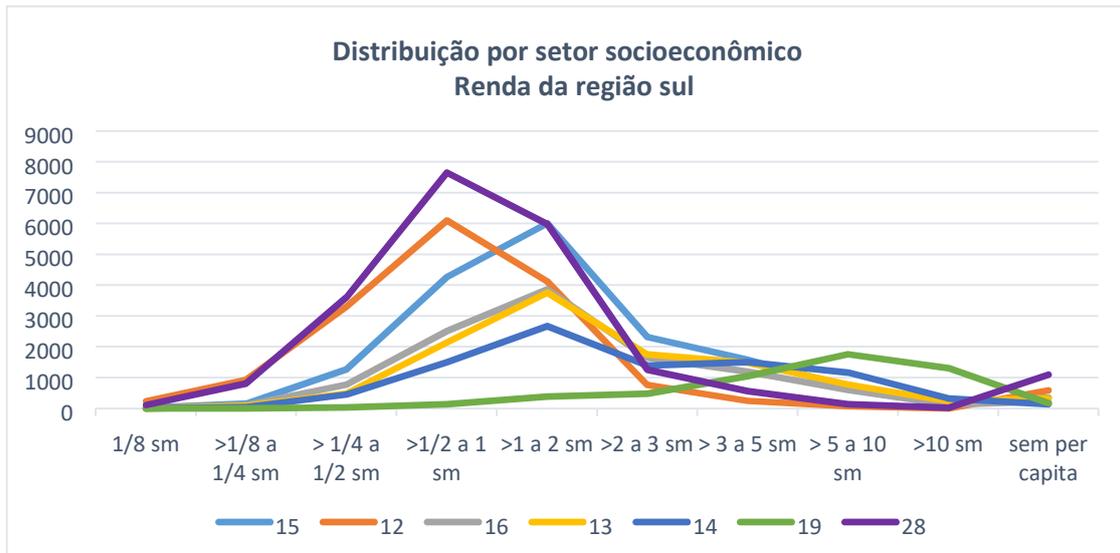
		EDWIGES, JD DOS BANDEIRANTES, JD CRUZEIRO DO SUL.	
13	SUL	BOSQUE DOS EUCALIPTOS, QUINTA DAS FLORES, JD ESTORIL, JD MADUREIRA, JD DEL REY, JD PORTUGAL, CONJ RES PRIMAVERA.	35.977
14	SUL	JD SATÉLITE, RES JARDINS, FLORADAS DE SÃO JOSÉ, CONJ RES CIDADE JARDIM.	27.900
15	SUL	JD ANHEMBI, JD AMÉRICA, RES SAN MARINO, JD PARAÍSO, JD ORIENTAL, JD DO CÉU, JD ROSÁRIO, JD ORIENTE, CONJ RES SOL NASCENTE, JD TERRAS DO SUL, JD SUL, BOSQUE DOS IPÊS, RES GAZZO, CIDADE MORUMBI, CONJ RES MORUMBI, PARQUE RES. UNIÃO, JD JULIANA.	56.292
16	SUL	PQUE INDUSTRIAL, CONJ RES MORADA DO SOL, CONJ RES RECANTO EUCALIPTOS, CONJ RES 31 DE MARÇO, JD DAS AZALÉIAS, JD PETRÓPOLIS, JD VENEZA, PQ. INDEPENDÊNCIA, CONJ RES RECANTO PINHEIROS, RES DE VILLE, PALMEIRAS DE SÃO JOSÉ, JD VALE DO SOL, CHÁCARAS REUNIDAS, R. JANUARIA, RIO COMPRIDO, ELDORADO, RIO COMPRIDO.	35.707
28	SUL	VL NOVA CONCEIÇÃO, JD AEROPORTO, VL DAS ACÁCIAS, VILA LETÔNIA, VL NAIR, VL SÃO BENTO, VILA LUCHETTI, XINGU (LUCHETTI), PROJETO TORRÃO DE OURO.	6.328

No que se refere à questão renda per capita, nos setores socioeconômicos da Região Sul que identifica-se índices acima da média do município referente a famílias com renda per capita até 1 salário mínimo são: o setor 11 (Parque Interlagos; Torrão de ouro; Jd. Mesquita, etc.); o setor 12 (Campo dos alemães; Pinheirinho

ocupação; conj. Hab. D. Pedro I e II; etc.) e o setor 28 (Vila São Bento; Vila Nair; Vila Luchetti, etc.)

Ressalta-se que 2 desses setores, 11 e 12 também apresentam índices denominados sem renda, maiores que o índice do município.

Figura 33



Essa região possui 17.673 famílias inscritas no Cadastro Único e destas, 7.750 estão inseridas no Programa Bolsa Família. Por outro lado, a Região Sul possui 11.186 famílias com perfil compatível para o Cadastro Único e não inscritas, demonstrando a necessidade de um planejamento que priorize a realização de ações de cadastramento naqueles setores identificados como sendo de maior vulnerabilidade.

Destaca-se que de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, a Região Sul possui: 11 setores censitários com muito alta vulnerabilidade; 17 setores censitários de alta vulnerabilidade e 46 setores censitários de média vulnerabilidade.

Cabe salientar que o setor socioeconômico 12 possui o mais alto grau de vulnerabilidade não somente da Região Sul, como também do município de São José dos Campos sendo: 11 muito alta; 13 alta e 38 média vulnerabilidade. Importante destacar que é o setor onde estava localizado o Pinheirinho Ocupação, somente ele com 9 setores censitários com muito alta vulnerabilidade.

Assim sendo, confirma-se a necessidade de implantação e ampliação de investimentos em serviços socioassistenciais, principalmente direcionados a prevenção, na Região Sudeste onde está sendo construído o loteamento Pinheirinho dos Palmares, local das futuras moradias dessas famílias. A população do Pinheirinho Ocupação possui 1.342 famílias com perfil do Cadastro Único, sendo 88,29% da população, apresentando acima da média do município que é de 40,61%.

A faixa etária de 30 a 59 anos é predominante na Região Sul, porém nos setores socioeconômicos 11;12;15 e 28 o índice de crianças é maior que índice do município, destes setores somente o que não possui índice de adolescentes acima da média do município é o setor 15.

Figura 34

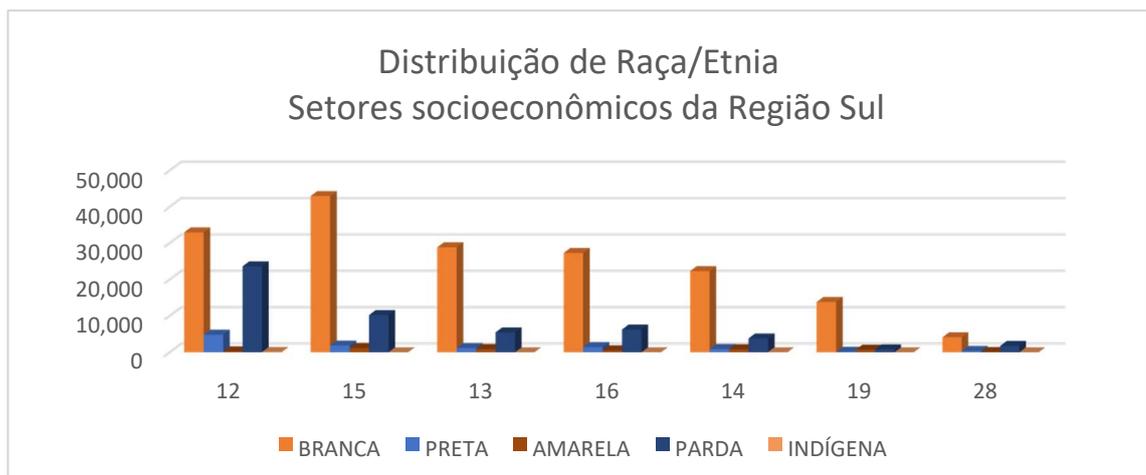
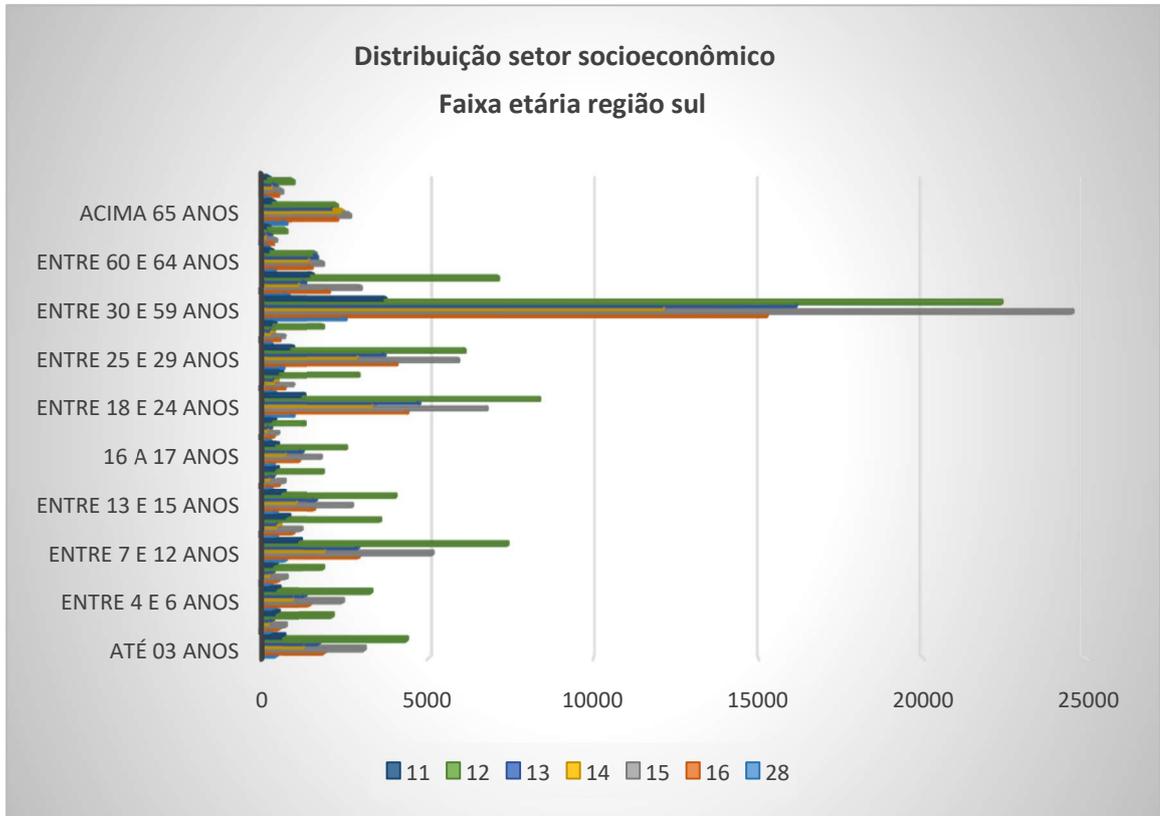


Figura 35



#### **2.10.4.1 O Setor Rural Sul**

O Setor Rural da Região Sul, possui 10 setores censitários, destes um setor é de muito alta vulnerabilidade. Possui 1.062 domicílios com 3.216 residentes, sendo 637 crianças; 298 adolescentes; 544 jovens e 449 idosos. Aproximadamente 47% (493 das famílias) possui renda familiar per capita de até 1 salário mínimo.

O CRAS de referência deste Setor Rural é o CRAS Centro em virtude da facilidade de deslocamentos dos usuários.

### 2.10.5. Região Leste

A Região Leste é composta por 227 setores censitários e 9 setores socioeconômicos (5, 5A, 6, 6A, 7, 8, 27, 30 e 31) destacando-se por ser a região com maior número de setores socioeconômicos do município. Possui uma população de 160.503 habitantes, sendo segunda região mais populosa de São José dos Campos.

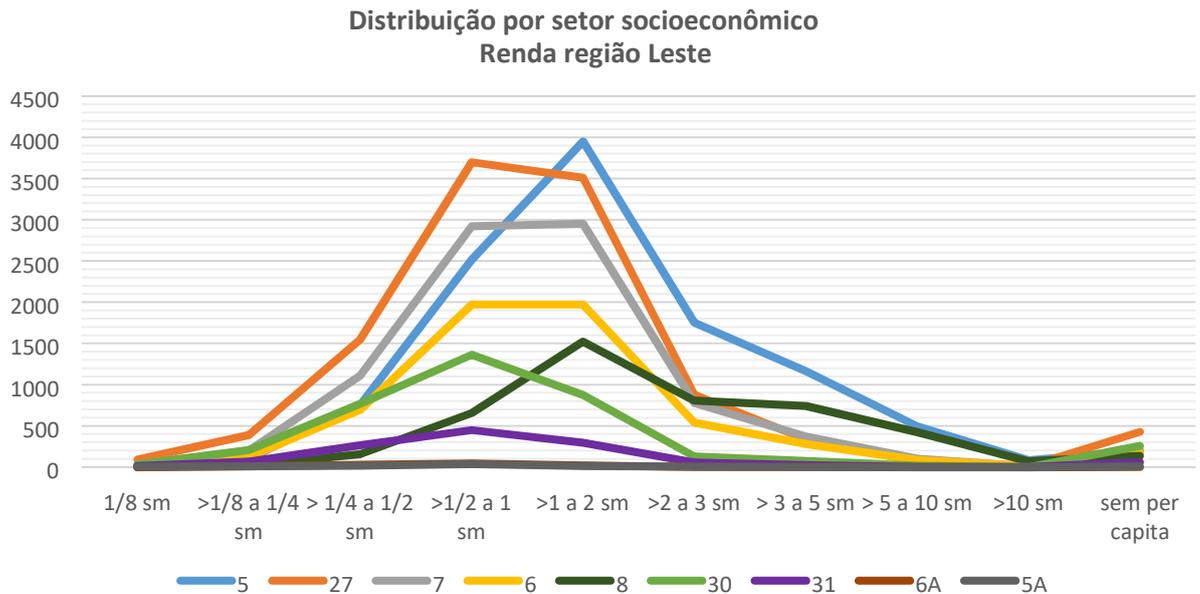
#### SETORES SOCIOECONOMICOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – Região Leste

SETOR	REGIÃO	SUBSETORES SOCIOECONOMICOS - LOTEAMENTOS/BAIRROS	POPULAÇÃO
5a	LESTE	Martins Guimaraes, Faz Pilão Arcado, Sol Nascente, Renascer I e II.	487
5	LESTE	Res Vista Linda, Vila Industrial, Jd. Ismênia, Jd. Maracanã, Jd. Olímpia, Jd. Copacabana, Jd. Brasília, Jd. Universo, Jd. São Jorge, Vila Ester, Vila Tesouro, Ch. Dos Eucaliptos, Rua Projetada, Vila Patrícia, Jd. Valparaíba, Vila Tatetuba, Conj. Res Parque das Américas, Conj. Hab. Intervale, Conj. Hab. Vila Tatetuba, Conj. Res Planalto, Conj. Integração, Antiga Favela Nova Tatetuba.	36.776
6a	LESTE	Faz Taira, Faz Honda, Faz Takanashi, Faz N..Sra. da Conceição, Faz. Vila Franca, Faz Toninho Ferreira.	412
6	LESTE	Conj. Res Jd. das Flores, Faz Taira (Parte), Faz Honda (Parte) Faz. Takanashi (Parte), Terra Nova São José Dos Campos, Eugenio De Melo, Jd. Ipê, Faz N..Sra. da Conceição (Parte) Faz Vila Franca9parte), Faz Oninho Ferreira (Parte), Jd. Itapuã, Res Galo Banco, Res Armando Moreira Righi, M Res da Ribeira, Mantiqueira I e II.	20.175
7	LESTE	Jd. São Vicente, Jd. Nova Detroit, Jd. Pararangaba, Jd. Santa Inês II, Mirante I E II, Jd. Americano, Jd. Três São José, Jd. Nova Flórida, Res Ana Maria, Campos De São José, Cajuru, Jd. Mariana, Ch. Pousada Do Vale.	30.816

8	LESTE	Jd. Diamante, Jd. Motorama, Cidade Vista Verde, Cond. Floresta, Vilaggio D'antonini, Conj. Res. Jk.	15.147
27	LESTE	Jd. Santa Inês I, Jd. São José, Jd. Santa Inês III, Conj. Hab. São José, Jd. Coqueiro, Frei Galvão, Jd. Castanheiras, Jd. Paraiso Do Sol, Jd. Nova Michigan, Ch. Araújo, Ch. Águas Da Prata, Cajuru-Bairro (Parte), Res Dom Bosco, Santa Helena, Jd. das Paineira I E II, Mato Dentro Bairro (Parte) Jd. San Rafael, Ch. Nova Michigan II, III E IV, Parque Novo Horizonte, Jd. Cerejeiras, Parque Nova Esperança.	39.306
30	LESTE	Capão Grosso - Bairro, Bica D'água, Ch. Capão Grosso, Castanheira, Morada do Fênix, Santa Maria, Ch. Sítio Jataí, Bom Retiro-Bairro, Capão Grosso II, Ebenezer, Ch. Majestic, Morada Do Sol, Portal Do Céu, Primavera II, Santa Rita, Rec. Dos Lagos, Jd. Sta. Lúcia, Cambucá, Lúcio De Oliveira Mota, Matão Dentro-Bairro, Bairrinho-Bairro, N..Sra. do Bom Retiro, Bom Retiro - Bairro (Parte) Ch. Boa Esperança, Ch. São Vicente, Primavera I, Santa Hermínia. Sítio Encantado, Vila Matilde, Fazenda Bom Retiro.	13.568
31	LESTE	Ressaca-Bairro, Jd. Mariana II, Santa Cecília I, Santa Cecília II, Maravilhas do Cajurú, Vila Monterrey, Jd. Helena Serrote-Bairro, Ch. Serrote, Recanto do Vale, Ch. Santa Luzia.	4.303

No que se refere à questão renda per capita, em todos os setores da Região Leste, identifica-se índices acima da média do município, ou seja, famílias com renda per capita de  $\frac{1}{4}$  a 2 salários mínimos. Ressalta-se que três desses setores também apresentam índices denominados sem renda, maiores que o índice do município.

Figura 36



Essa região possui 14.464 famílias inscritas no Cadastro Único e destas, 7.628 estão inseridas no Programa Bolsa Família. Por outro lado, a Região Leste possui 11.159 famílias com perfil compatível para o Cadastro Único e não inscritas, demonstrando a necessidade de um planejamento que priorize a realização de ações de cadastramento naqueles setores identificados como sendo de maior vulnerabilidade.

Destaca-se que de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, a Região Leste possui 28 setores censitários de alta vulnerabilidade, 27 setores de média vulnerabilidade e apenas 1 de seus setores socioeconômicos, o setor 8, é considerado, exclusivamente, de baixa vulnerabilidade.

Dentre os setores socioeconômicos de maior vulnerabilidade da região, cabe destacar o setor socioeconômico 27, pois o mesmo possui oito setores censitários de média vulnerabilidade e nove setores censitários de alta vulnerabilidade. O setor socioeconômico 30 também deve ser destacado por apresentar dez setores censitários de média vulnerabilidade e sete setores censitários

de alta vulnerabilidade. Assim sendo, confirma-se a necessidade implantação e ampliação de investimentos em serviços básicos a população, principalmente direcionados a prevenção de violação de direitos.

A região possui vários empreendimentos habitacionais que foram construídos e ocupados após o censo de 2010, somando um total de 2.756 residências não computadas nesse último censo. Grande parte desses empreendimentos foi implantada no setor 27 (Frei Galvão; Cajuru e Colinas). Isso ocasionou a ampliação da população residente no setor, tornando os serviços de assistência social ainda mais insuficientes, sendo que a única Unidade lá localizada é o CRAS Novo Horizonte. Verifica-se, portanto, a necessidade de ampliação de serviços socioassistenciais nesse setor, principalmente por se tratar do setor socioeconômico mais populoso da região com 39.494 moradores. Indica-se a necessidade de implantação de mais um CRAS e outros serviços de assistência social nas imediações dos bairros Campos São José e Santa Cecília I e II, pois a distância destes com o CRAS de referência, hoje, é de aproximadamente 7,0km.

Deve-se considerar que parte do setor 27 é referenciada pelo CRAS Vista Verde em função da maior facilidade de acesso para algumas localidades da região, como por exemplo: o Jd. Coqueiro; o Jd. Santa Inês III e o Jd. São José II. Considerando-se que a distância entre este último bairro e o CRAS Vista Verde está na margem de 10 km, conclui-se que a implantação de serviços da Assistência Social nas imediações do Jardim Santa Inês III e/ou em seus bairros adjacentes, talvez seja uma boa alternativa para melhorar o acesso dessa população aos locais de atendimentos socioassistenciais.

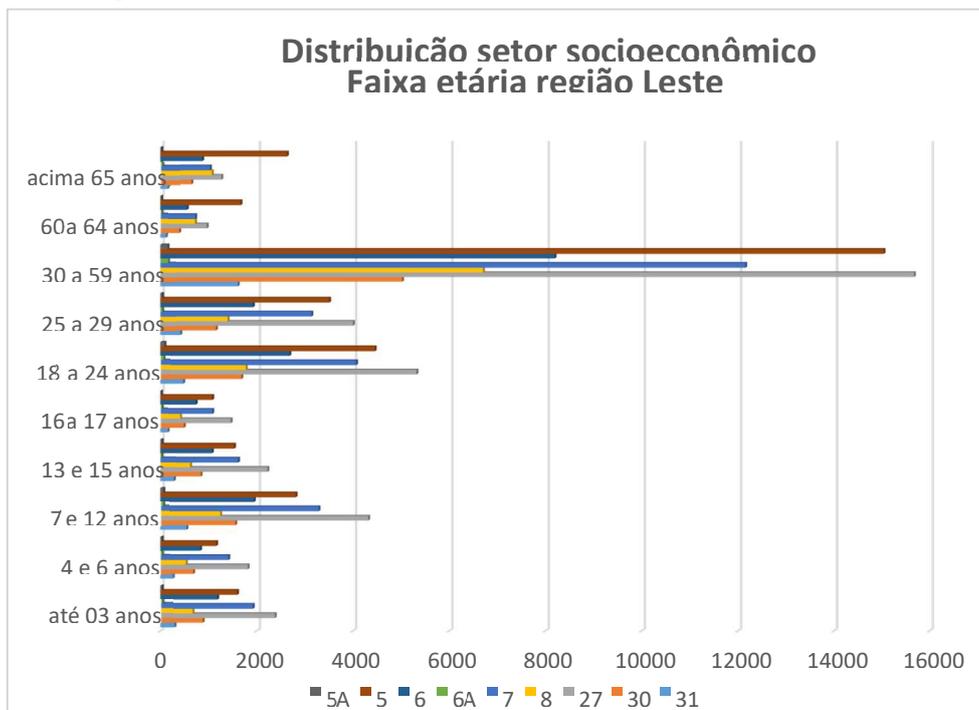
Ainda sobre os serviços socioassistenciais, verifica-se que no setor socioeconômico 8 estão instalados, em Unidades Públicas, o CRAS Vista Verde e dois serviços de convivência para pessoas idosas. Contudo, o setor socioeconômico 7 é o que apresente maior grau de vulnerabilidade, possuindo o índice de idosos maior que a média do município: 1789 acima de 60 anos com 11,81%, enquanto que a média do município é de 9,84% para a mesma faixa etária. Assim sendo, justificaria-se a criação de serviços para atendimento à pessoa idosa naquele setor socioeconômico.

A faixa etária de 30 a 59 é predominante na Região Leste, porém nos setores 5 e 8 estão acima da média do município para essa faixa etária. Outras faixas etárias acima da média do município que foram constatadas: no setor 5 a faixa etária acima de 65 e a faixa etária de 18 a 24 anos nos setores 5 A.

Embora grande parte dos setores socioeconômicos da Região Leste tenha predominância da faixa etária de 30 a 59 anos, diferentemente de outras regiões do município, destaca-se ainda a faixa etária infante juvenil no setor socioeconômico 27, sendo: 8.515 crianças, 3.687 adolescentes e 9.326 jovens; totalizando 21.528, ou seja, 54,57% da população residente nesse setor, índice maior do que a média do município é de 48,55%. O mesmo acontece no setor 30 que possui: 3.119 crianças, 1.326 adolescentes e jovens 2.839; totalizando 7.284, perfazendo 54,87% do público que reside no setor em questão, porcentagem também superior à referida média do município.

Deste modo, avalia-se que seja importante a implantação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos direcionados, prioritariamente, a população infante juvenil identificada nos setores socioeconômicos 27 e 30.

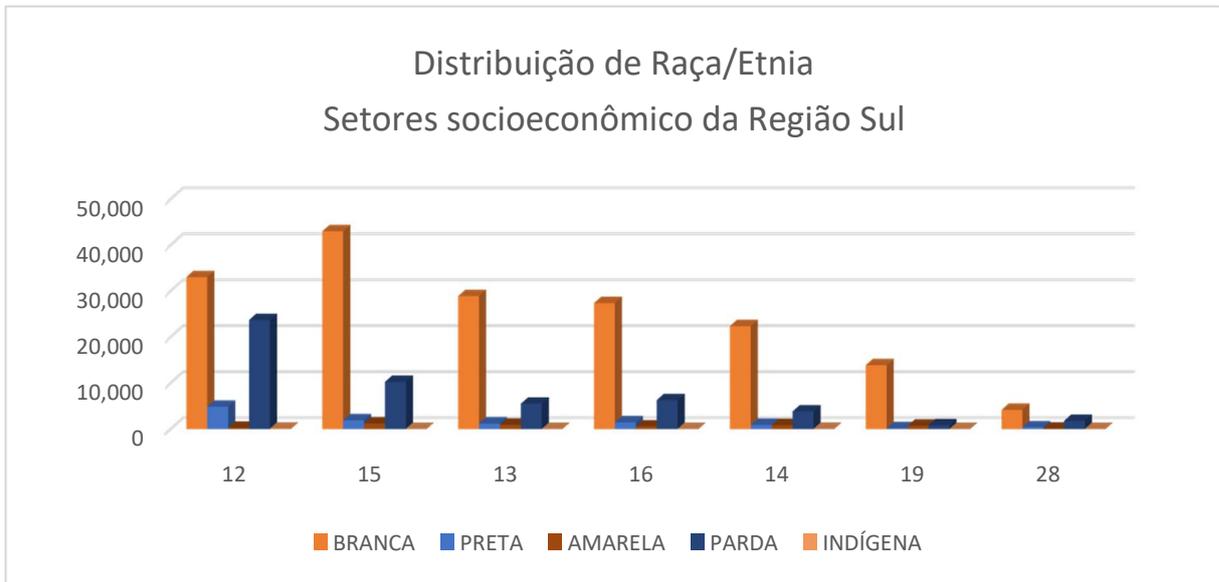
Figura 37



A raça/etnia branca se destaca nos setores 5 A; 5 e 8 com índice acima da média do município que é de 72,41% se declararam brancas; nos setores 5 A; 8; 27 e

31 o índice acima da média do município (21,43%) é para a população que se declarou parda. Cabe destacar que no setor 27 o índice de indígenas é de 0,05 (20 pessoas), maior que a média do município que é de 0,03 %.

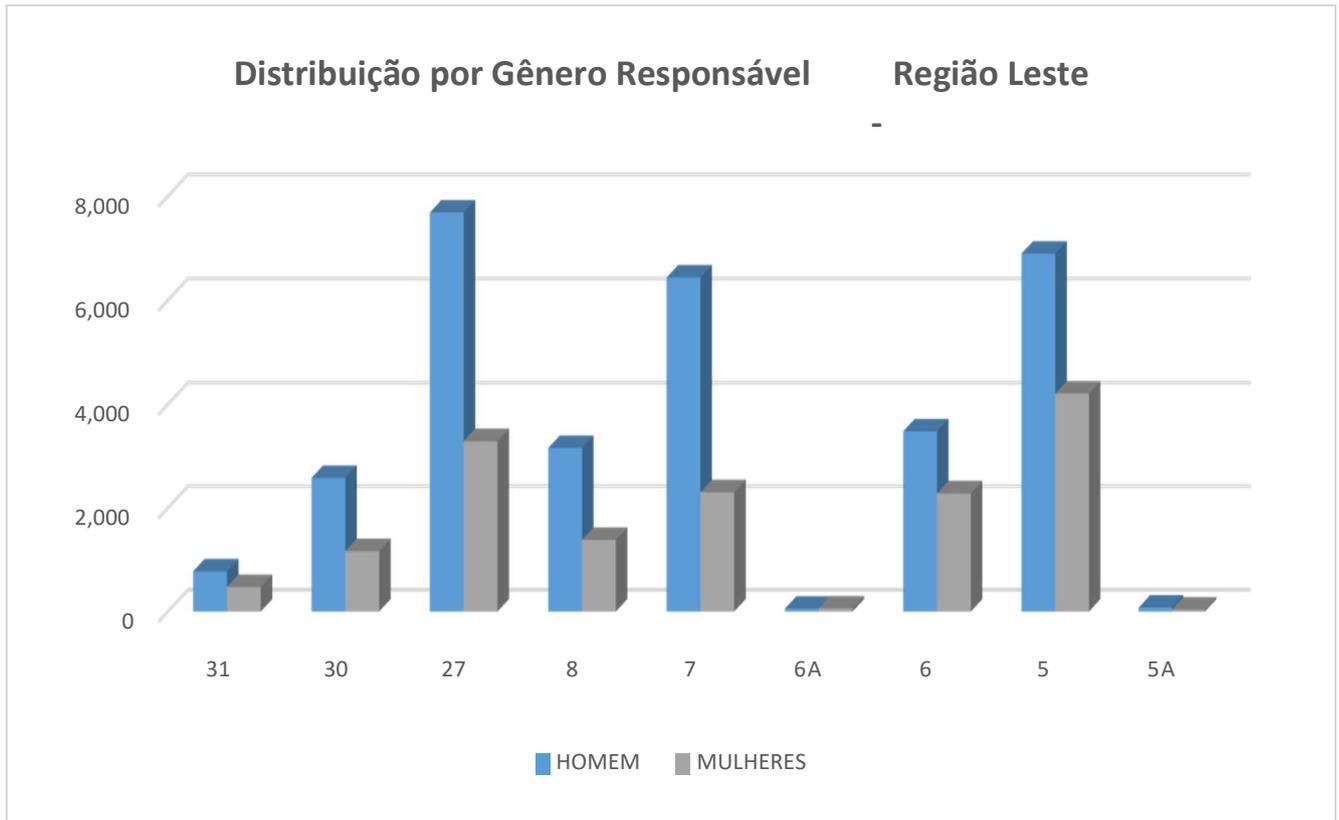
Figura 38



Dos nove setores socioeconômicos que compõe a Região Leste, somente três deles (5 A, 8 e 30) se destacam por apresentarem índices altos de famílias com condições habitacionais importantes, ou melhor, mais de 50% declaram possuir imóvel próprio.

Verifica-se que a incidência de homens responsável pela família com cônjuge/comp. é maior que a média do município em quatro setores socioeconômicos da região: 5 A, 7, 8 e 27. Por outro lado, se destaca também o número de mulheres responsáveis pela família com cônjuge/comp., computando índices acima da média do município em três setores socioeconômicos, são eles: 6 A, 6 e 31.

Figura 39



### 2.10.6. Região Norte

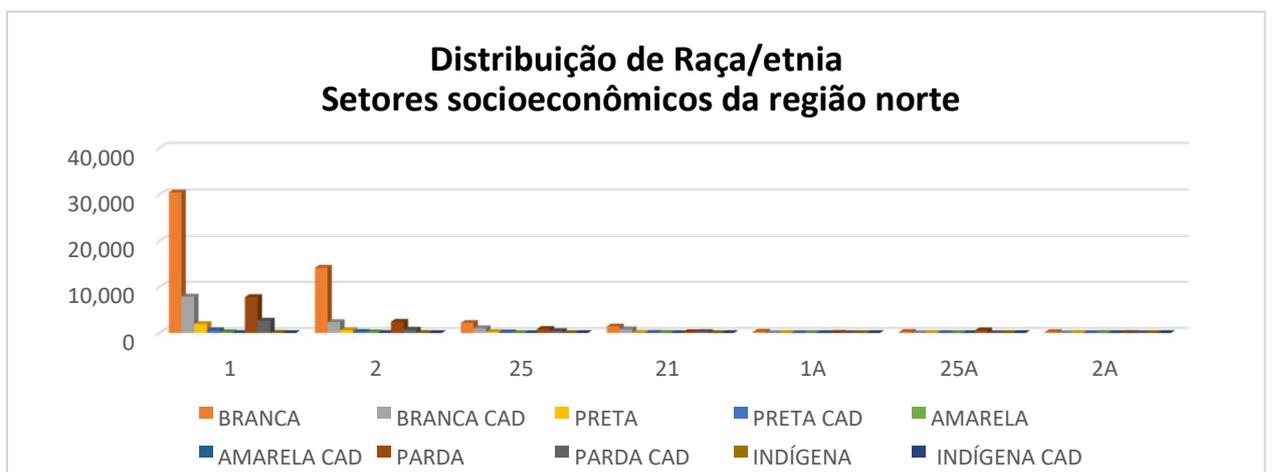
A Região Norte possui 7 setores socioeconômicos (1, 1A, 2, 2A, 21, 25 e 25A) e 99 setores censitários, com uma população de 61.072 moradores.

SETOR	REGIÃO	SUBSETORES SOCIOECONOMICOS - LOTEAMENTOS/BAIRROS	POPULAÇÃO
1a	NORTE	JAGUARIUNA - PARTE	299
1	NORTE	VILA PAIVA, JD BOA VISTA, JD SANTA MATILDE, VILA CÂNDIDA, VILA SÃO GERALDO, RECANTO CAETÊ BAIRRO (PARTE), ALTOS DA VILA PAIVA, CONJ HABIT SÃO GERALDO, ALTO DA PONTE, JD MARITÉIA, VILA LEONÍDIA, VILA NSA DAS GRAÇAS, VILA VENEZIANI, SÃO SEBASTIÃO, VILA SANTARÉM, VILA SINHÁ, JD GUIMARAES, VILA LEILA, VILA	40.350

		MONTE ALEGRE, VILA LEILA II, VILA UNIDOS, CAETÊ BAIRO, CH OLIVEIRAS, CH MIRANDA, MINAS GERAIS, VILA DIRCE, ALTOS DE SANTANA, TELESARKER.	
2a	NORTE	PARTE DO BANHADO	214
2	NORTE	VILA MACHADO, VILA ALEXANDRINA, VILA DO CARMO, VILA DONA, VILA ESMERALDO, VILA SIMONE, VILA DO PENA, SANTANA, JD ANCHIETA, JD NOVA PAULICÉIA, VILA CRISTINA, CONJ RES VILA CRISTINA, JD JACI, VILA RANGEL, VILA CHIQUINHA, JD OURO PRETO, VILA PASTO ALTO, VILA ALEXANDRINA (PARTE) VILA CÉSAR, VILA ROSSI, VILA ZIZINHA, FAV VILA RHODIA.	17.279
21	NORTE	SÃO FRANCISCO XAVIER, BAIRO DOS FERREIRAS	1.662
25	NORTE	VARGEM GRANDE, AGUAS CANINDU, ESPELHO D'AGUA, CH HAWAI, COLINAS DO PARAHYBA.	3297
25a	NORTE	VARGEM GRANDE, FAZ JATAÍ, VILA DO RHODIA	282

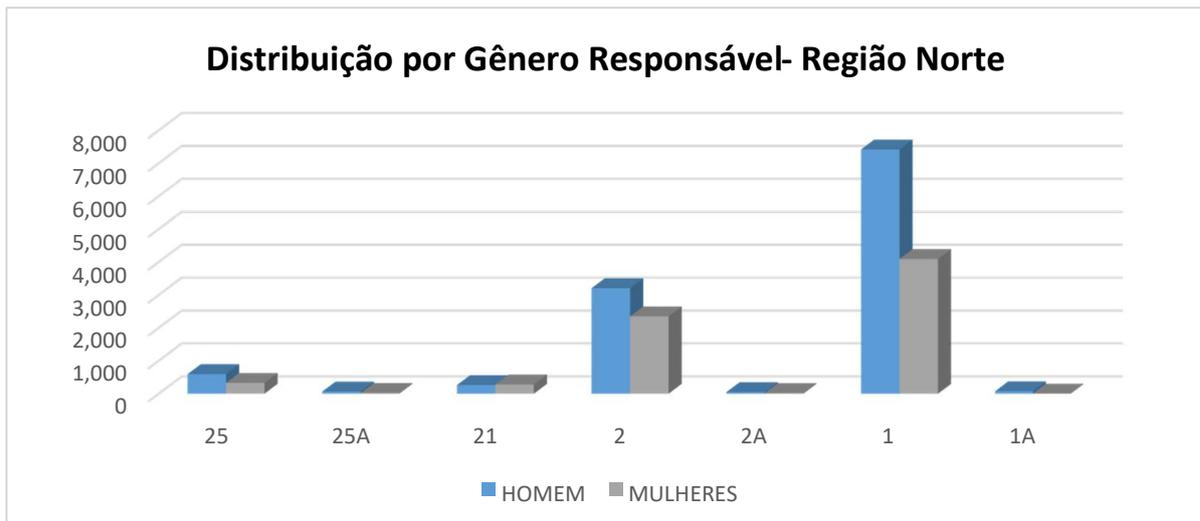
Quanto a raça/etnia, destaca-se nos setores socioeconômicos 1 A e 25 com índice acima da média do município, o número de pessoas que se declararam pardas. No setor 1 prevalece o índice acima da média do município daqueles que se declaram brancas.

Figura 40



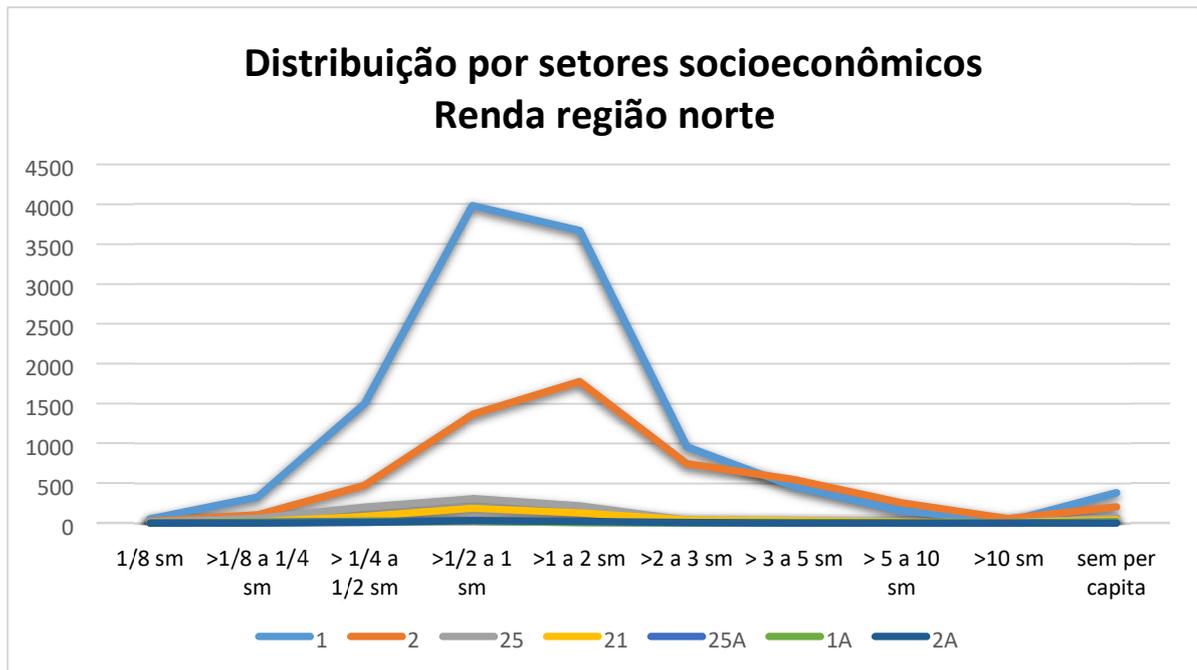
Verifica-se na Região Norte que a dimensão de homens responsável pela família com cônjuge/comp. é maior que a média do município, com exceção do setor 21 (São Francisco Xavier), que apresenta a mulher responsável pela família com cônjuge com porcentagem maior do que a média do município.

Figura 41



No que se refere à questão renda per capita dos de seus setores, excetuando-se o setor socioeconômico 2 (Vila Machado, Santana, etc.), todos possuem renda de até 1 salário mínimo com índice acima da média do município. Cabe destacar, que os setores socioeconômicos 1 A (Jaguariúna); 25 (Águas de Canindu; Espelho D'água; Ch. Hawai e Colinas do Parahyba) e 25 A (Vargem Grande; Faz. Jataí e Vila do Rhodia) possuem renda per capita zero, apresentando porcentagens maiores que a média do município.

Figura 42



A região possui 3.697 famílias com perfil do Cadastro Único e não cadastradas. Assim, se faz necessário planejamento de priorização dos setores de maior vulnerabilidade.

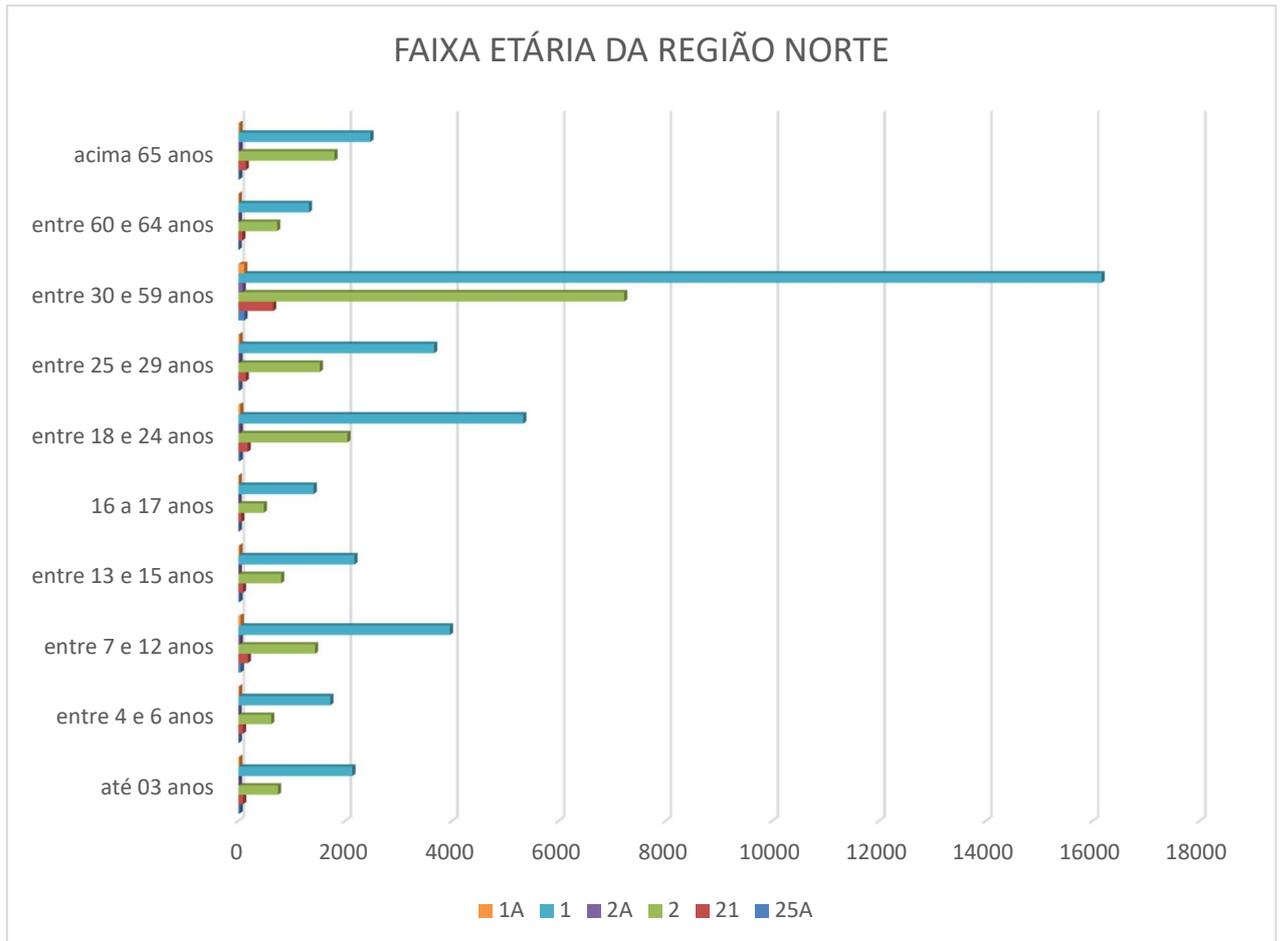
De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, a Região Norte possui 10 setores censitários de alta vulnerabilidade (setores socioeconômicos 1; 1A; 21;25) e 24 setores censitários de média vulnerabilidade (setores socioeconômicos 2; 21; 1 e 25 A)

Cabe destacar que o setor socioeconômico 1 (Vila Paiva; Jd. Boa vista; Altos de Santana; Telespark, etc.) apresenta maior número de setores censitários vulneráveis, sendo três setores de alta vulnerabilidade e dezoito de média vulnerabilidade. Setor este que concentra maior número de moradores, com uma população de 37.581 residentes.

Observa-se que nos setores de maior vulnerabilidade (1; 1A; 21; 25 e 25 A), há índice de crianças e adolescentes maior que a média no município. Por outro lado, no setor 21 o índice de idosos (cima de 60 anos) é maior que a média do município. Assim conclui-se ser é importante a implantação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos direcionados a estes públicos.

Destaca-se também que nos setores 1; 1 A e 25, grande incidência de jovens entre 18 e 24 anos com porcentagens maiores do que a média do município, indicando a necessidade da implantação de serviços direcionados para esta população.

Figura 43



Quanto à existência de Unidades Públicas, verifica-se que o setor socioeconômico 1, onde o índice de vulnerabilidade e de população é de maior incidência, possui serviços das principais políticas públicas, inclusive da Assistência Social – 01 CRAS e 01 CREAS. Contudo percebe-se a necessidade da ampliação dos serviços, principalmente de prevenção, visto que nesse setor estão localizados alguns empreendimentos habitacionais posteriores ao censo de 2010, somando 1410 residências não computadas nesse último censo.

Por outro lado os setores socioeconômicos 1 A e 25, não possuem serviços públicos de nenhuma política pública básica. Assim, verifica-se a necessidade de serviços públicos mais próximos da população vulnerável, principalmente no setor 25 que apresenta a maior demanda.

### **2.10.7. Setor Rural Norte**

O Setor Rural da Região Norte, possui 22 setores censitários, destes 9 setores são muito alta vulnerabilidade. Possui 2.801 domicílios com 9.445 residentes, sendo 2.016 crianças; 1000 adolescentes; 1.776 jovens e 1.047 idosos. Cujas renda de 1.882 das famílias é de até 1 salário mínimo per capita.

O CRAS de referência deste Setor Rural é o CRAS Alto da Ponte, porém, apesar de ser demanda pulverizada sem concentração em bairro específico, com uma extensão territorial abrangente e desprovido de serviços socioassistenciais neste setor, se faz necessário o estabelecimento de estratégias de atendimento prioritário e direcionado a essa população.

### **2.11. Vulnerabilidade Social**

Conforme dados do Censo Demográfico 2010, no município, a taxa de pobreza da população era de 7,71%, abaixo das médias nacional, regional e estadual.

Segundo estimativas do Censo Demográfico 2010 o município tinha 34.776 famílias com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, consideradas de baixa renda, destas 19.618 são consideradas pobres com renda per capita até R\$154,00 (perfil do Programa Bolsa Família).

Ainda segundo informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Ministério do Desenvolvimento Social, em setembro de 2015 constava na base de dados do Cadastro Único 46.430 famílias, sendo que destas 17.954 com

renda per capita até R\$77,00 (extrema pobreza) e 7.024 com renda per capita entre R\$77 e R\$154,00.

Dentre a população em situação de extrema pobreza se destaca aquela com renda per capita abaixo de R\$70,00, segundo parâmetros do Censo Demográfico. Em 2010 o município contava com 12.140 pessoas nesta situação, equivalente a 1,9% do total da população. Deste total, 965 (7,9%) viviam no meio rural e 11.175 (92,1%) em meio urbano.

Censo também revelou que 43,3% desta população têm entre zero e 17 anos e 12,5% têm mais de 60 anos.

Dentre a população acima de 60 anos, 3,7% possuíam renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, correspondente a aproximadamente 2.300 idosos. Em dezembro de 2015 identificamos 4.837 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. A constatação de que mais do que o dobro de idosos recebem o BPC pode ser explicado pela diferença de critérios para cálculo de renda, adotados para concessão do benefício, tendo em vista que não são considerados os filhos maiores de idade casados e outros parentes (sobrinhos, netos, irmãos, nora, genro etc.) que residam com o idoso.

Dados do Cadastro Único municipal informam que o Programa Bolsa Família inseriu, em 2015, novas 6.708 famílias. Essa inserção é resultado das ações feitas pela Prefeitura, como o trabalho de atualização e da descentralização do Cadastro Único – Cad. Único, que hoje está presente em todas as unidades de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Também é resultado das ações da denominada “busca ativa” desenvolvida tanto pela equipe do Cad. Único como pelas equipes dos CRAS e dos Centros Especializados de Assistência Social – CREAS.

O número de beneficiários em São José dos Campos, vide quadro abaixo, passou a ser de 23.247 famílias. Esse número já supera a meta estabelecida pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), que é de 21 mil famílias em situação de pobreza, o que comprova a eficiência da gestão do Cadastro Único. O volume de recursos destinado às famílias do município atingiu o patamar de R\$ 3,9 milhões por mês.

Esse dado indica que São José dos Campos ainda tinha um grande número de famílias com perfil para ingresso no programa, mas não eram alcançadas pela Prefeitura. Com o Programa Brasil Sem Miséria, ao longo dos últimos anos, foi possível a emancipação de inúmeras famílias que superaram o patamar da pobreza e deixaram de receber transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família, abriu-se, então, uma “janela” de cerca de 3 milhões de famílias com perfil para ingresso no Programa em todo o Brasil, sendo quase 7.000, nos últimos três anos, em São José dos Campos.

### **2.11.1. Análise dos Setores Censitários de Maior Vulnerabilidade**

Os setores de maior vulnerabilidade no município foram selecionados a partir do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, onde elegemos setores com alta ou muito alta vulnerabilidade, e os indicadores do Plano Brasil Sem Miséria, consideramos os setores com 8% ou mais de famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$70,00 – dados Censo 2010).

### **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS é calculado pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) é um indicador construído com base em estudos e teorias sobre o fenômeno da pobreza, que levam em conta além da renda, outros fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social, tais como escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos. O IPVS classifica os setores censitários e, a partir deles, o município combinando e as dimensões demográficas e socioeconômicas, com base nos dados do Censo Demográfico – IBGE.

Os setores censitários com, no mínimo, 50 domicílios particulares permanentes foram classificados em um dos sete grupos:

1. Grupo 01 – baixíssima vulnerabilidade;
2. Grupo 02 – vulnerabilidade muito baixa;
3. Grupo 03 – vulnerabilidade baixa;
4. Grupo 04 – vulnerabilidade média;
5. Grupo 05 – vulnerabilidade alta;
6. Grupo 06 – vulnerabilidade muito alta (engloba apenas os setores censitários classificados no Censo Demográfico como “aglomerados subnormais” com concentração de população jovem e de baixa renda);
7. Grupo 07 – setores censitários rurais de alta ou muito alta vulnerabilidade

Tendo em vista que para a classificação dos setores censitários, a Fundação SEADE, apenas considerou os setores censitários com mais de 50 domicílios permanentes, ficaram de fora 58 setores correspondente a 5,6% do total.

Conforme dados do IPVS, 66% da população do município reside em áreas de vulnerabilidade baixa ou muito baixa e 9,3% em setores de baixíssima vulnerabilidade. A população residente em área de muito alta vulnerabilidade corresponde a 1,1%, sendo que na área rural o percentual de moradores em áreas com esta classificação é de 0,8%.

Comparando-se os dados do município em relação à Região Metropolitana, a cidade de São José dos Campos concentra 70% da população que reside em áreas de baixíssima vulnerabilidade e 57% daquelas que residem em território de muito alta vulnerabilidade.

Figura 44

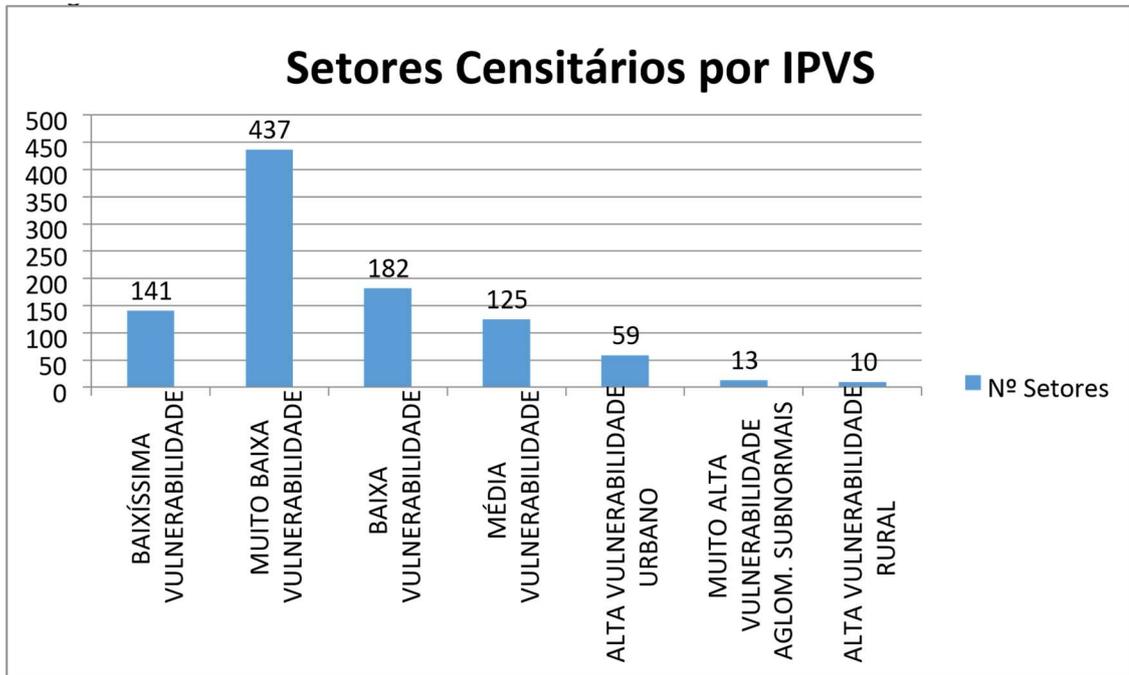
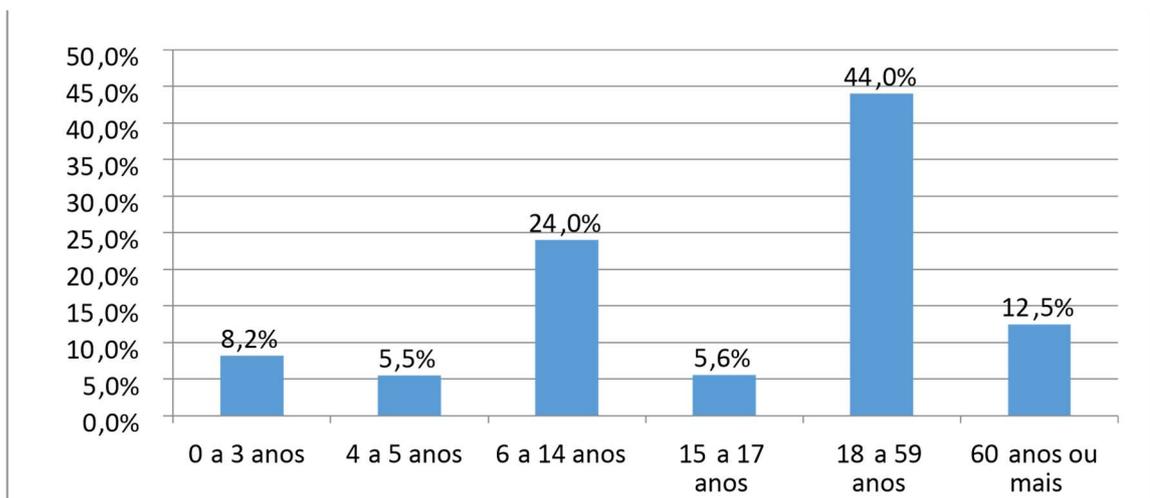


Figura 45

**Distribuição Percentual por Faixa – per capita até R\$ 70,00**



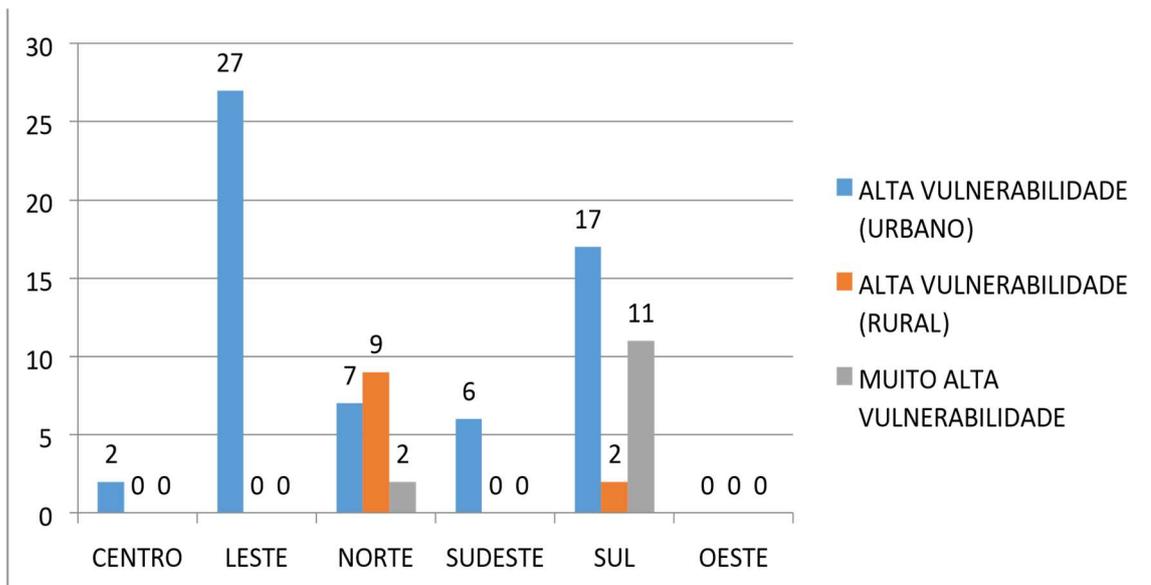
Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Quando analisamos a distribuição dos setores de alta ou muito alta vulnerabilidade pelas regiões do município, identificamos 25 destes (equivalente a 30,5%) localizam-se na Região Leste após o Rodovia Presidente Dutra. A Região Sul

concentra 34,1% com 28 setores, porém destes 11 (muito alta vulnerabilidade) se referem ao Pinheirinho que foi objeto de reintegração de posse em 2012 e, portanto, não possuem mais moradores.

Os territórios localizados na área rural caracterizados com de muito alta vulnerabilidade estão concentrados na região Norte com 90% do total.

Figura 46



### 2.11.2. Setores de Extrema Pobreza

Para identificação destes setores censitários levou-se em consideração a porcentagem de famílias em situação de miséria. Considerando os parâmetros estabelecidos no Programa Brasil Sem Miséria, usamos como corte os setores com 8% ou mais de famílias com renda per capita até R\$70,00 (Censo 2010).

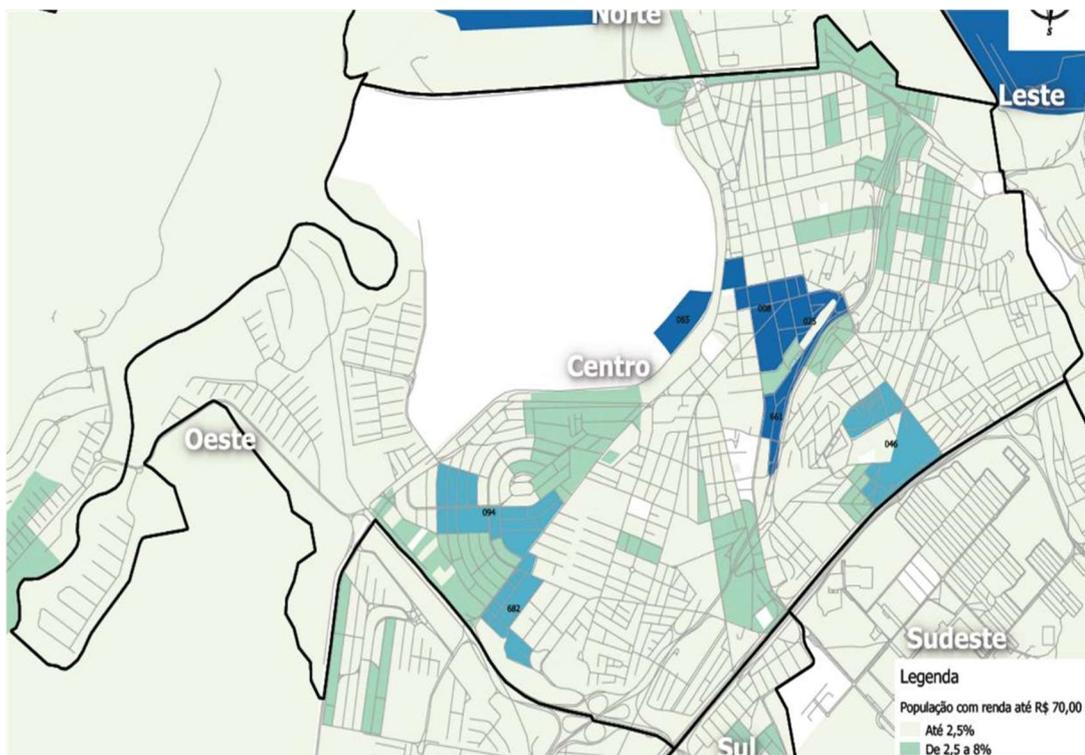
De acordo com o Censo Demográfico de 2010, São José dos Campos possui 1,9 % das pessoas em situação de miséria totalizando 12.140 pessoas provenientes de famílias com renda per capita de até R\$ 70,00. O município possui 50 setores censitários (4,8% do total) com 8% ou mais dos residentes em situação de extrema pobreza. Destes, 16 (32%) estão na Região Leste e 14 (28%) na Região Sul. No entanto, do total de setores em extrema pobreza da Região Sul 78,5% (11) se



## Região Centro

A Região Centro possui sete setores com 8% da população com renda per capita até R\$ 70,00. Sobressaindo o Banhado (16,8 %). Local que o município já possui proposta de remoção da população haja vista ser local de proteção ambiental. Embora localizado no centro da cidade, 66 dos domicílios possuem outras formas de abastecimento de água, 10 não possuem banheiro, 59 pessoas responsáveis são analfabetas e 200 crianças de 0 a 6 anos.

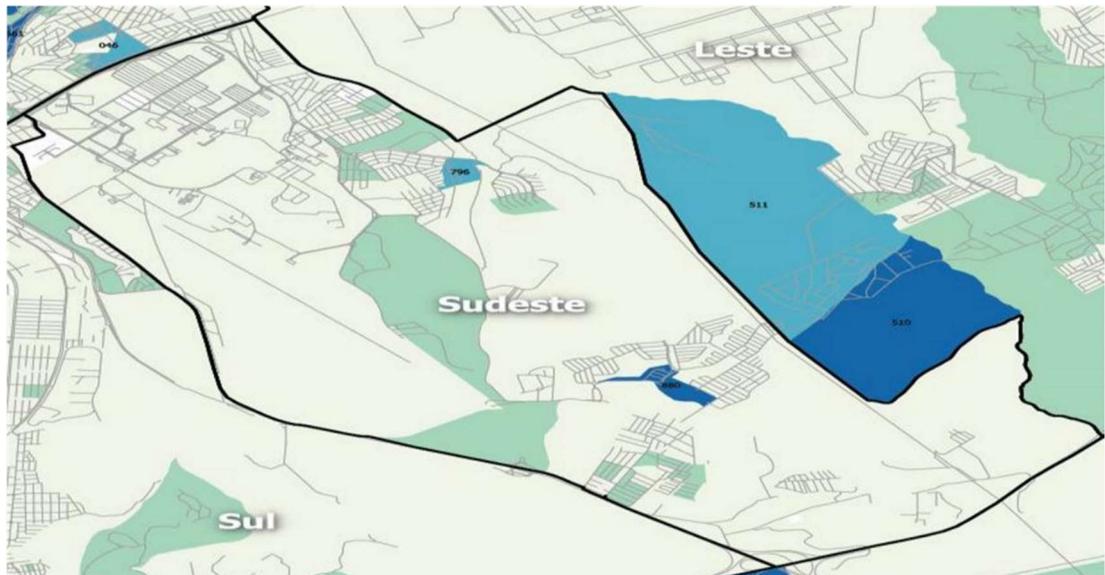
Figura 48



## Região Sudeste

Esta região possui dois setores de maior vulnerabilidade, tendo destaque para o Jardim Santa Luzia com 13,2% das famílias com renda até 70,00.

Figura 49



## Região Leste

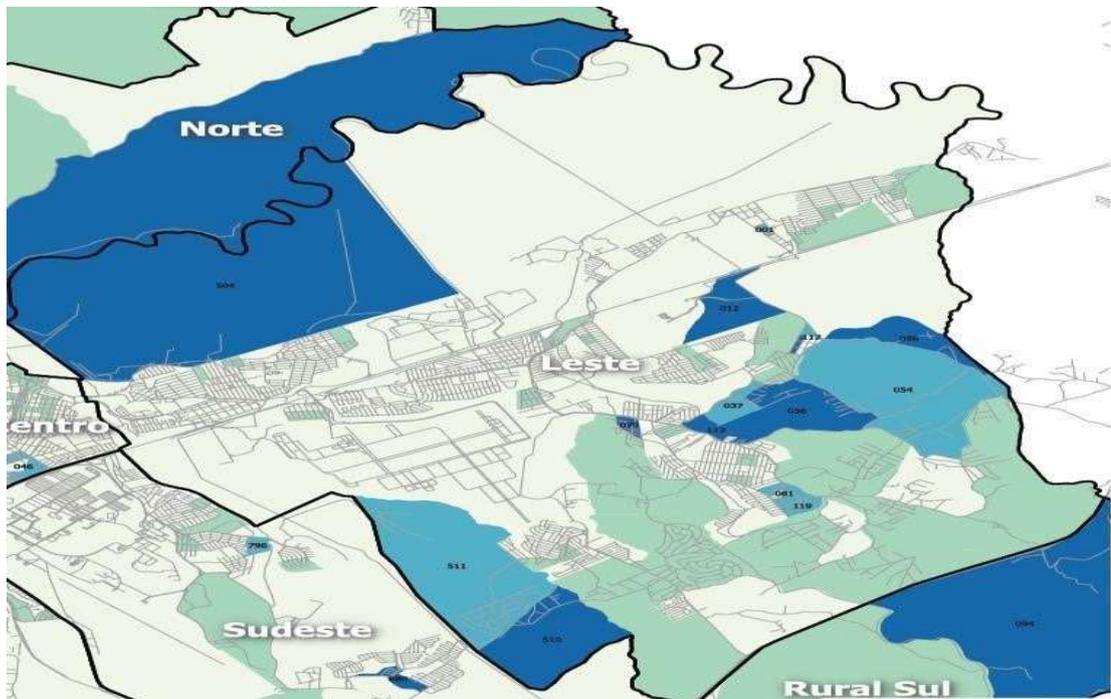
A Região Leste, de acordo com os indicadores do Plano Brasil sem Miséria, possui o maior número de setores censitários com concentração acima de 8% de famílias em situação de extrema pobreza, 16 setores. Assim, como no IPVS, verifica-se que a maioria dos setores censitários com concentração de famílias em extrema pobreza está abaixo da Rodovia Presidente Dutra.

Cabe salientar que embora alguns setores possa lançar um percentual alto de famílias vulneráveis a quantidade nominal poderá ser pequena, haja vista que em alguns setores o número de famílias é pequeno, como, por exemplo, o parque tecnológico com 100% das famílias vulneráveis, porém correspondente a duas famílias residentes. Enquanto que na Chácara Araújo 12,70% da população com rendimento per capita de até R\$70,00 abrange o universo de 243 famílias.

O setor censitário que abrange a Chácara Araújo concentra o maior número de crianças de 0 a 6 anos na região, com 234. Cabe salientar que no setor não há Escola de Educação Infantil, as escolas mais próximas estão localizadas nos bairros Jardim Castanheira e Paraíso do Sol.

Cabe salientar que embora o município tenha baixo índice de analfabetismo, em dos setores censitários que compõe o Jardim São José II, 31 pessoas responsáveis não são alfabetizadas, embora tenha Escola de Ensino Fundamental e EJA – Educação de Jovens e Adultos no Bairro.

Figura 50

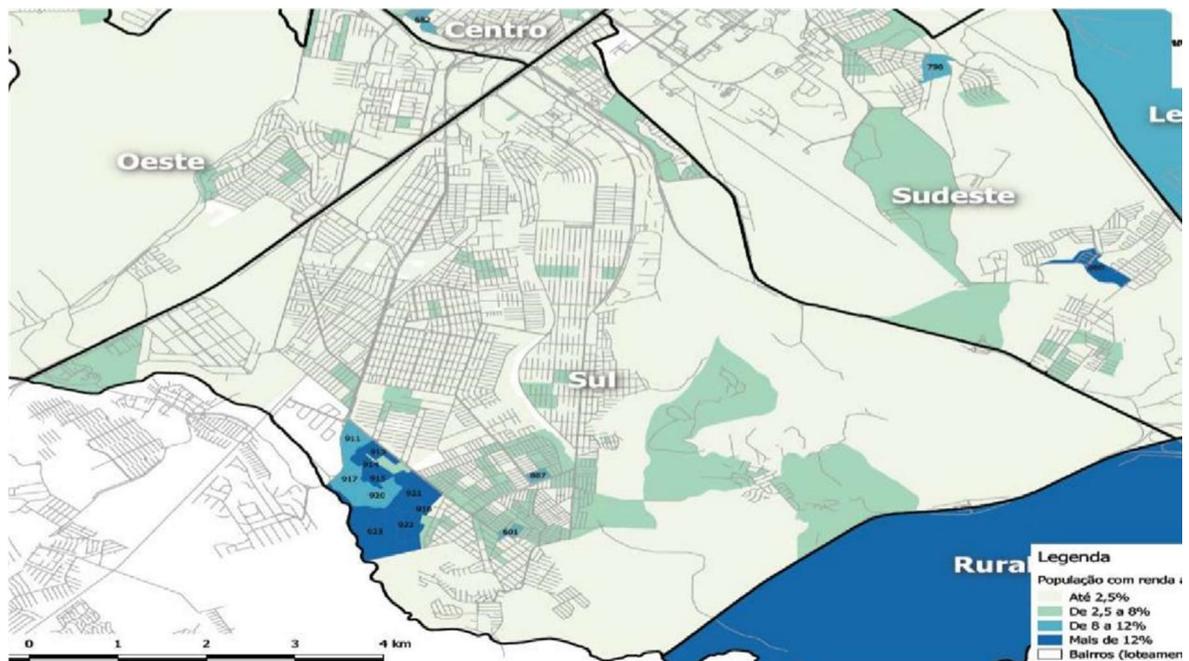


### Região Sul

A região Sul possui 14 setores socioeconômicos com mais de 8% de renda per capita até R\$ 70,00 reais, sendo que destes 11 estavam localizados no Pinheirinho, no entanto as famílias foram removidas após reintegração de posse em 2012.

Considerando que está sendo construído um Conjunto Habitacional para assentamento das famílias removidas do Pinheirinho através do Programa Minha Casa Minha Vida o “Pinheirinho dos Palmares” na Região Sudeste é de vital importância o olhar e o planejamento desta região.

Figura 51



### Região Norte

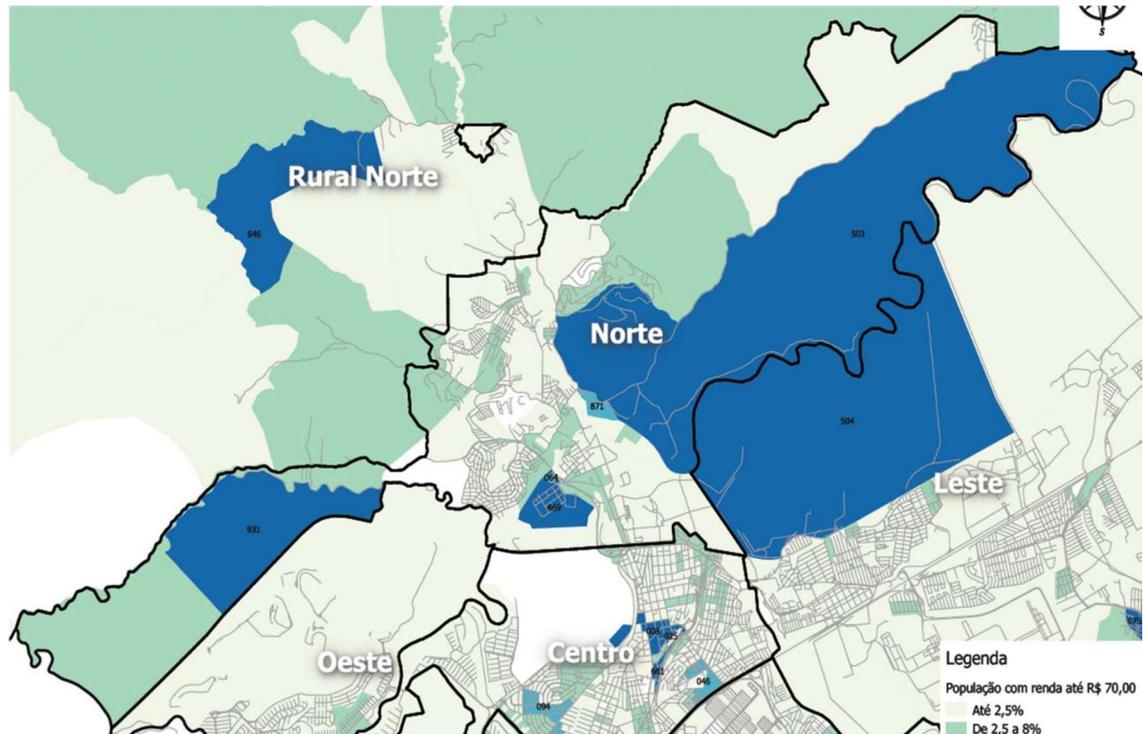
Ênfase para os Setores Rurais e Distrito de São Francisco Xavier com os maiores índices de vulnerabilidade. A área rural Pau de Saia possui 34 famílias, sendo 61,80% de famílias vulneráveis. No entanto, o índice de analfabetismo e o número de crianças não se destacam.

Já no Setor Cachoeirinha/ Freitas 108 famílias vulneráveis (16,70%), possui 21 pessoas responsáveis analfabetas e 76 crianças de 0 a 6. Águas de Canindú, setor indicado como prioritário para a realização da Busca Ativa em março de 2015. Possui 167 famílias (14%) com renda per capita até R\$ 70,00; 27 pessoas responsáveis analfabetas e 156 crianças de 0 a 6.

O Setor Vargem Grande com 54 (19,10%) famílias vulneráveis, possui 79 domicílios com outra forma de abastecimento de água; 3 domicílios sem energia; 15

responsáveis analfabetos; 31 crianças de 0 a 6 anos e 4 domicílios em outras condições de ocupação. Dados que requerem atenção pela falta de acesso a serviços básicos agregando o fator renda.

Figura 52



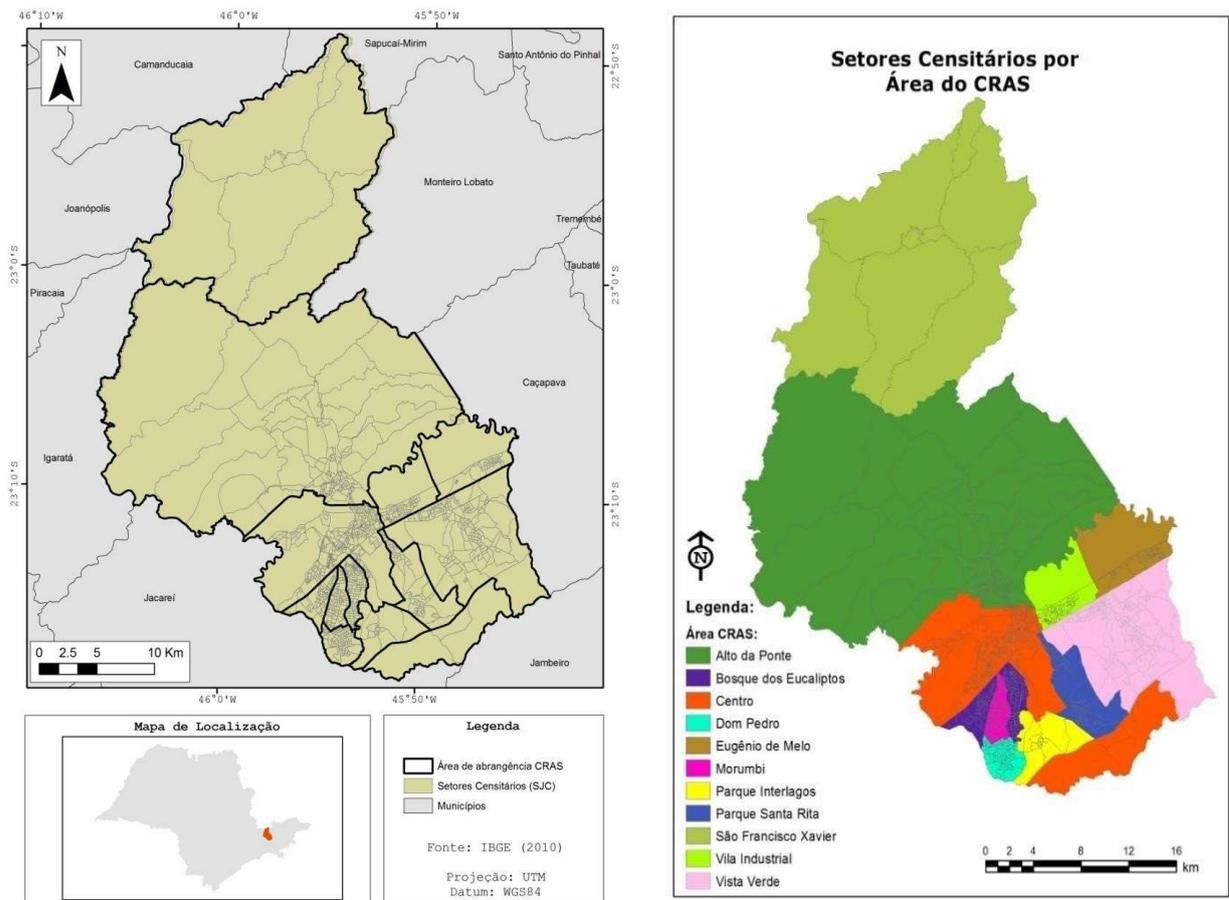
### Leitura da Cidade pelos Territórios da Assistência Social

A cidade de São José dos Campos, como já delineado anteriormente, traz em sua trajetória sócio histórica importante marca de diversidades socioculturais e desigualdades socioeconômicas, que expressam de forma concreta no cotidiano dos territórios de vivência de seus cidadãos. Somente este cenário já justificaria a necessidade de uma leitura intra urbana dessa cidade. Porém, se faz necessário incluir nesta leitura dos vários territórios que compõem a malha urbana de São José dos Campos, também os territórios rurais ou suas ruralidades, com destaque para São Francisco Xavier.

O reconhecimento desses chãos pela política de assistência social em São José dos Campos tem possibilitado a inclusão de novas demandas de proteção social e, ao mesmo tempo, novos desafios para respondê-las no campo Socioassistencial,

pois se trata de uma realidade de baixíssima densidade populacional e de altíssima dispersão em territórios de larga extensão.

Figuras 53 e 54 - Mapas dos limites das áreas de referência de CRAS em 2015 e setores censitários – São José dos Campos



Para tanto, se buscará analisar os dados que indicam demandas e ofertas (e ou suas potencialidades) considerando duas escalas geográficas: os setores censitários do IBGE (Censo 2010) e as 11 áreas de referência de CRAS. Importa ressaltar que os limites geográficos dessas 11 áreas de referência estão ajustados aos limites dos setores censitários do IBGE, conforme se observará na figura a seguir.

Este mapa de localização da cidade de São José dos Campos traz também as fronteiras com outros municípios do Vale do Paraíba, destacando-se a Região Norte com setores censitários rurais de larga extensão territorial, e o distrito rural de São Francisco Xavier que, inclusive, faz divisa com Camanducaia, cidade do Sul de Minas Gerais. Estas configurações territoriais estabelecem variadas redes de

relações intermunicipais, que extrapolam as divisas político administrativas, pois dizem respeito às dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais que foram sendo construídas ao longo do tempo.

A perspectiva de leitura de São José dos Campos pelos setores censitários associada à relação exclusão/inclusão social foi desenvolvida no início dos anos 2000 e publicada na dissertação de Mestrado de Patrícia Genovez (INPE, 2002) <sup>2</sup> no âmbito da pesquisa “Mapa da Exclusão/Inclusão Social”, Metodologia Desenvolvida Pelo Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais, uma parceria institucional entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (Divisão de Processamento de Imagens - DPI) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social - NEPSAS).

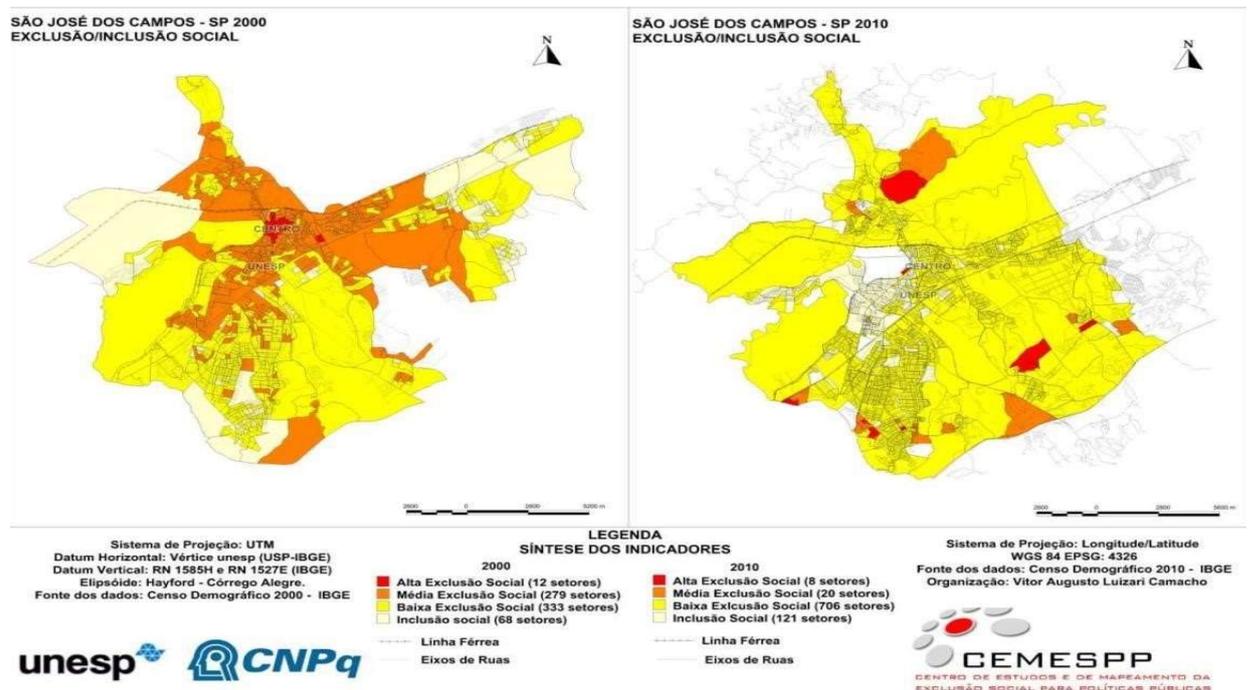
Já neste trabalho, baseado nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, se evidenciava as desigualdades socioterritoriais de São José dos Campos, e que os indicadores e índices desagregados pelos setores censitários permitiam decifrar. A metodologia do “Mapa da Exclusão/Inclusão Social” para São José dos Campos permitiu se chegar a um cenário em que se demonstrava a desigualdade existente na cidade pela relação exclusão/inclusão social pelos setores censitários urbanos.

A figura a seguir traz a cartografia da exclusão/inclusão social calculada para os setores urbanos da cidade, comparando os dados censitários de 1991 e 2000. Observa-se que embora prevaleça nos dois períodos analisados a preponderância percentual de setores incluídos, impressiona o movimento de expansão populacional para as bordas da cidade, com incidência maior de exclusão social nestes locais. Ou seja, entre 1991 e 2000, a cidade de São José dos Campos apresentou um movimento de tendência de aumento da inclusão social e redução da exclusão social, que atingiu as áreas mais consolidadas da cidade. E a presença da exclusão social, embora em tendência de redução, se deslocou para os territórios em expansão na cidade, comumente nas suas franjas.

---

<sup>2</sup> GENOVEZ, P. C. Território e desigualdade: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos / P. C. Genovez. - São José dos Campos: INPE, 2002. 222p. – (INPE-12177-TDI/973).

Figura 55 - Comparativo dos mapas da exclusão/inclusão social em São José dos Campos (2000-2010)



Fonte: EMESPP, UNESP, 2015.

Esta tendência de movimento da relação exclusão/inclusão social poderá ser observado no âmbito do Projeto “Mapeando e Interpretando Desigualdades Territoriais Urbanas Conhecimentos e Tecnologias Para Políticas Públicas” desenvolvido pelo CEMESPP – Centro de Estudos de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas da UNESP de Presidente Prudentes, e publicado no Atlas da Inclusão / Exclusão Social 2000-2010 – Volume 3.<sup>3</sup>

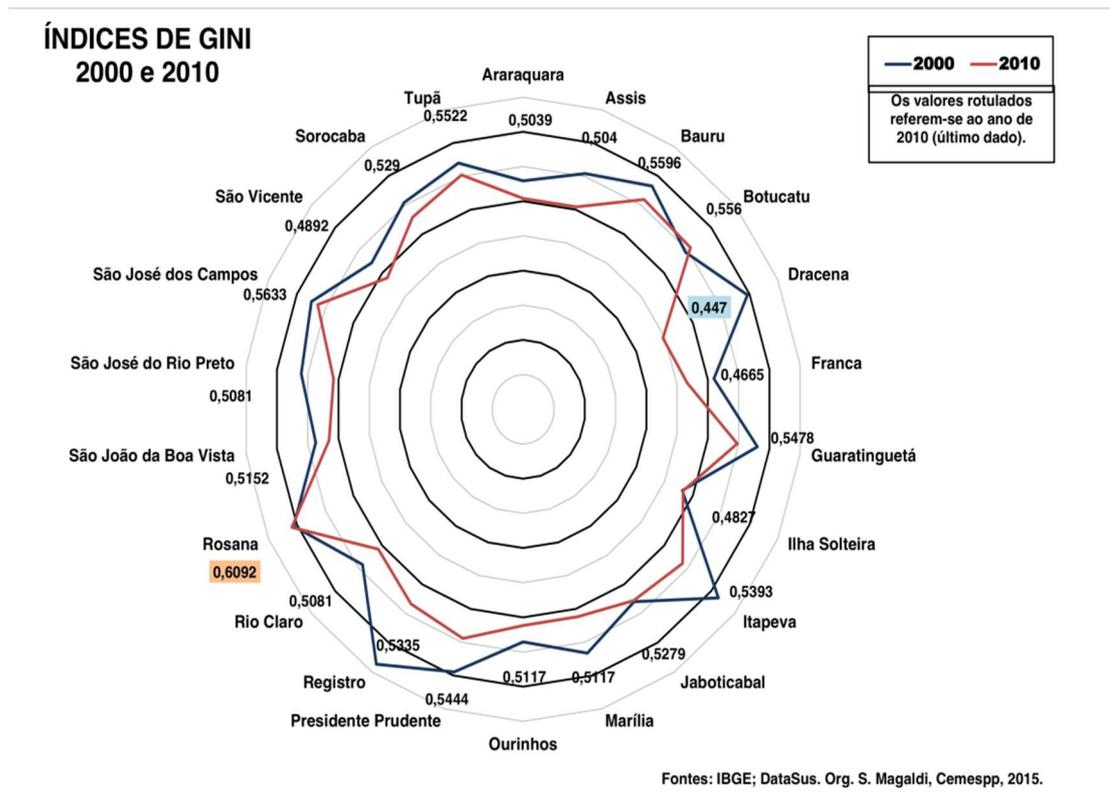
Este Centro de Estudos vem desenvolvendo pesquisas e mapeamento sobre exclusão social com base na pesquisa do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo coordenada pelo Cedest.

Observa-se, portanto, pelos dois estudos citados que a cidade de São José dos Campos apresenta-se, desde 1991 uma tendência de redução de seus territórios com marca de forte exclusão social, mantendo a maior parte dos setores urbanos com baixa exclusão social (706 setores, segundo estudo do Cemespp). Porém, o estudo do CEMESPP traz um Gráfico demonstrativo sobre o Índice de Gini (desigualdade de

<sup>3</sup> Ver: <http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-estudo-epesquisa/cemespp/producaocientifica/relatorios/>

renda), comparando o comportamento desse indicador de desigualdade de renda no período de 2000 a 2010 nas cidades estudadas, e importa ressaltar que São José dos Campos apresenta um dos valores mais altos de desigualdade dentre as cidades estudadas.

Figura 56 - Gráfico comparativo do Índice de Gini – Cidades Paulistas (2000-2010)



Fonte: CEMESPP, UNESP, 2015.

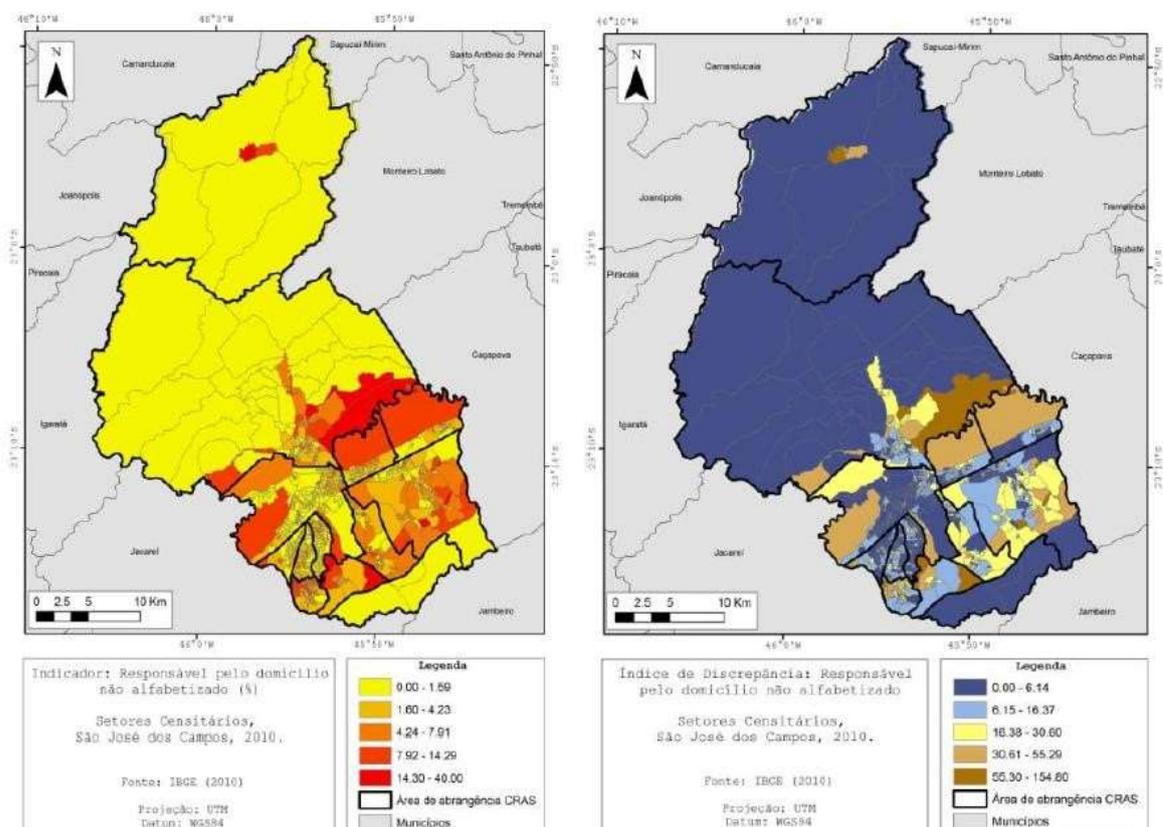
Este fato indica que São José dos Campos, embora apresente uma tendência de redução da exclusão social, mantém um padrão de alta desigualdade de renda entre os seus moradores.

Diante desses cenários, se reforça a importância de uma leitura sobre as desigualdades e discrepâncias existentes no interior da cidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de se incluir os setores rurais, pois se observa que se trata de territórios com dinâmicas de forte demanda de proteção social, ainda que apresente uma baixa densidade populacional. Importa lembrar o quanto São José dos Campos

apresenta marcas sócio históricas que remetem à imagem de uma “cidade dos paradoxos”.

Um dos índices trabalhados na metodologia da pesquisa do Mapa da Exclusão/Inclusão Social é denominado de IDI – Índice de Discrepância, que mede a distância social entre os territórios da cidade, a partir das maiores e menores incidências percentuais existentes no indicador analisado. Tomando como referência este indicador, temos algumas cartografias que demonstram a presença da desigualdade intraterritorial de São José dos Campos, tomando como referência os setores censitários de 2010.

Figura 57 - Discrepância e incidência de responsáveis pelo domicílio não alfabetizados – S.J.C. - 2010.



Elaboração: Tathiane Mayumi Anazawa, 2016.

A partir dos mapas de discrepância e incidência quanto à presença de responsáveis não alfabetizados, observa-se que em São José dos Campos a maior discrepância chega a quase 155 vezes entre os setores que apresentam esta condição. No caso, a maior concentração atinge 40% dos domicílios de determinado

setor em que os responsáveis foram declarados como não alfabetizados. Neste indicador já é possível observar a alta incidência desse indicador em São Francisco Xavier.

Nas figuras a seguir poderão ser verificadas as situações de incidência e discrepância por faixa de renda dos responsáveis, considerando desde os sem rendimento até com ganho superior a 20 salários mínimos

Figura 58 - Incidência e discrepância de responsáveis sem rendimento – São José dos Campos - 2010

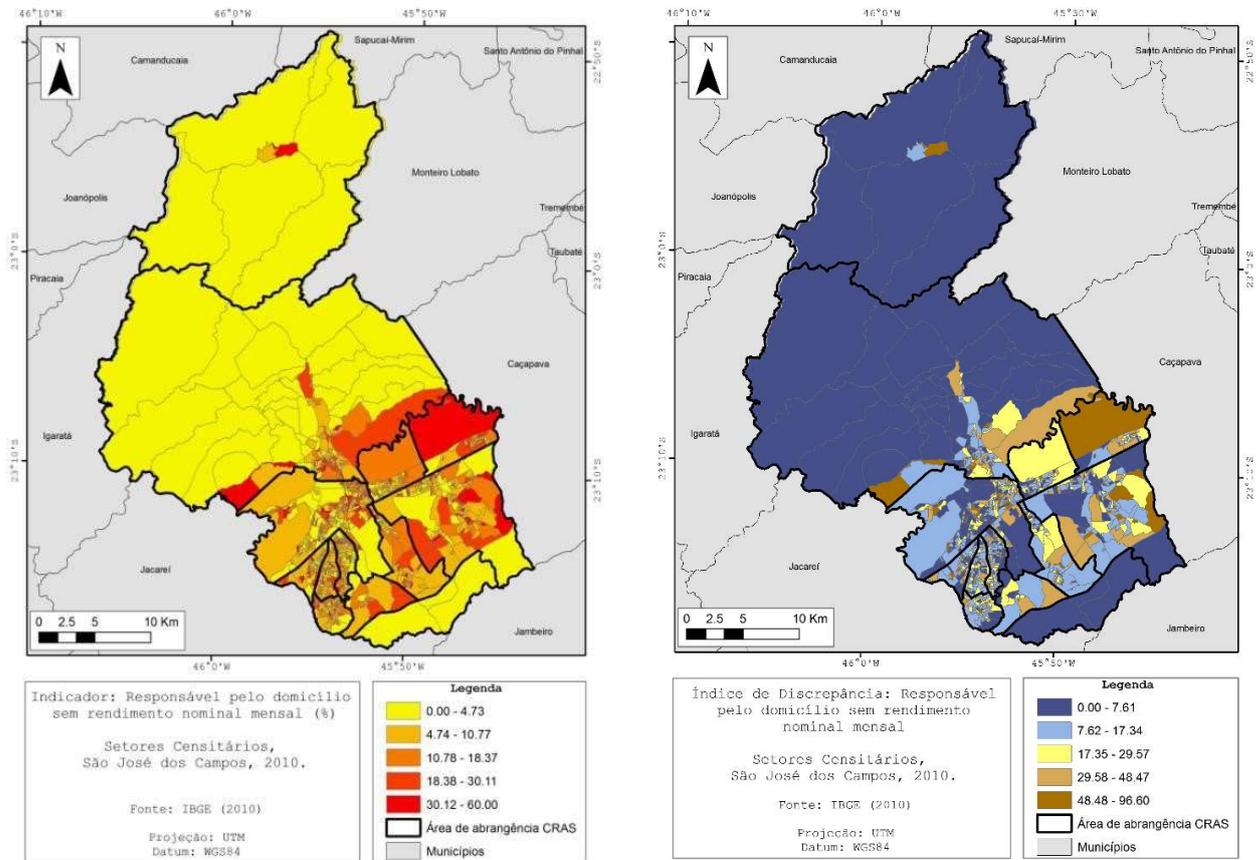


Figura 59 – Incidência e discrepância de responsáveis com ganho de 1 a 2SM – S.J.Campos – 2010

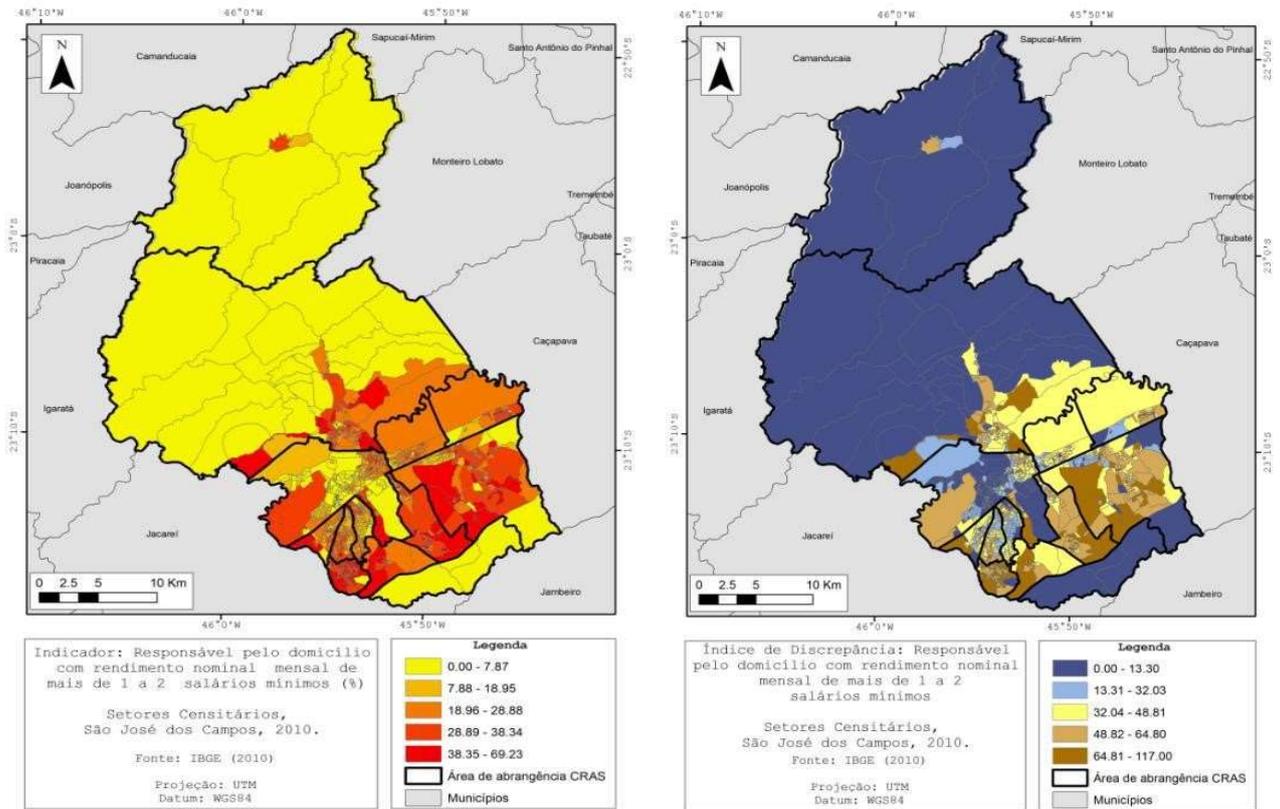


Figura 60 – Incidência e discrepância de responsáveis com ganho de 2 a 3 SM – São José dos Campos – 2010.

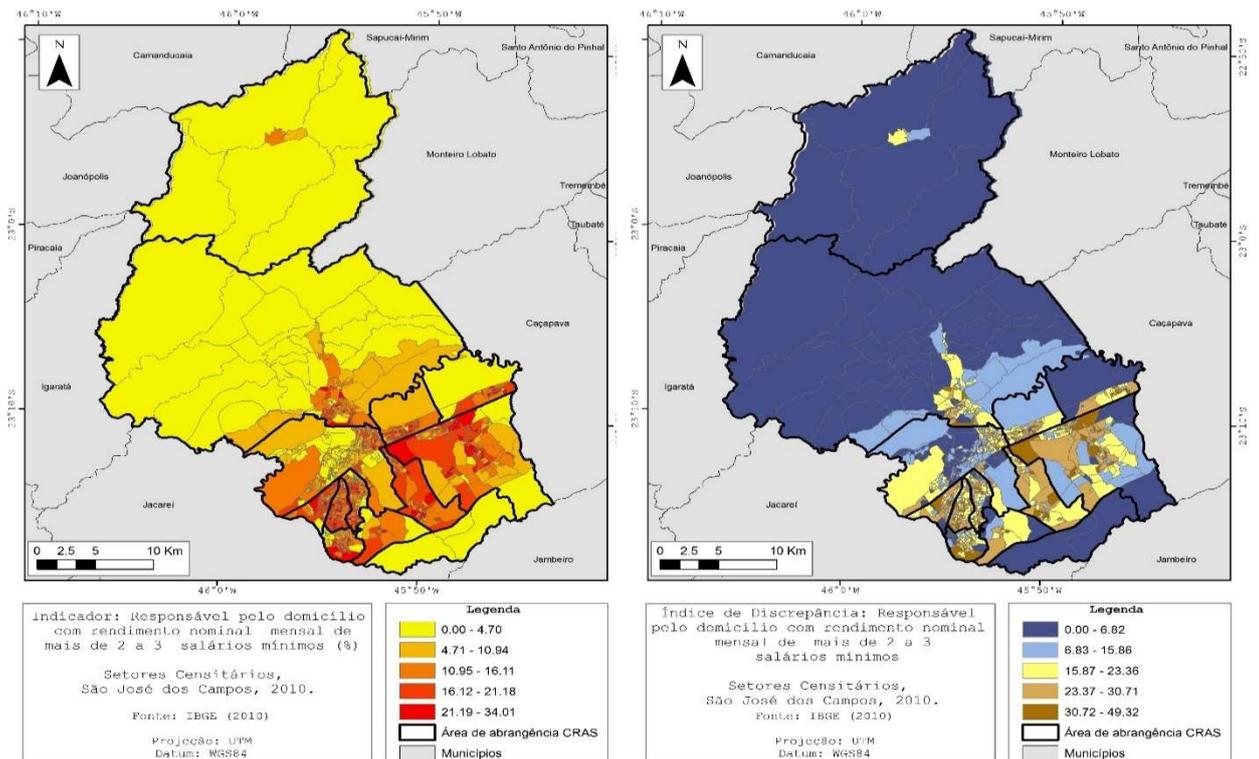
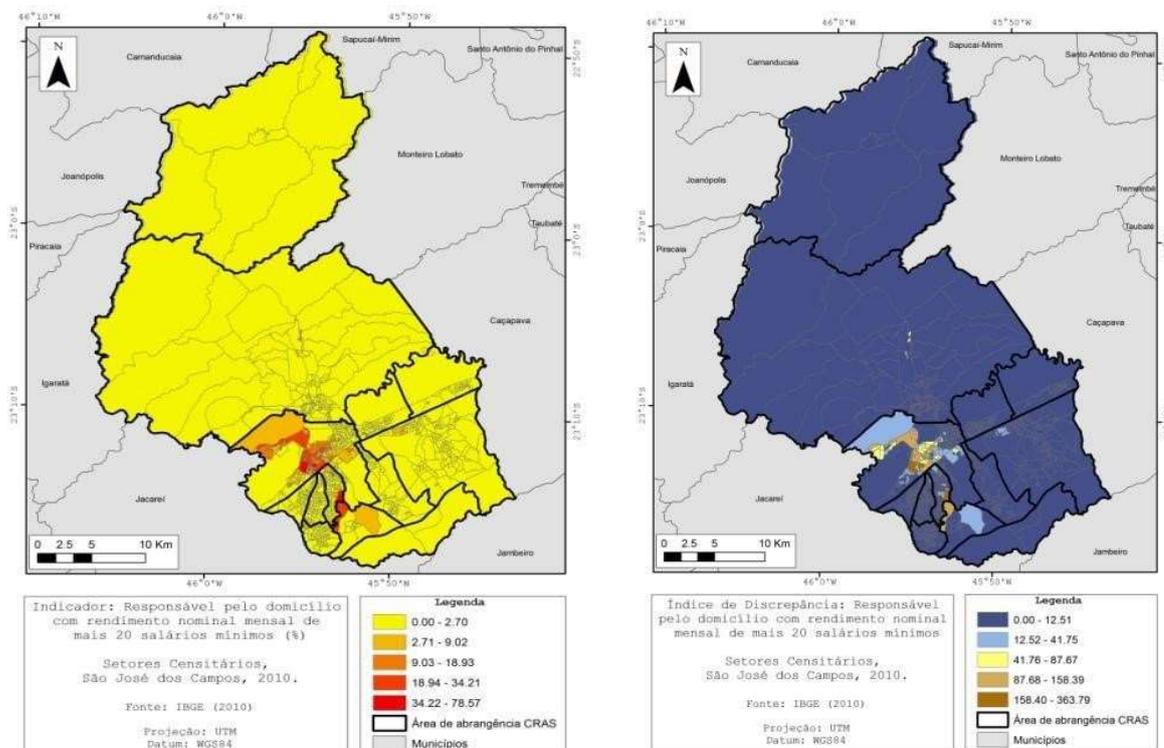


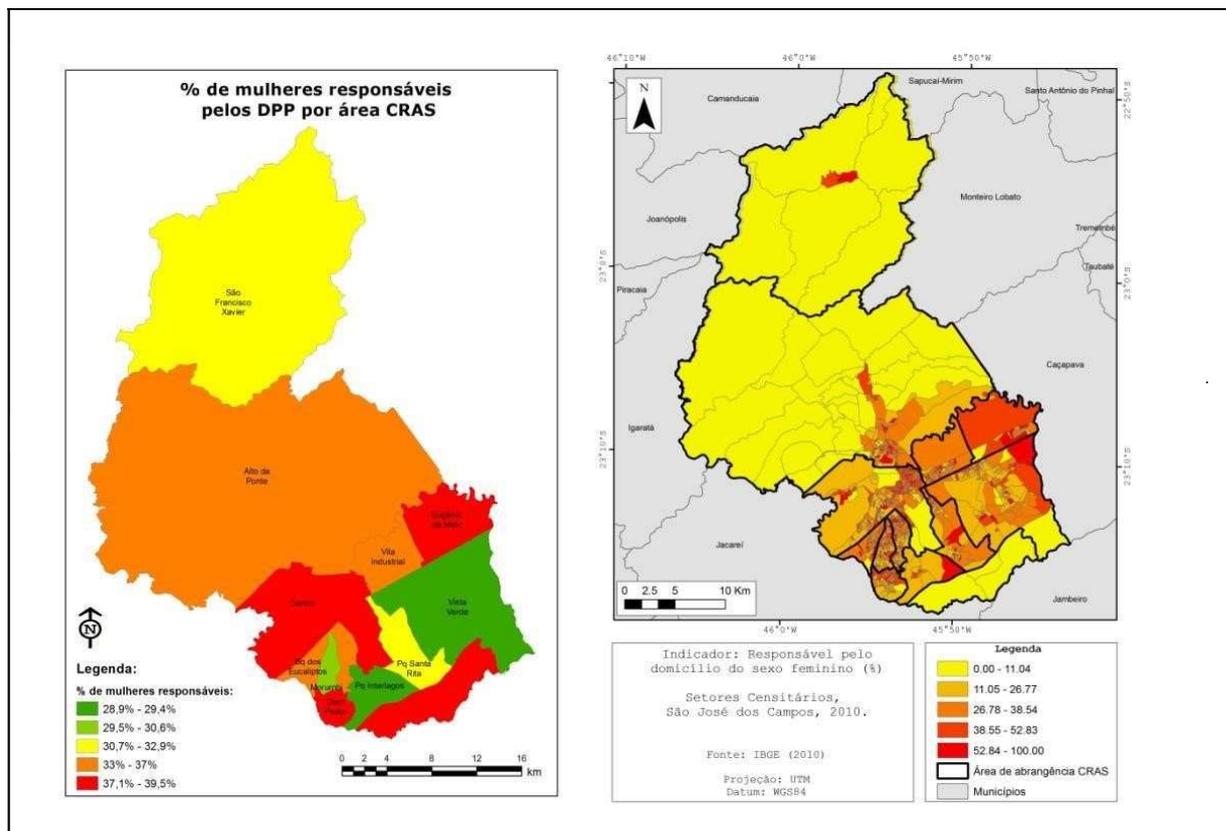
Figura 61 – Incidência e discrepância de responsáveis com ganho superior a 20 SM  
São José dos Campos – 2010.



Elaboração: Tathiane Mayumi Anazawa, 2016

Tomando a escala das áreas de referência dos CRAS, também é possível analisar o quanto cada qual apresenta diversidades e desigualdades internas ao se observar o conjunto dos setores censitários que as conformam. As figuras a seguir podem ilustrar estes comportamentos dos indicadores.

Figura 62 – Comparativo de escala – indicador % de mulheres responsáveis pelos domicílios-2010



Elaboração: IPPLAN, 2016 e Tathiane Mayumi Anazawa, 20 16.

Os dois mapas deixam claro o quanto a média de determinadas áreas podem distorcer a desigualdade interna existente. No caso, a área do CRAS Vista Verde que apresenta uma média de 27 a 29% de presença de mulheres responsáveis pelos domicílios, ao analisar o comportamento de seus setores censitários nesse indicador, se encontrará setores com até mais de 50% de seus domicílios tendo como responsáveis mulheres.

Nesse sentido, as demandas de proteção social a serem observadas pela Política de Assistência Social, a depender da escala territorial a ser utilizada, se poderá obter diferenciais de incidência e, conseqüentemente, este cenário de diferenciações e discrepâncias poderá exigir respostas de cobertura também diferenciadas. Significa dizer que poderá ocorrer metas de cobertura diferenciadas entre áreas de CRAS e entre os territórios de cada área de CRAS. A seguir, um conjunto de mapas indicativos dessas possibilidades.

Figura 63 - Comparativos de escala: % de mulheres responsáveis pelos domicílios não alfabetizadas

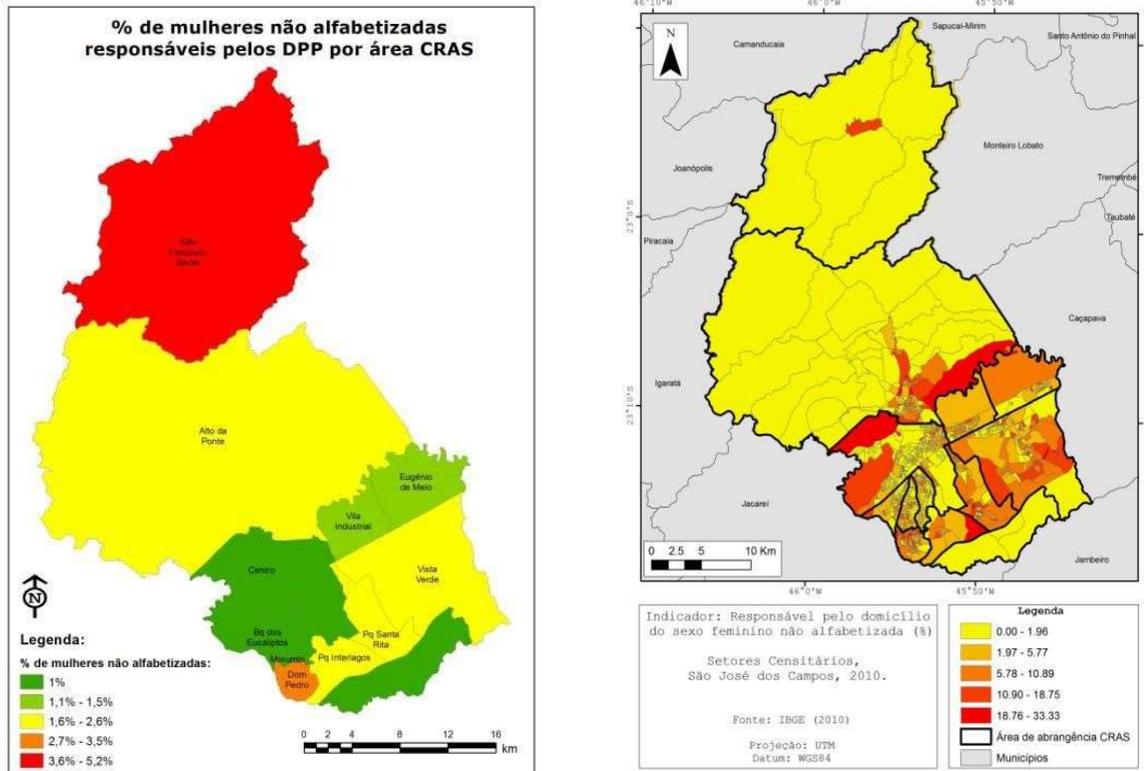
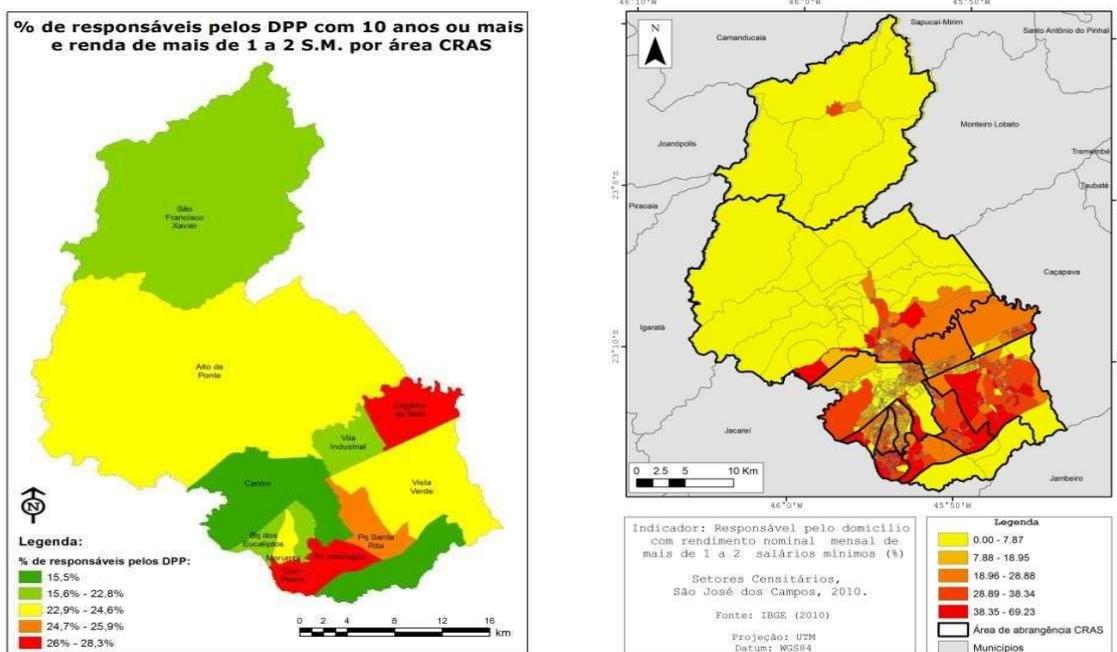
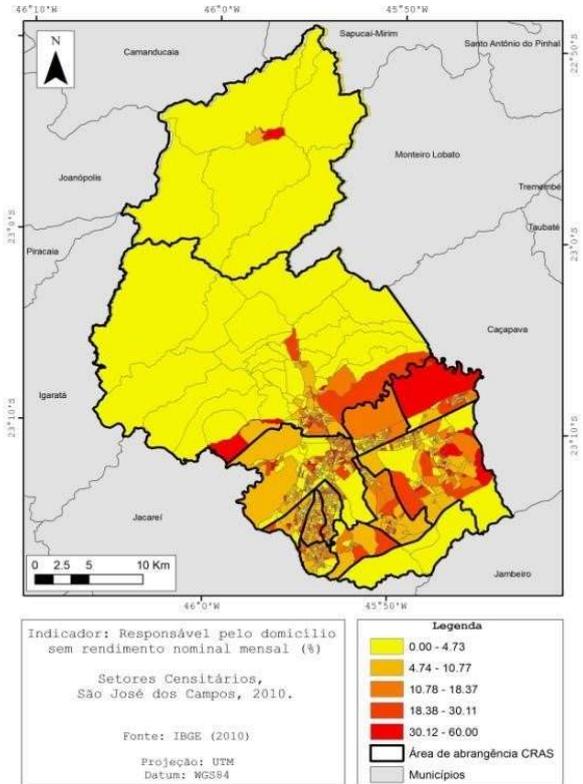
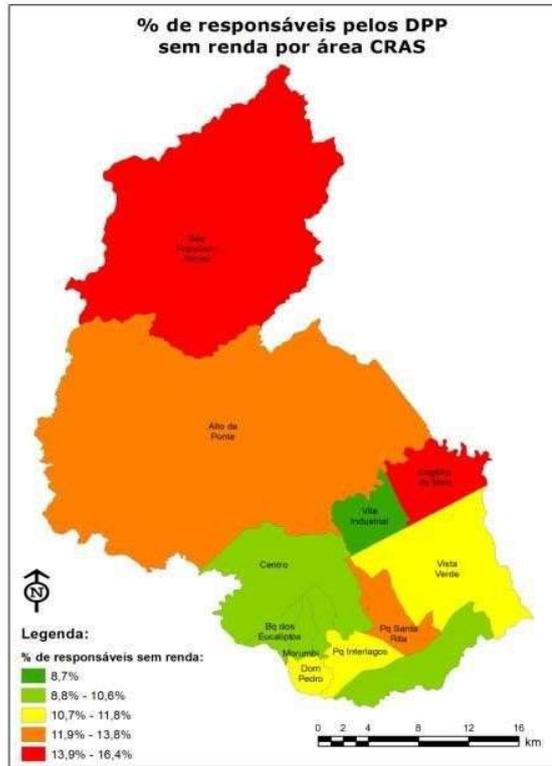


Figura 64 – Comparativo de escala: % de responsáveis com ganho de mais de 1 a 2SM.



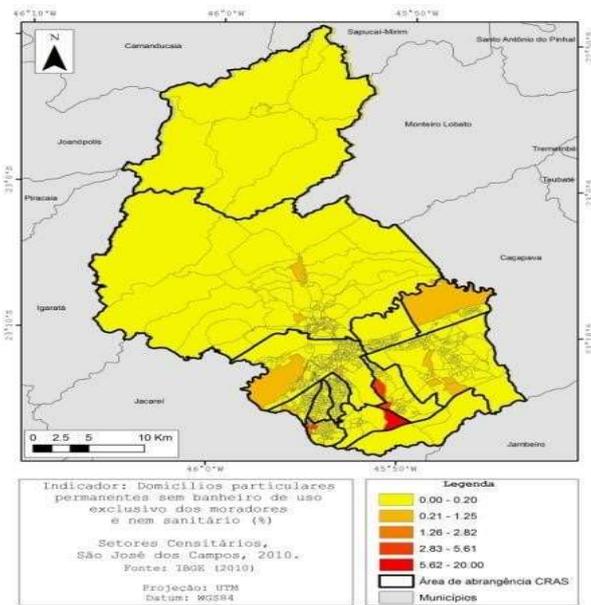
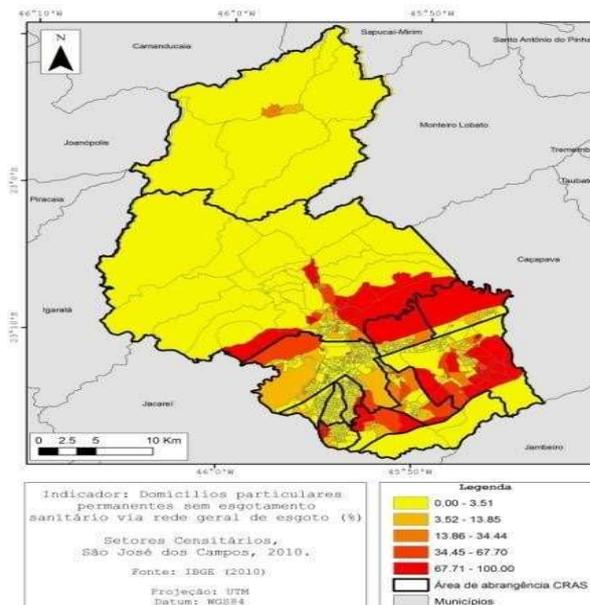
Elaboração: IPPLAN, 2016 e Tathiane Mayumi Anazawa, 2016.

Figura 65– Comparativo de escala: % responsáveis sem rendimento.



Além dos dados de características dos moradores e responsáveis pelos domicílios, se torna importante observar o comportamento de indicadores que se referem às características dos domicílios, como o acesso à rede de saneamento básico, que interfere nas condições de saúde e proteção social da população.

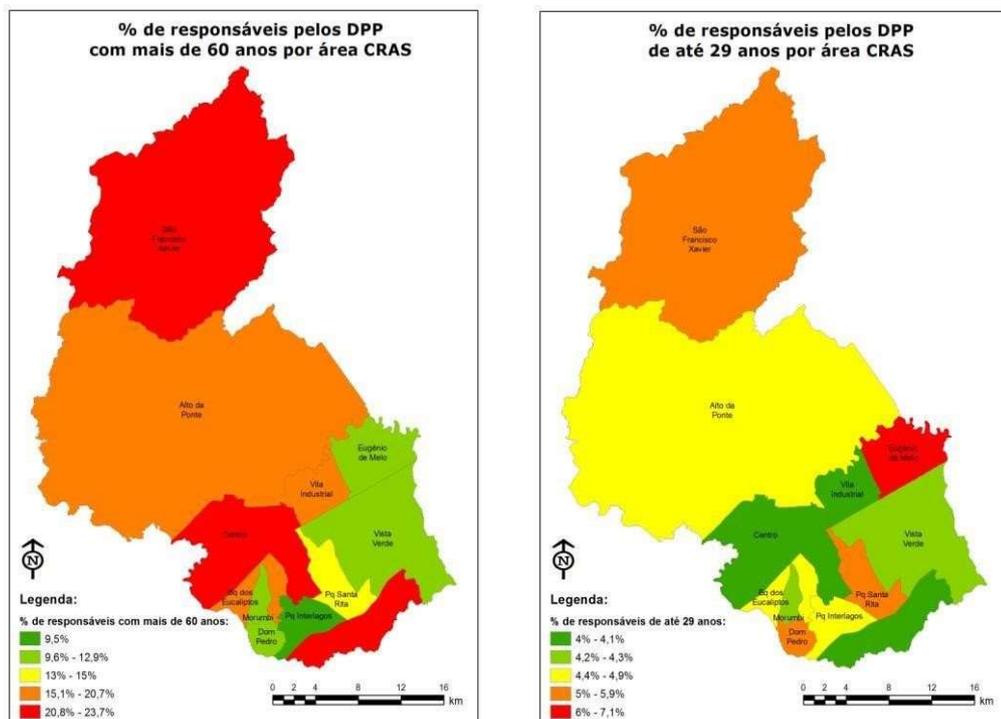
Figura 66 – Mapas de incidência de precariedade de saneamento domiciliar – 2010



As diversas cartografias aqui traçadas demonstram que a leitura dos territórios de São José dos Campos, a partir das áreas de referência dos CRAS, configuram outras perspectivas sobre os territórios e as expressões de proteção e desproteção social, que partem para uma percepção da cidade pelas suas várias partes, não se satisfazendo com suas médias.

Há que se notar ainda a presença das áreas rurais, e o desafio de decifrar estes territórios de enorme extensão geográfica e as condições de vida que neles se distribuem determinando a relação de proteção e desproteção social. Quando se toma para análise a idade dos responsáveis dos domicílios, logo se percebe o predomínio de famílias mais envelhecidas nas áreas de referência dos CRAS da Região Norte e do Distrito de São Francisco Xavier, em contraponto com o mapa da presença dos responsáveis até 29 anos.

Figura 67 – Mapas comparativos da idade dos responsáveis pelos domicílios por áreas de CRAS.



Fonte: IBGE, 2010 - Elaboração: IPPLAN, 2016

Nota-se o quanto o perfil etário quanto ao envelhecimento aproxima os territórios de CRAS de São Francisco Xavier e do Centro da cidade, que variam na faixa de 20 a 28% do total de responsáveis dos domicílios. Porém, ao tomar de forma isolada o dado da incidência de responsáveis jovens, São Francisco Xavier também fica na média das áreas de CRAS com presença percentual significativa, entre 5 e 6% do total dos responsáveis.

## **2.12. Proteção Social**

Conforme estabelecido pela Norma Operacional Básica de Assistência Social de 2.009, a proteção social consiste: “no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional”.

A Proteção Social será ofertada através da Rede Socioassistencial que operara os serviços, programas, projetos ou benefícios de assistência social de forma articulada e estruturada em básica e especial, sendo que esta última hierarquizada em dois níveis de complexidade (média e alta).

Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Serão ordenados de acordo com os níveis de proteção.

Os programas compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos. Objetivam qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, porém não se caracterizam como ações continuadas.

Os benefícios socioassistenciais, conjuntamente com os serviços socioassistenciais, constituem parte importante da Política de Assistência Social e concretizam direitos do cidadão e dever do Estado. Divididos em duas modalidades, aqueles que são regulares – Benefício de Prestação Continuada, instituído pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Em outra modalidade se enquadram os

denominados benefícios eventuais, criados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

### **2.12.1. Proteção Social Básica**

A Proteção Social Básica objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A responsabilidade pela oferta direta de proteção social básica é do órgão de gestão municipal e deverá ser ofertada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Os CRAS têm por finalidade referenciar as famílias em situação de vulnerabilidade residentes em seu território, articular a rede de proteção social local para atendimento às demandas identificadas no território, prestar serviços de proteção social básica, identificar e intervir junto às famílias inseridas nos programas de transferência de renda, promover a inserção das famílias em vulnerabilidade em serviços e programas de assistência social da rede de proteção social, ofertar serviço de proteção e atendimento integral às famílias referenciadas.

#### **2.12.1.1 Serviços, Programas e Benefícios da Proteção Social Básica.**

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, estabeleceu a organização dos serviços vinculados à Política de Assistência Social, bem como os parâmetros para a sua realização. Assim, no âmbito da Proteção Social Básica foram tipificados os serviços:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF a ser executado diretamente pelo órgão gestor, possui caráter continuado e tem finalidade precípua de fortalecimento da função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura dos seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos, sendo prerrogativa dos Centros de Referência de Assistência Social a sua execução. Desta forma, os CRAS

tornam-se a porta de entrada nos territórios para a Política de Assistência Social executada no município;

2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos cuja execução pode ocorrer através de parcerias, porém articulado ao PAIF, possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades. Realizado em grupos e organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida. Visa complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social;

3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas. Serviço com caráter preventivo a ser ofertado no domicílio do usuário e referenciado ao CRAS. O serviço visa contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial. Para a execução do trabalho deverá ser elaborado o PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário, instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações. Deverá identificar os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e potencialidades do usuário.

A partir da publicação da Tipificação iniciou-se estudo dos serviços existentes e análise quanto ao enquadramento à luz da mesma. Verificou-se que alguns serviços não foram acolhidos pela regulamentação e outros necessitariam de ajustes. Assim, como seria necessário rever o sistema de financiamento adotado pela Secretaria.

A Secretaria de Desenvolvimento Social adotou algumas ações no sentido de adequar os serviços à legislação, no entanto o processo mostrou-se moroso e cheio de percalços tendo em vista o histórico de conveniamento existente, bem como a necessidade de negociação com outras políticas públicas. Buscou-se adequar os serviços existentes à norma legal, porém sem trazer prejuízos aos usuários, especialmente nas situações em que o serviço não foi acolhido pela Tipificação.

A seguir apresentamos os quadros com os dados referentes aos atendimentos realizados pela rede de proteção social básica do município:

## 2.12.1.2. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À

## FAMÍLIA – PAIF

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA				INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EM ATENDIMENTO							
Unidade	Endereço	Nº de Bairros	Nº de Domicílios em área de Risco (R3-R4)	Atendidas em ago/16	Bolsa Família	Benefícios Eventuais	Auxílio Moradia	BPC	Viva Leite	Espaço Ponto Com	
										Atendimento	Endereço
CRAS Vila Industrial	Pça Jose Molina s/n Vila Industrial	27	0	525	861	193	12	488	37	0	-
CRAS Eugenio de Melo	Rua Juvenal dos Santos, 15 Galo Branco	16	0	1093	995	396	4	301	82	Em instalação	Sede do CRAS
CRAS Novo Horizonte	Rua dos Pedreiros, 237 Pq Novo Horizonte	42	31	999	2054	426	9	136	97	355	Sede do CRAS
	Rua F, 200-Santa Hermínia										
CRAS Vista Verde	R. Cidade de Washington, 164 Vista verde	36	0	1046	3038	618	26	1345	60	0	-

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA				INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EM ATENDIMENTO							
Unidade	Endereço	Nº de Bairros	Nº de Domicílios em área de Risco (R3-R4)	Atendidas em ago/16	Bolsa Família	Benefícios Eventuais	Auxílio Moradia	BPC	Viva Leite	Espaço Ponto Com	
										Atendimento	Endereço
CRAS Centro	Rua Humaitá, 484 Centro	111	62	1139	2206	384	49	1502	165	1184	Shopping Centro - Rubião Júnior
										226	Rua Prof. Henrique Jorge Guedes, 57 - Jd. das Indústrias
CRAS Pq. Santa Rita	Pç Hélio Dias, 30 Pq Santa Rita	36	0	643	1905	527	18	661	160	0	-
CRAS Dom Pedro	R. Edilson Sabino dos Santos, 181 Dom Pedro I	15	0	1825	3862	443	22	1073	440	577	Av. Gaudêncio Martins Neto, 281
CRAS Morumbi	Av. Gisele Martins, 1011 Bosque dos Ipês	19	0	1067	1256	349	5	652	317	0	-

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA				INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EM ATENDIMENTO							
Unidade	Endereço	Nº de Bairros	Nº de Domicílios em área de Risco (R3-R4)	Atendidas em ago/16	Bolsa Família	Benefícios Eventuais	Auxílio Moradia	BPC	Viva Leite	Espaço Ponto Com	
										Atendimento	Endereço
CRAS Bosque	Av. Andrômeda, 2601 Bosque dos Eucaliptos	25	228	985	1163	205	11	1131	209	340	Av. Ouro Fino, 2520
CRAS Interlagos	Rua Nicanor Reis, 578 Pq Interlagos	6	0	856	653	188	1	186	95	523	Sede do CRAS
CRAS Alto da Ponte	R. Alziro Lebrão, s/n Alto da Ponte	124	1666	1924	2861	737	73	1363	227	337	Centro comunitário Alto da Ponte
	Rua Benedito Pereira Lima, 310 Telespark									220	Praça Cônego Antônio Manzi, 140 - SFX
Total Geral		457	1987	12102	20854	4466	230	8838	1889	3542	-

**2.12.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –  
Crianças, adolescentes e seus familiares**

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>						
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>ATENDIMENTOS MÊS</b>	<b>CICLOS DE VIDA</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>	<b>ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO</b>
Centro de Convivência Maria Teresa de São José	Rua Anna Ortega Traballi, 08 - Vila São Geraldo	Próprio	40	06 a 14 anos	Obra Social e Assistencial Maria Tereza de São José	Cras Alto da Ponte
Centro de Convivência Coração de Maria	Rua Batatais, 13 - Bosque dos Eucaliptos	Próprio	68	06 a 14 anos	Obra Assistencial e Social Coração de Maria - Creche Rosália J Scheid	Cras Bosque
Centro de Convivência Padre Bonafé	Praça Caratinga, 370 – Jd. Ismênia	Próprio	70	06 a 15 anos	Obra Social e Assistencial Padre Bonafé	Cras Vila industrial
Centro de Convivência Irmã Clara	Av. Pres. Tancredo Neves, 1255 – Jd. Paraiso do Sol	Próprio	40	06 a 15 anos	Obras Assistenciais Irmã Clara	Cras Novo Horizonte
Centro de Convivência COAL	Rua Adolpho Goll, 22 – Jd. Morumbi	Próprio	50	06 a 15 anos	Casa de Oração Amor e Luz	Cras Morumbi
Centro de Convivência AME	Rua dr.Oscar Strauss, 344 - Bosque dos Eucaliptos	Próprio	66	06 a 15 anos	Associação Maternal Espiritual - AME	Cras Bosque

Centro de Convivência Atlético Dom Pedro I	Rua Antônio Ribeiro de Almeida, 403 - Dom Pedro I	Alugado	250	06 a 17 anos	Associação Atlético Dom Pedro I	Cras Dom Pedro
Centro de Convivência - AJAS	Rua Carlos Nunes de Paula, 1542 - Jd. Imperial	Próprio	80	06 a 18 anos	Associação Joseense de Ação Social - AJAS	Cras Dom Pedro

### Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Jovens, adultos e seus familiares

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA						
UNIDADES	ENDEREÇO	SITUAÇÃO DO IMÓVEL	ATENDIMENTOS MÊS	CICLOS DE VIDA	ENTIDADES PARCEIRAS	ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO
Centro de Convivência Nossa casa de Acolhida	Av Rui Barbosa, 124 - Centro	Próprio	150	18 a 59 anos	Associação Nossa casa de Acolhida	Gestão PSB
Centro de Convivência São Lucas	Rua Luiz Monteiro Pinto, 143 - Cj Res Trinta e Um de Março	Próprio	30	18 a 59 anos	Obra Social e Assistencial São Lucas	Cras Bosque

**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Pessoa com Deficiência e seus familiares**

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>						
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>ATENDIMENTOS MÊS</b>	<b>CICLOS DE VIDA</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>	<b>ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO</b>
<b>GAIA</b>	Rua Major José Mariotto Ferreira, 96 e 86 - Vila Bethânia	Alugado	60	6 a 18	Grupo de Apoio ao Indivíduo com Autismo	CREAS Centro
<b>ÁGAPE</b>	Rua Helsinque, 124, Vila Letônia	Próprio	78	6 a 18	Associação ÁGAPE para Educação Especial	CREAS Leste
<b>AADA</b>	Rua São José, 420, Bela Vista	Alugado	90	6 a 18	Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo	CREAS Medidas
<b>AAFLAP</b>	Rua Professor Alfredo Vieira de Moura, 41 - Vila Higienópolis	Alugado	400	6 a 59	Associação de Apoio aos Fissurados Lábio Palatais	CREAS Norte
<b>APAE</b>	Avenida Ouro Fino, 480, Bosque dos Eucaliptos	Próprio	350	6 a 59	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	CREAS Sul
<b>BEM-TE-VI</b>	Avenida São José, 420, Bela Vista	Alugado	90	5 a 59	Associação Educacional para Crianças Especiais	CREAS Norte

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>						
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>ATENDIMENTOS MÊS</b>	<b>CICLOS DE VIDA</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>	<b>ACOMPANHAMENTO MONITORAMENTO</b>
<b>ASIN</b>	Rua Santarém, 900, Parque Industrial	Próprio	350	6 a 59	Associação para Síndrome de Down	CREAS Leste
<b>SORRI</b>	Rua Ipanema, 101, Jd. Satélite	Próprio	250	15 A 59	SORRI	CREAS Sul
<b>FONTE DA VIDA</b>	Av. Madre Paula de São José, 330, Vila Ema	Alugado	70	6 a 40	Centro Educacional Fonte da Vida	CREAS Centro
<b>HOLÍSTICA</b>	Rua Capitão Raul Fagundes, 492-Monte Castelo	Alugado	50	6 a 59	Sociedade Holística Humanitária	CREAS Medidas
<b>PRÓ-VISÃO</b>	Av. Andrômeda, 3061 - Bosque	Próprio	240	Todas as idades	PRÓ-VISÃO	CREAS Sul

## 2.12.2. Benefícios Socioassistenciais

Os quadros a seguir apresentam o atendimento no município das famílias em situação de vulnerabilidade com benefícios socioassistenciais:

Benefícios Socioassistenciais											
Municipal				Estadual				Federal			
Benefício	Normativas	Quantidade De Famílias Atendidas - Ref: Ago/16	Obs	Benefício	Normativas	Quantidade De Famílias Atendidas - Ref: Ago/16	Obs	Benefício	Normativas	Quantidade De Famílias Atendidas - Ref: Ago/16	Obs
Benefícios Eventuais	Loas Nº 8.742 De 07/12/1993, Decreto Federal Nº 6.307 De 14/12/2007 Resolução Cmas Nº 19 de 14/10/2015 E Decreto Municipal 16.739 De 26/11/2015.	4466	-	Renda Cidadã	Resolução Seeds Nº 010, De 29 De Junho De 2010	193	Desde Início 2015 A Secretaria Estadual Iniciou A Migração Dos Dados Das Famílias Para O Cadúniço Não Sendo Possível Novas Inserções.	Bolsa Família	Lei Nº 10.836 De 09/01/2004, Decreto Nº 7.758, De 15/06/2012	20.854	Sob Responsabilidade Do Governo Federal
Auxílio Moradia	Criado Pela Lei Nº 8.558/2011, Alterada Pela Lei Nº 9.141/2014	230	Prioridade De Atendimento: Famílias Retiradas De Área De Risco E	Ação Jovem	Decreto Municipal Nº 52.361, De 13 De Novembro De 2007	49		Bpc	Lei 8.742 De 07/12/1993	8838	

			Famílias Encaminhadas Pelos Creas.										
Programa Renda Mínima	Lei Municipal nº 4.834, De 02/04/1996	42	Esse Programa Deve Ser Reformulado Em Virtude Da Abrangência Do Pbf E A Implantação Dos Benefícios Eventuais.	Viva Leite	Decreto Estadual Nº 44.569/1999 Decreto Municipal Nº 15.918/14 Nomeia Os Membros Da Comissão Municipal Do Pvl	1889	Convênio Renovado Desde Setembro De 2016. São Distribuídos 28.335 Litros De Leite Nas Áreas Referenciadas Pelos Cras.	-	-	-	-		

### 2.12.3. Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de seus direitos, tais como: maus tratos, abandono, violência física, psíquica, situação de rua, trabalho infantil dentre outras.

Os serviços vinculados à proteção social especial requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Estes serviços têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com outros órgãos.

Os serviços da Proteção Social Especial estão hierarquizados em dois níveis de complexidade: média e alta. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Os serviços de alta complexidade são aqueles que oferecem proteção integral (moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido) para famílias ou indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

### **Serviços, Programas e Benefícios da Proteção Social Especial:**

Em 2009 houve a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais vinculados à Proteção Social Especial hierarquizado de acordo com o nível de complexidade. Assim, foram tipificados os seguintes serviços:

#### **2.12.3.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo – PAEFI a ser executado diretamente pelo órgão gestor, possui caráter continuado e tem finalidade apoiar, orientar e acompanhar famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Objetiva o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco pessoal e social. A execução é prerrogativa dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

2. Serviço Especializado em Abordagem Social: este serviço ofertado de forma continuada e programada que se constitui no trabalho social de abordagem e busca ativa nos territórios. Objetiva a identificação de situações de violação de direitos, tais como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua etc. Busca a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais. Este serviço poderá ser executado pelo próprio CREAS ou por unidade específica referenciada ao mesmo;

3. Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade: executado pelo CREAS tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento ao adolescente e ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Objetiva contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores no pessoal e social dos jovens e adolescentes. A operacionalização deste serviço pressupõe a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com participação do usuário e sua família;

4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias: destina-se a pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento etc. A finalidade deste serviço é promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Este serviço poderá ser executado pelo CREAS, mas também por Centro Dia ou Unidade Referenciada ao CREAS.

5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua: ofertado para pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência, tem por finalidade assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidade, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. A execução deste serviço é de responsabilidade dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP.

Abaixo apresentamos os quadros com os dados referentes aos atendimentos realizados pela rede de proteção social especial do município:

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA			INFORMAÇÕES SOBRE PÚBLICOS ATENDIDOS COM VIOLAÇÕES DE DIREITOS								
			Famílias ou Indivíduos Atendidas mês AGO/16	Distribuição das Famílias de Acordo com Membro Alvo do Atendimento					Famílias atendidas no Juventude Cidadã (PIQ)[1]	Famílias atendidas no Vida em Família[2]	Pessoas Adultas em Situação de Rua
Unidade	Endereço	Região de Referência		Crianças e adolescentes	Mulheres	PCD	Idosos	LGBT			
CREAS Centro	Pça Estevam Ferri,33, Monte Castelo	Centro/ Sudeste/ Oeste	268	179	20	17	52	0	0	5	0
CREAS Leste	Rua dos Periquitos,46 4, Vila Tatetuba	Leste	314	225	23	10	54	2	0	8	0
CREAS Norte	Rua Alziro Lebrão, S/N, Alto da Ponte	Norte/ São Francisco Xavier	191	113	18	3	57	0	0	3	0
CREAS Sul	Rua José Bento de Moura	Sul	347	263	25	6	53	0	0	10	0

### Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos – PAEFI

#### Serviço Especializado em Abordagem Social

UNIDADES	ENDEREÇO	ATENDIMENTOS MÊS	VIOLAÇÃO DE DIREITOS
<b>Serviço Especializado em Abordagem Social</b>	Rua Itororó, S/N	846	Pessoa em situação de Rua

**Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade**

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA			Público Alvo	
Unidade	Endereço	Região de Referência	Famílias ou Indivíduos Atendidas mês AGO/16	Famílias atendidas no Juventude Cidadã (PIQ)
<b>CREAS MEDIDAS - Atendimento a adolescentes em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade (Medidas)</b>	Rua Humaitá, 484 Centro	Toda a cidade	375	28

**Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**

Unidade	Endereço	Famílias ou Indivíduos Atendidas
<b>Centro de Referência da Pessoa com Deficiência - INTEGRA</b>	Rua Machado Sidnei,	235
<b>Centro Dia para Idoso (Casa do Idoso Sul)</b>	Av Andrômeda, 2601 - Bosque dos Eucaliptos	40
<b>Centro Dia para Idoso (Casa do Idoso Leste)</b>	Rua Cidade Washington, 164 - Vista Verde	40

**Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**

Unidade	Endereço	Famílias ou Indivíduos em Situação de Rua Atendidas
<b>CENTRO POP I</b>	Rua dos Guararapes, 511, Monte Castelo	277
<b>CENTRO POP II</b>	Rua Henrique Dias, 363, Monte Castelo	122

### **2.12.3.2. Proteção Social Especial Alta Complexidade;**

1. Serviço de Acolhimento Institucional: tem por objetivo ofertar proteção integral a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. O atendimento é prestado em equipamentos destinados a pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. O serviço poderá ser executado em diversas modalidades de acordo com perfil do público alvo.
2. Serviço de Acolhimento em Repúblicas: oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e auto sustentação. O serviço é desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores;
3. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança/adolescente acolhido e sua família de origem;
4. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências: tem por função promover apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais conforme as necessidades detectadas.

### 2.12.3.3. Serviço de Acolhimento Institucional

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE<sup>4</sup></b>					
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>CAPACIDADE ATENDIMENTO</b>	<b>PÚBLICO ATENDIDO</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>
<b>Acolhimento Institucional para crianças</b>	Rua Clemente Ferreira, 140, Monte Castelo	Próprio	20	Meninos	Cruzada Paroquial Padre João Guimarães
			20	Meninas	
	Rua Santa Catarina, 106 Vila Maria	Próprio	25	Crianças / meninos e meninas	
<b>Acolhimento Institucional para Adolescentes</b>	Rua Serafim Dias Machado, 69 -Vila Maria	Alugado	20	Adolescentes meninos	Associação de Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco - APAR
	Rua Limeira, 155, Jd. Alvorada		20	Adolescentes meninas	
<b>Acolhimento Institucional para pessoa com deficiência</b>	Rua Edilson Sabino dos Santos, 220 -D Pedro I	Próprio	15	Crianças e Adolescentes com múltiplas deficiências	Associação Nossa Senhora de Salete
<b>Acolhimento Institucional para Idosos</b>	Rua Monteiro Lobato, 195, Santana	Próprio	35	Idosos	Unidade Vicentina Promocional

<sup>4</sup> O Acompanhamento e Monitoramento de todas as Unidades de Acolhimento ocorrem através de equipe de Supervisão ligada à Gestão da Proteção Social Especial.

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE<sup>4</sup></b>					
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>CAPACIDADE ATENDIMENTO</b>	<b>PÚBLICO ATENDIDO</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>
<b>Acolhimento Institucional para idosos</b>	Rua Paraguassu,81, Santana	Próprio	55	Idosos	Obra Social Pio XII
<b>Acolhimento Institucional para Idosos</b>	Rua Aníbal Molina,43, Eugenio de Melo	Cedido	20	Idosos	Casa de Repouso Vó Laura
<b>Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua</b>	Rua dos Guararapes,37, Monte Castelo	Próprio Público	80	Homens e Mulheres adultos	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS
<b>Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua</b>	Rua Coronel José Monteiro, 788, Centro	Alugado	32	Homens Adultos	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS
<b>Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua</b>	Rua Argentina, 430, Vista Verde	Alugado	15	Homens Adultos	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE<sup>4</sup></b>					
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>CAPACIDADE ATENDIMENTO</b>	<b>PÚBLICO ATENDIDO</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>
<b>Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua</b>	Rua Papa João XXIII,159, Vila industrial	Alugado	15	Homens Adultos	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS
<b>Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua</b>	Rua Ana Bonádio, 52, Centro	Alugado	16	Homens Adultos	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS
<b>Acolhimento Institucional para Famílias</b>	Rua Eugenio Bonádio, 63, Centro	Alugado	22	Famílias	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS
<b>Acolhimento Institucional para mulheres em Situação de Rua</b>	Rua Coronel Moraes,145, Centro	Alugado	16	Mulheres Adultas	Comunidade Cristã de Ação Social - COMAS

<b>SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE<sup>4</sup></b>					
<b>UNIDADES</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	<b>CAPACIDADE ATENDIMENTO</b>	<b>PÚBLICO ATENDIDO</b>	<b>ENTIDADE PARCEIRAS</b>
<b>Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência</b>	Rua Santo Agostinho,162 -Vila Adyana	Alugado	10	Mulheres com ameaça de morte	SOS Mulher
					Obs. O endereço mencionado é da Sede da entidade, por ser o endereço do abrigo sigiloso
<b>Republica para pessoa com deficiência</b>	Rua Major Antônio Domingues, - Centro	Alugado	7	Adultos	Unidade Pública – Referenciada no CREAS SUL

### **Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências**

Para o atendimento das situações de emergências preponderantes no período do verão, existe reserva no almoxarifado, de colchões, cobertores e cestas básicas.

No período de dezembro de 2015 à março de 2016, foram atendidas 100 ocorrências desta natureza. Para o atendimento destas situações a SDS institui no início de dezembro, uma escala de plantão de emergência, à disposição da Defesa Civil.

## 2.13 Controle Social

O município de São José dos Campos pode ser considerado um dos pioneiros no que diz respeito ao controle social.

Em 26/03/1991 foi criado o Conselho Municipal de Promoção Social – COMUPS (lei municipal nº 3941), com funções deliberativas, fiscalizadora e de consultoria; tendo como objetivo básico o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Assistência, em conformidade com a Lei Orgânica do Município. Esse referido Conselho teria seu mandato encerrado em junho de 1994, em decorrência da necessidade de sua adequação frente a LOAS (Lei Federal nº 8742/93), porém o mesmo foi prorrogado até dezembro de 1995. Durante seu período de existência o COMUPS realizou o levantamento dos trabalhos na área da assistência desenvolvidos pelas ONG's, o cadastramento de entidades sociais, o pré-diagnóstico da realidade social, dentre outras atividades de organização e mobilização.

Ressalta-se que, também no início dos anos 1990, ocorreu a criação e estruturação do CMDCA de São José Campos (Lei Municipal nº 3676/89, posteriormente alterada pelas Leis nº 3801/90, 3937/91 e 4332/92), produto do engajamento dos setores do município envolvidos com a temática da infância e juventude na mobilização nacional ora existente.

Outro ponto importante a ser destacado é a realização da I Conferência Municipal de Assistência Social, em 05 de outubro de 1995. Essa conferência teve como o objetivo a deliberação das diretrizes para o Plano Municipal de Assistência Social e a votação do Projeto de Lei para a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social.

A Secretaria de Desenvolvimento Social, como já apontamos, com a Lei 4865/96, foi colocada como gestora da Política de Assistência Social e também como referência administrativa dos seguintes conselhos municipais: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; Conselho Tutelar-CT; Conselho Municipal do Idoso - CMI e do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - CMPD, bem como do

Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS. Tal contexto colocou o município em condição de Gestão Plena, facilitando e possibilitando o repasse de recursos financeiros de outras esferas governamentais (Federal e Estadual).

O CMAS, como hoje está constituído, foi criado pela *Lei Municipal 4.892*, de 05/07/1996 (Art. 30. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.885/84 de 18 de outubro de 1984, a Lei nº 2.909/84 de 21 de novembro de 1984, a Lei nº 3.941/91 de 26 de março de 1991), consolidada pela Lei 6.428, de 20/11/03 e alterada pela Lei 7.348, de 06/07/07. Conforme seu art.5º. O CMAS-SJC é composto por 18 (dezoito) membros e seus respectivos Suplentes dos quais 9 (nove) são nomeados pela Administração Pública Municipal e 9 (nove) eleitos, pelos seus pares, na Sociedade Civil.

Em 2015 São José dos Campos realizou sua X Conferência Municipal de Assistência Social, tendo como tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", e lema "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos", definido por meio de Portaria Conjunta Nº 1, de 9 de fevereiro de 2015 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Cabe enfatizar que essa conferência foi precedida por encontros regionalizados, o que possibilitou a participação popular e retomando a perspectiva de organização e mobilização social. Utilizando-se da metodologia do "Mapa Falado", esses referidos encontros, possibilitaram o debate da realidade vivenciada nos territórios (regiões de CRAS) e a apresentação de propostas para a superação das possíveis vulnerabilidades identificadas.

#### **2.14. A Construção do Mapa Falado**

A proposta de construção de um "Mapa Falado", isto é, uma proposta de trabalho coletivo, de identificação de problemas e propostas de soluções para os mesmos indicando os pontos de proteção e desproteção social surgiu por meio da consultoria da Profa. Dra. Dirce Koga em uma reunião com a Vigilância Socioassistencial, cujo assunto pairava sobre o Diagnóstico Socioassistencial e

em um momento em que a Secretaria de Desenvolvimento Social se encontrava em planejamento e organização da X Conferência Municipal de Assistência Social.

Acolhida a ideia, iniciaram-se oficinas de preparação de construção do Mapa Falado de São José dos Campos, uma vez que se tratava de conceito novo para a equipe, porém vista com bons olhos.

No dia 09/06/2015, na Casa do Idoso Centro, ocorreu a primeira oficina do Mapa Falado para a equipe de gestão da SDS, e coordenadores de CRAS e CREAS, com Euníciana Peloso que apresentou a seguinte Metodologia:

- ❖ Uso do Mapa do território
- ❖ Concepção: processo coletivo de construção do conhecimento
- ❖ Conceitos: participação, territorialização, proteção social e direitos sociais
- ❖ Atores do território: lideranças, profissionais das políticas sociais, referências locais, usuários;
- ❖ Identificação: marcas e marcos, territoriais.

Temas a serem mapeados:

- ❖ Presença de equipamentos (serviços públicos, entidades, igrejas, entre outros);
- ❖ Espaços de convivência (culturais, esportivas, lazer).
- ❖ Experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização);
- ❖ Locais e situações de riscos (social e ambiental);
- ❖ Marcas de identidade do território (migrantes, bares, entre outros).

Após preparação da equipe multiplicadora, deu-se início as oficinas preparatórias regionais:

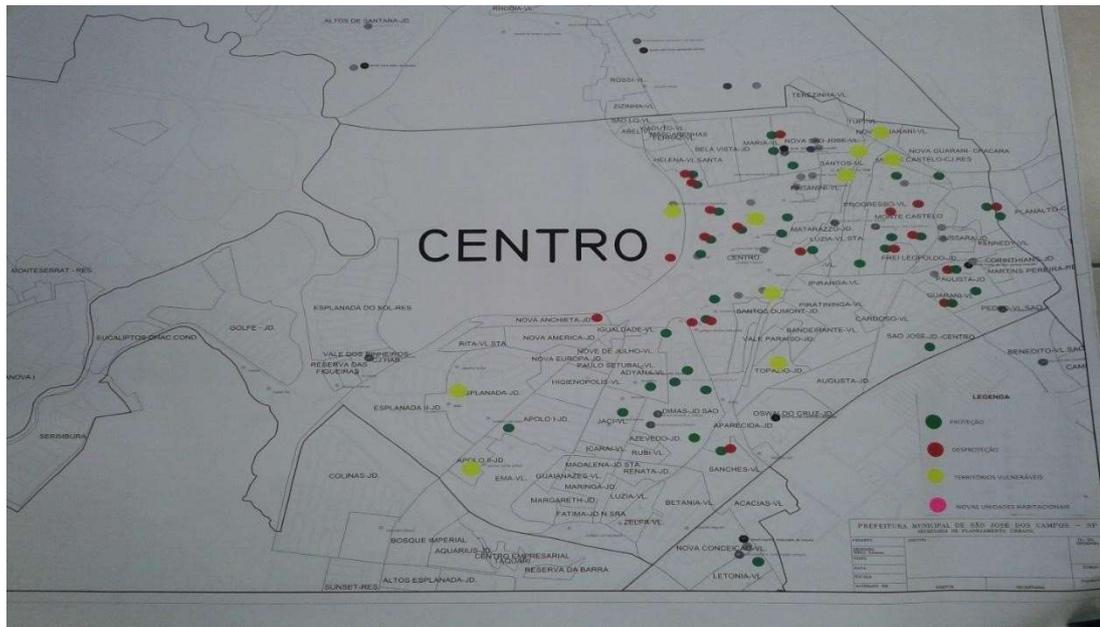
Em cada Pré-Conferência trabalhou-se o Mapa Falado local. Posteriormente o material foi compilado pela equipe de Vigilância Socioassistencial e apresentado na Conferência Municipal de Assistência Social, classificando-as das seguintes formas:

- Desproteção - marcação vermelha;
- Proteção - marcação azul;
- Territórios vulneráveis (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e Brasil sem Miséria) - marcação amarela;
- Conjuntos habitacionais novos (MCMV ou CDHU) - marcação rosa.

A seguir uma breve apresentação e análise do “Mapa Falado” apresentado na X Conferência Municipal de Assistência Social.

Os serviços ou equipamentos de proteção, identificados na Região Central, encontram-se concentrados e nem sempre próximos aos territórios identificados de vulnerabilidade. Em algumas situações o mesmo serviço ou equipamento é considerado tanto como de proteção quanto como de desproteção a exemplo de praças públicas que são locais de lazer, porém também pontos para tráfico, exploração sexual.

Figura 68



A Região Centro da cidade é servida de Unidades Públicas de Atendimento à População, nas diversas Políticas Públicas, assim como de Assistência Social tanto no que se refere a proteção básica como na especial, seja através de execução direta ou indireta através de Entidades Benéficas. A existência dessas Unidades é apontada como proteção, no entanto se destaca a falta de segurança pública, o que resulta em pontos de tráfico e uso de drogas ilícitas, bem como pontos de exploração sexual.

Dentre os apontamentos de desproteção surge a necessidade de “reorganização”, ou seja, o serviço em si não é considerado como desproteção, mas a sua “desorganização” sem maiores esclarecimentos.

Outro ponto registrado referente ao serviço da Assistência Social enquanto fator de desproteção é a falta de profissionais e a localização do CREAS pelo difícil acesso da população. Somentamos que o CREAS já mudou de endereço e este está próximo a corredor de ônibus. Portanto, a questão de acesso foi sanada.

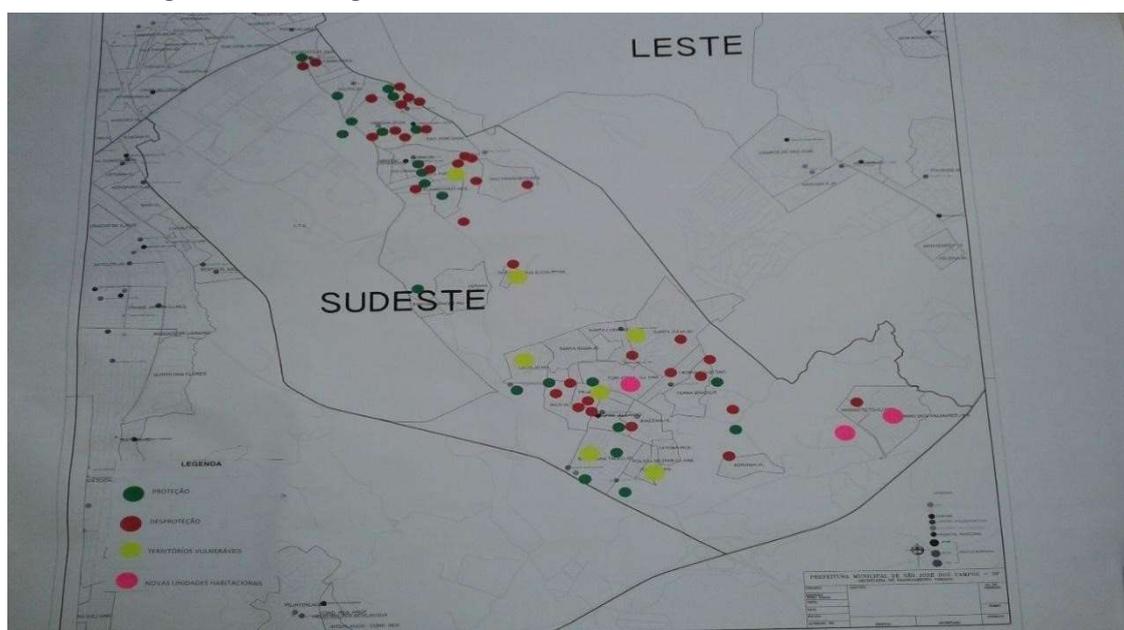
No que se refere a outras Políticas Públicas é assinalado como fator de proteção creches; universidades; esporte, cultura e serviços urbanos. Enquanto

que a insuficiência de creche e a precariedade de transporte público são apontados como fatores de desproteção.

Observa-se que o transporte público é apontado tanto como fator de proteção, quanto de desproteção.

Enquanto proteção em função de ter duas rodoviárias e o “Acesso Livre” (Espaço exclusivo para atender idosos e pessoas com deficiência ou baixa mobilidade, no uso do transporte público e de vagas especiais de estacionamento). E de desproteção em virtude do transporte urbano não ter o mesmo fluxo para atendimento da demanda da periferia como tem na região do centro comercial.

Figura 69 – Região Sudeste



A exemplo do que ocorre na Região Centro, os serviços e equipamentos de proteção, em sua maioria, concentram-se distantes das áreas de maior vulnerabilidade. Nesta região concentram-se alguns Conjuntos Habitacionais do CDHU e Minha Casa Minha Vida, tais como: Conjunto Tom Jobim e Pinheirinho do Palmares, sendo que este último abrigará aproximadamente 1.200 famílias que foram removidas do Pinheirinho (Região Sul) após a reintegração de posse em janeiro de 2012. Há de se notar que no território onde estão sendo construídas as casas para as famílias removidas do Pinheirinho (próximo à divisa com a Região Leste) não há serviços ou equipamentos para atendimento à essa população.

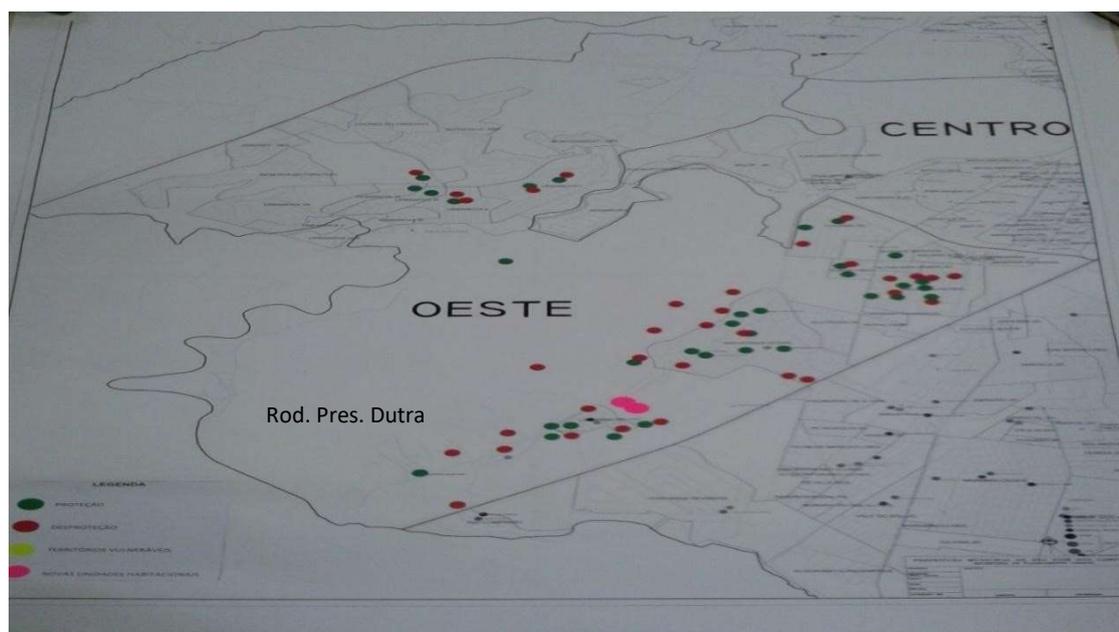
Na Região Sudeste aponta-se a ausência de CRAS nas imediações do Putim, abrangendo os bairros J. Santa Rosa e J. Santa Luzia, essas famílias são atendidas pelo CRAS Parque Santa Rita que fica distante aproximadamente 9 quilômetros.

A segurança pública e a insuficiência de Unidades outras políticas públicas são destaques de desproteção.

A presença da Fundação Casa; igrejas e outros serviços particulares são assinalados como sendo de proteção.

É apontado que o Sítio Bom Jesus possui crianças em situação de negligência.

Figura 70 – Região Oeste



A Região Oeste do município concentra os bairros de maior poder aquisitivo do município, porém possui três territórios com famílias em situação de maior vulnerabilidade frente à realidade da região – Limoeiro, Beira Rio e Pinheirinho (próximo à UNIVAP). No entanto, estes territórios embora de maior vulnerabilidade, têm baixa concentração de famílias em situação de extrema pobreza (menos de 5%). A região estará recebendo dois Empreendimentos Habitacionais do Programa Minha

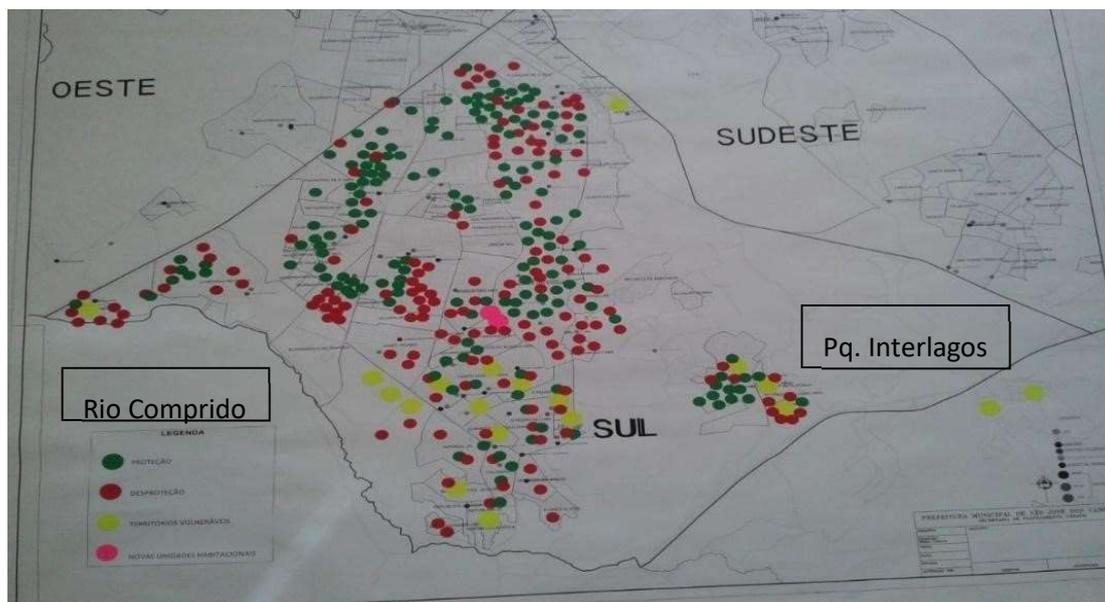
Casa Minha Vida, o que gerou protestos de parte da população do entorno considerando que a implantação dos mesmos desvalorizaria os imóveis vizinhos.

Assim como na Região Centro, alguns serviços ou equipamentos de proteção também são considerados como de desproteção pelos moradores. Embora os serviços e equipamentos de proteção estejam bem distribuídos na região, percebe-se que próximo à divisa com Jacareí, onde está o território do Limoeiro, há maior concentração de desproteção do que de proteção.

A região não possui Unidade de Assistência Social, aponta a ausência de serviços na Região do Jardim das Indústrias, onde serão implantados 2 Conjuntos Habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Mirantes do Limoeiro I e Mirantes do Limoeiro II.

A Segurança Pública é apontada como de proteção por dispor de Delegacias de Polícia e concentração do Sistema de Justiça (Fórum, Justiça do Trabalho, Delegacia da Mulher, Procuradoria etc.), porém é apontada como desproteção a dificuldade de acesso a estes serviços haja vista a localização distante da Região Central. A existência de pontos de tráfico de drogas e exploração sexual nas margens da via Dutra e Posto da Gruta é apontada como fator de desproteção, Insuficiência de creches; escolas distantes para os moradores da área rural; Esporte e lazer enquanto proteção no que refere praças; Áreas Verdes; Academia ao Ar Livre, mas o fato de não terem acessibilidade para as pessoas com deficiência é apontado como fator de desproteção.

Figura 71 – Região Sul



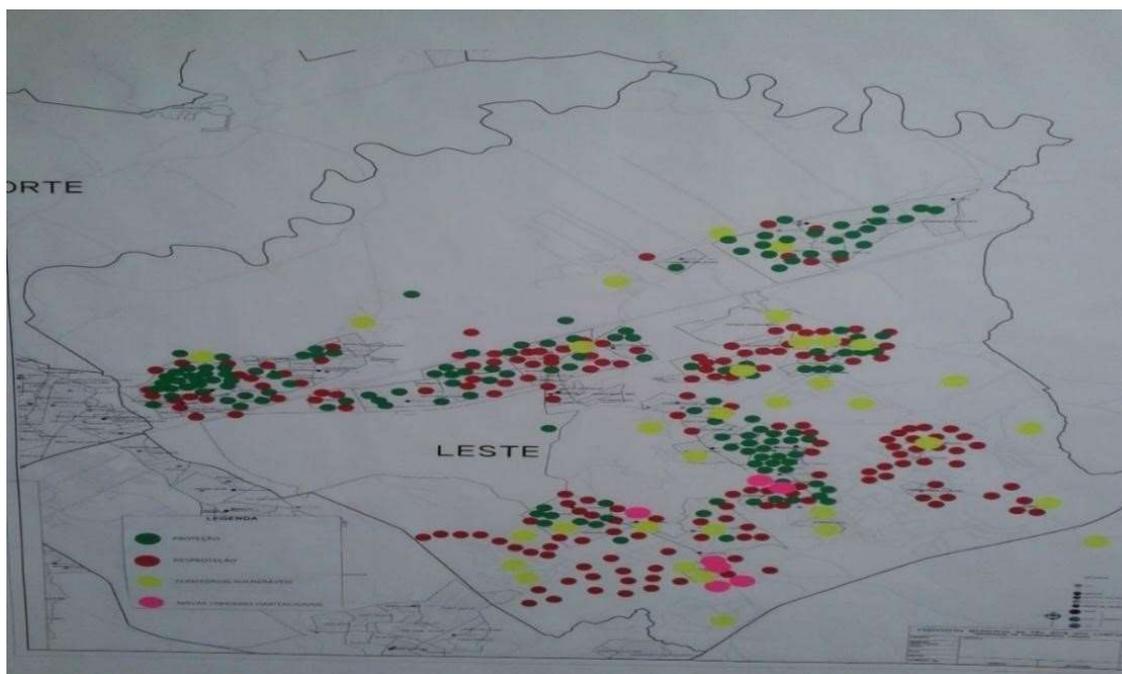
Na Região Sul as áreas de maior vulnerabilidade estão concentradas nos territórios dos bairros Campos dos Alemães, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Elmano Ferreira Veloso e Papa João Paulo II que resultaram de Programas Habitacionais do município para a população de baixa renda. Outro ponto de concentração de territórios de vulnerabilidade é o Parque Interlagos onde foi construído o Conjunto Habitacional que abrigou famílias moradoras em área de risco, especialmente do Rio Comprido, onde em 2011 houve deslizamento de terra com soterramento e morte de 5 moradores. No entanto, os serviços de proteção estão concentrados distante destes territórios.

A região recebeu mais dois Conjuntos Habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida onde 50% das famílias são oriundas de áreas de risco de diversas regiões.

Os equipamentos: Casa do Idoso, Centro Dia, Entidades Sociais, CREAS e CRAS são registrados como fator de proteção, porém sinaliza enquanto desproteção a insuficiência de vagas, falta de estrutura dos serviços de assistência social e de saúde. Destacam como locais de desproteção boates; praças e motéis, bem como à ausência de Unidades de Segurança Pública em alguns territórios. Relatam que há pontos de exploração sexual e tráfico de drogas. Precariedade de transportes, cultura e desemprego de famílias também são sinalizados como fatores de desproteção.

Cabe ressaltar que nesta região, em 2012, houve a reintegração de posse da área ocupada Pinheirinho, que fica próximo ao Campo dos Alemães. Embora as famílias removidas estejam recebendo o pagamento do auxílio moradia, até a entrega do Conjunto Habitacional Pinheirinho dos Palmares (na Região Sudeste), quase 80% permanecem nas proximidades.

Figura 72– Região Leste



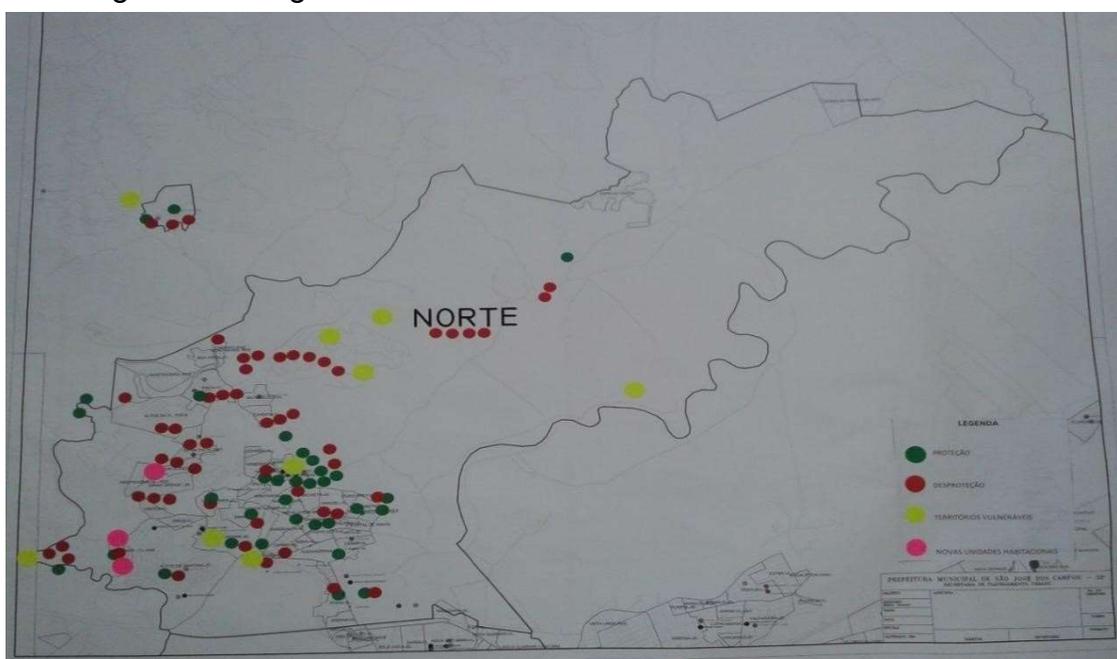
A Região Leste é cortada pela Rodovia Presidente Dutra (identificada pela seta azul). Verifica-se que os serviços e equipamentos de proteção estão em sua maioria acima da rodovia, onde estão os bairros mais antigos da região (Vila Industrial, Eugênio de Melo, Vila Tatetuba, Vila Tesouro etc.). No entanto, a predominância dos territórios de maior vulnerabilidade, bem os fatores de desproteção estão abaixo da Rodovia Presidente Dutra. Assim, como estão concentrados os Conjuntos Habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Nesta região foi apontada a escassez de Unidades de Assistência Social, em especial do lado esquerdo da Dutra, onde estão os territórios de maior vulnerabilidade.

Embora apresente uma gama de serviços urbanos, estes estão concentrados na Região da Vila Industrial e Eugênio de Melo, havendo poucos serviços para atendimento à demanda especialmente próximo aos novos empreendimentos habitacionais. A falta de segurança pública também é apontada como fator de desproteção.

Esta região concentra grande número de bairros irregulares o que aumenta a desproteção das famílias moradoras no mesmo, inclusive o transporte público que foi apontado pela população como precário.

Figura 73– Região Norte



Na Região Norte concentra-se a maior parte da área rural do município. Trata-se de uma região muito acidentada e com muitas áreas de risco. O fato de boa parte da região está em APA – Área de Preservação Ambiental, a regularização de várias ocupações não é possível, demandando a remoção das famílias. Este é um dos motivos pelo qual a região concentra o maior número de beneficiários do “Auxílio Moradia”, benefício pago às famílias removidas de área de risco.

Assim como em outras regiões, os serviços ou equipamentos de proteção estão concentrados e distantes dos territórios de maior vulnerabilidade.

Durante as oficinas foi apontado que os serviços de assistência social são insuficientes, assim como há falta de serviços urbanos básicos como iluminação pública, pavimentação e esgoto e de outras políticas públicas, tais como saúde e educação básica. Estes fatores estão associados à presença de vários bairros irregulares.

A falta de segurança pública foi apresentada como fator de desproteção.

O serviço de transporte público foi considerado insuficiente e sem acessibilidade para pessoas com deficiência, especialmente nos bairros mais distantes onde os pontos de ônibus ficam a quilômetros das residências obrigando os usuários a longas caminhadas. A região possui serviços públicos, porém a extensão da zona rural é muito grande e com pouca concentração de moradores. As famílias residem em pontos isolados, o que dificulta o acesso de ao transporte público, e outros serviços públicos como de saúde e educação.

### **Distrito de São Francisco Xavier**

Em São Francisco Xavier os serviços ou equipamentos de proteção estão concentrados na Região Central do Distrito, muito distante dos territórios de vulnerabilidade e dos pontos de desproteção.

Por ser Distrito do município, embora também ser uma Estância Turística, com muita área verde, também possui famílias vulneráveis e com difícil acesso aos serviços públicos e de proteção.

Figura 74 – Região de São Francisco Xavier



### 2.15. Recursos Financeiros e Humanos

No âmbito da gestão de uma política pública, a destinação orçamentária e a sua execução, ou seja, seu efetivo financiamento, constituem importantes indicadores das prioridades de atuação e intervenção do setor público. O Caderno SUAS V – Financiamento da Assistência Social no Brasil, propõe que *“conhecer as dotações envolvidas, as escolhas feitas no âmbito da política e seus avanços e/ou desafios compõem uma importante ferramenta para o exercício do controle social do Estado pelo cidadão, compreendendo o Estado a serviço do interesse público.”*

No que refere-se a gestão financeira, a NOB/SUAS indica que são instrumentos, o orçamento e os fundos de Assistência Social. A Política de Assistência Social no Brasil passa por um processo de transformação conceitual, normativo e também no aspecto do aporte de recursos técnicos e financeiros.

No entanto, constata-se que o investimento precisa ser maior, principalmente nos serviços que compõe a rede socioassistencial do SUAS no âmbito público, mas também privado. Na atual conjuntura o arcabouço jurídico-

normativo na área de Assistência Social instituiu uma nova sistemática de financiamento expressa modelo de gestão proposto pelo SUAS e segue três diretrizes:

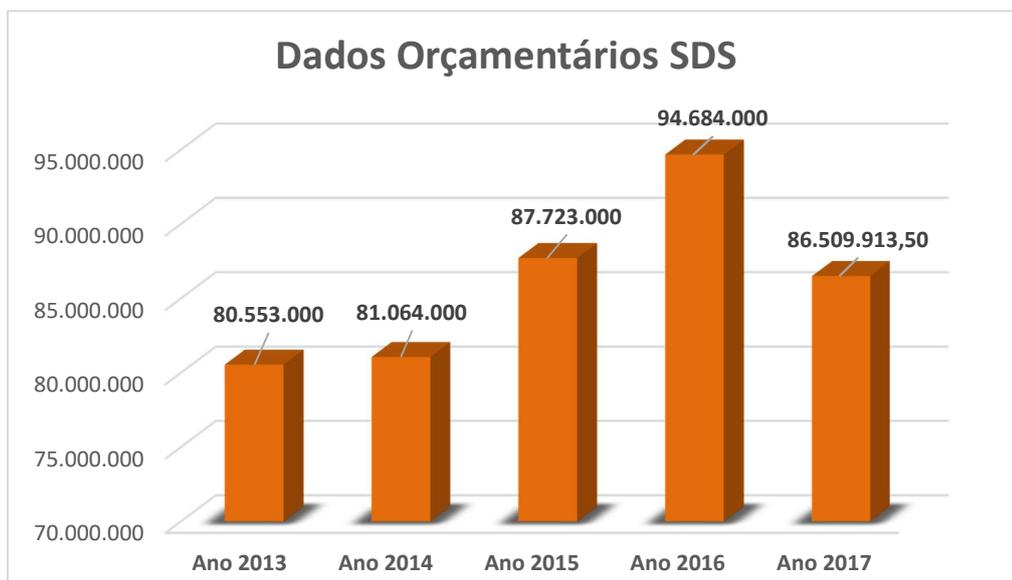
1. Cofinanciamento pelas (03) três esferas de governo, com repasses regulares e automáticos e gestão financeira através dos Fundos de Assistência Social (Federal, Estaduais e Municipais);
2. Estabelecimento de pisos de proteção correspondentes ao nível de complexidade da atenção a ser operada a partir do cálculo dos custos dos serviços socioassistenciais em padrão adequado de quantidade e qualidade, mas ainda não conseguimos alcançar tal patamar;
3. Correspondência nos instrumentos de planejamento público (Plano Pluri Anual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), dentre outras.

A Constituição Federal – CF de 1988 preconiza que a seguridade social, Seguridade Social compreendida como *“um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social”*, devem ser financiadas com a participação de toda a sociedade mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, Distrito Federal, dos Estados, municípios e das diversas contribuições sociais. Observamos ainda que há a previsão de um Pacto Federativo, no entanto, no que se refere a Assistência Social verificamos que esse pacto se configura de uma forma desigual. Apesar de avanços no ente federal, os entes estaduais ainda não assumiram seu papel no cofinanciamento fundo a fundo do SUAS. No Estado de São Paulo temos que avançar nesse aspecto, cabendo ao estado ampliar seu cofinanciamento.

No município de São José dos Campos, no que se refere ao orçamento temos o seguinte cenário, considerando a Lei Orçamentária Anual (dados orçamentários dos exercícios 2013 a 2016).

No período compreendido nos exercícios entre 2014 – 2017, verificado o “Quadro de Detalhamento da Despesa por Aplicação em Programas”, é possível identificar um crescimento de 17% no intervalo entre 2013 e 2016. Se observamos o crescimento entre 2015 e 2016, obtendo percentual de 7%, é possível inferir um

aparente aumento dos recursos destinados à Assistência Social. Também podemos visualizar uma diferença no planejamento das ações, fruto da característica das gestões que se sucederam na SDS.

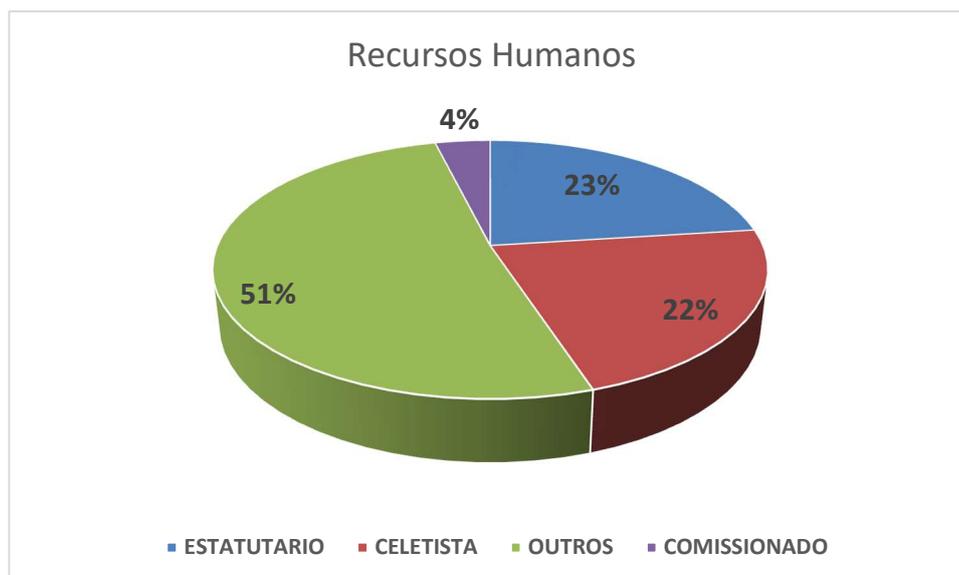


### 2.15.1. Recursos Humanos

Recursos Humanos por vínculo empregatício.



Fonte: SASC 2016.



Fonte: SASC 2016.

Distribuição dos recursos humanos quanto ao nível de escolaridade:

VÍNCULO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MEDIO	ENSINO SUPERIOR	TOTAL
ESTATUTARIO	18	26	52	96
CELETISTA	8	12	72	92
OUTROS	110	82	22	214
COMISSIONADO	0	7	9	16
<b>TOTAL</b>	<b>136</b>	<b>127</b>	<b>155</b>	<b>418</b>

Fonte: SASC 2016.

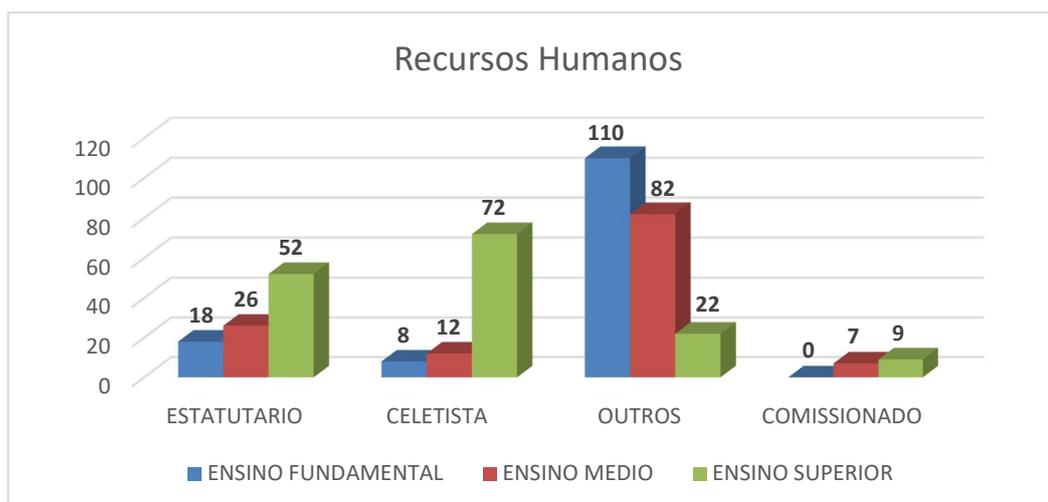
Recursos Humanos - Escolaridade	Nº
ENSINO SUPERIOR	155
ENSINO FUNDAMENTAL	136
ENSINO MEDIO	127
<b>TOTAL</b>	<b>418</b>

Fonte: SASC 2016.

Distribuição dos profissionais de nível superior de acordo com a profissão:

<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>-</b>
<b>PROFISSIONAIS/CATEGORIA</b>	<b>Nº</b>
ASSISTENTE SOCIAL	108
PSICÓLOGO	22
OUTRO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	17
PEDAGOGO	4
ADVOGADO	2
CONTADOR	1
JORNALISTA	1
<b>TOTAL NIVEL SUPERIOR</b>	<b>155</b>

Fonte: SASC 2016.



Fonte: SASC 2016.

### 2.15.2. Apontamentos Gerais do Diagnóstico

O diagnóstico socioterritorial da cidade de São José dos Campos trouxe à tona as expressões paradoxais que marcam o processo de formação sócio histórica, política e econômica desse município considerado de grande porte e referência metropolitana no Vale do Paraíba.

A configuração das 11 Áreas de CRAS da cidade já revelam a complexa dinâmica socioterritorial que compõe a rede de acessos a serviços de proteção social,

em que rodovias, áreas de segurança militar e a topografia terminam criando zonas de fronteiras entre serviços públicos e os cidadãos de São José dos Campos.

Como é fato comum no Brasil, uma das fortes marcas presentes na cidade é a herança assistencialista cunhada desde os primórdios dos sanatórios para tuberculosos, e que se coloca como um dos desafios para fazer avançar o SUAS na cidade, que exige o rompimento com este legado para que a gestão socioassistencial seja pautada pelos direitos sociais à proteção social, sob a primazia do estado e em parceria com as organizações prestadoras dos serviços.

A cidade ainda é possuidora de um dos mais avançados parques tecnológicos do país com a presença de institutos, como o CTA, ITA e INPE, além da empresa Embraer do campo da aviação. Ao lado deste aparato, a cidade apresenta territórios rurais, como o Distrito de São Francisco Xavier e seu entorno, que embora desenvolva o turismo rural, apresenta importantes demandas de proteção social, especialmente daquela população que sobrevive à custa, normalmente, de relações precárias de trabalho e renda.

O envelhecimento da população apresenta-se de forma também com tendência marcante, especialmente na Região Central e no Distrito de São Francisco Xavier, o que representa uma importante demanda de proteção social.

Ler a cidade a partir de seus territórios de forma desagregada pelas áreas de referência dos CRAS e pelos respectivos setores censitários possibilitou observar suas diversidades socioculturais, bem como suas desigualdades e discrepâncias socioeconômicas e territoriais. Tal reconhecimento remete pensar o planejamento do SUAS em São José dos Campos também de forma territorializada, de forma a considerar as partes da cidade e, ao mesmo tempo, os fios que as conectam na dinâmica proteção / desproteção social.

O Diagnóstico Socioterritorial também percorreu as ruas da cidade a partir dos resultados da pesquisa sobre a população em situação de rua, revelando a presença de vínculos familiares e ou de tempo mais alargado de permanência na cidade até então desconhecidos. Colocam-se novas perspectivas de trabalho social com esta população, que parece apresentar uma trajetória de vida menos linear que

a condição de rua pressupõe, e mais circular ao se ter em perspectiva o retorno aos vínculos familiares e à cidade.

Por ocasião das Pré Conferências Regionais de Assistência Social, se revelaram as percepções dos usuários e técnicos envolvidos com o SUAS sobre os seus respectivos territórios de vivência, gerando mapas de localização em torno de expressões de proteção social, desproteção social e a presença de novos empreendimentos imobiliários.

As sinalizações dos 7 Mapas Falados construídos revelam parte do que os mapeamentos de exclusão/inclusão social dos setores censitários urbanos de São José dos Campos demonstraram em seus resultados: a expansão populacional da cidade e de seus territórios para as franjas. Os dados sobre a questão fundiária na cidade são reveladores do que o alto índice de Gini indica: uma cidade marcada pela desigualdade socioterritorial, embora com expressiva presença de inclusão social.

Impressiona os dados trazidos pelo Diagnóstico sobre a presença de 50 áreas consideradas de risco, sendo que 32 com edificações, conforme informações da Defesa Civil Municipal. Como também são reveladores processo desigual e excludente que marcou a dinâmica urbana recente da cidade de São José dos Campos, em que a Secretaria de Desenvolvimento Social tem mapeado e referenciado aos Centros de Referência de Assistência Social 434 loteamentos e residenciais. Dentre estes 123 são considerados irregulares pela Secretaria de Regularização Fundiária. Situação emblemática pode ser verificada na área do CRAS Alto da Ponte, em que dos 48 loteamentos, 45 são considerados irregulares. O Diagnóstico Socioterritorial traça, portanto, presenças, ausências e desafios de proteção social na cidade de São José dos Campos e nos seus diversos e desiguais territórios, indicando diretrizes e prioridades a serem contempladas no âmbito do planejamento do SUAS na cidade, na perspectiva de seu aprimoramento e avanço rumo a 2026.

### **3. Objetivo Geral**

Tem a finalidade de estabelecer diretrizes, prioridades e metas, visando a garantia da universalização do acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às famílias e indivíduos que deles necessitarem, buscando assim, cumprir as funções da assistência social de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos instituídas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

### **4. Objetivos Específicos**

**4.1. Aprimorar a gestão do Sistema Único da Assistência Social visando a execução da Política Municipal Assistência Social;**

**4.2. Ampliar, qualificar e reordenar os serviços, programas, projetos e ações da rede de Proteção Social Básica e Especial;**

**4.3. Garantir a adequação do quadro de recursos humanos, conforme previsto na Norma Operacional Básica/Recursos Humanos-SUAS (2012);**

**4.4. Garantir a capacitação continuada aos profissionais do SUAS;**

**4.5. Fortalecer e aprimorar os conceitos e as ações de Vigilância Socioassistencial;**

**4.6. Ampliar e fortalecer os mecanismos de participação e controle social.**

### **5. Diretrizes, prioridades, metas e prazos**

As metas, prazos e os percentuais ora apresentados foram projetados no primeiro semestre de 2016.

Os apontamentos em referência: Gestão do SUAS, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Controle Social, foram construídos considerando os subsídios apresentados pelo Diagnóstico Socioterritorial (2015/2016), Diagnóstico da Legislação Social (2015/2016), deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social (2015), Mapa Falado - Pré Conferências Regionais de Assistência Social (2015) e Pacto de Aprimoramento do SUAS (2014), visando nortear o redimensionamento das ações da Política de Assistência Social no município de São José dos Campos, bem como estabelecer novas perspectivas de avanço do SUAS para o período de 2018 a 2021.

A partir destes documentos e debates realizados por meio de oficinas com as equipes técnicas da gestão se processou a sistematização das deliberações, análises e proposições levantadas coletivamente, tendo como estratégia de agrupamento os mesmos campos do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Dessa forma, foram organizados os campos do Plano Municipal de Assistência Social, tomando como referência as prioridades / diretrizes, a partir das quais o coletivo da gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos definiu as respectivas metas e prazos (em percentual de cumprimento anual).

### **5.1. Gestão SUAS**

**Diretriz/Prioridades:** Alterar o nome de Secretaria de Desenvolvimento Social para Secretaria de Assistência Social, atendendo as nomenclaturas previstas na assistência social enquanto política pública e sua estruturação com formalização de áreas essenciais do SUAS.

**Meta 1:** Formalizar, através de Projeto de Lei, nova estrutura administrativa do órgão gestor de Assistência Social

**Prazo:** 2016 - 40%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Ampliar os serviços da Assistência Social nos territórios onde esses ainda são insuficientes, baseando-se nos indicadores levantados no Diagnóstico Socioterritorial.

**Meta 2:** Indicar orçamento e recursos financeiros para garantia da diretriz

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 3:** Realizar as adequações necessárias nos equipamentos existentes.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Meta 4:** Construção de prédios públicos para CRAS e realizar obras de adequação das unidades de CRAS que funcionam em prédios públicos, conforme previsto no PPA.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Efetivar concurso público em caráter de urgência para garantir equipe prevista pela NOB-RH/SUAS: assistentes sociais, psicólogos, advogados, educadores sociais, incluindo administrativos e auxiliar de serviços gerais.

**Meta 5:** Indicar orçamento e recursos financeiros para garantia da diretriz

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Capacitar continuamente os profissionais da assistência social/SUAS (público e privado – entidades sociais), incluindo-se a capacitação referente à dependência química com enfoque na prevenção.

**Meta 6:** Indicar orçamento e recursos financeiros para garantia da diretriz.

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 7:** Implementar Política, Plano Municipal de Educação Permanente e Capacitação para os trabalhadores do SUAS.

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 8:** Construir e definir metodologia do trabalho social na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de forma coletiva e participativa.

**Prazo:** 2016 - 45%; 2017 - 100%

**Meta 9:** Nivelar o conhecimento de conceitos e procedimentos.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Garantir fluxos com a política de saúde e demais políticas públicas, viabilizando melhor acesso ao atendimento às pessoas com dependência química.

**Meta 10:** Fomentar a criação de mecanismos que proporcione a discussão intersetorial com o objetivo da construção dos protocolos de atendimento.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Equiparar o salário para a área da assistência social considerando o piso do serviço público para os profissionais da rede complementar do SUAS.

**Meta 11:** Criar Plano de cargos e salários para os trabalhadores do SUAS no município, equiparando salários para a área da assistência social.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Adequar a legislação municipal ao arcabouço legal do SUAS.

**Meta 12:** Criar lei de regulamentação do SUAS no âmbito municipal.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Efetivar articulação entre CRAS, CREAS e serviços socioassistenciais para atendimento integrado da população.

**Meta 13:** Estabelecer os fluxos entre as proteções e a rede complementar do SUAS, em especial ao atendimento à população em situação de rua.

**Prazo:** 2016 - 100 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Implementar as ações da Vigilância Socioassistencial como forma de orientação às atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais.

**Meta 14:** Garantir o diagnóstico socioterritorial de forma continuada.

**Prazo:** 2016 - 100 %; 2017 - 100%

**Meta 15:** Implantar sistema de notificação compulsória de violência contra criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Elaborar Plano Territorial Rural de São José dos Campos.

**Meta 16:** Desenvolver estudo específico sobre as ruralidades de São José dos Campos quanto aos aspectos de dispersão, isolamento e proximidade com outros municípios paulistas e mineiros.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Meta 17:** Realizar pesquisa sobre as dinâmicas sociodemográficas em curso no subdistrito de São Francisco Xavier.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Definir sistema de informação e registro eletrônico municipal da Assistência Social em conformidade ao SUAS.

**Meta 18:** Realizar estudos e adequações no Sistema de Informações da Assistência Social.

**Prazo:** 2016 - 50 %; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Estruturar os procedimentos internos operacionais, administrativos e técnicos, da SDS.

**Meta 19:** Estabelecer normativas, pactos, fluxos internos do trabalho e protocolo de atendimento para organização dos serviços, programas e benefícios.

**Prazo:** 2016 - 80%; 2017 -100%

**Diretriz/Prioridades:** Criar Equipe Volante nos CREAS para atendimento das famílias residentes em área rural de São José dos Campos.

**Meta 20:** Priorizar implantação deste serviço para atender o Subdistrito de São Francisco Xavier.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 21:** Implantar o serviço para atendimento às demais regiões do município.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Implantar serviços de acolhimento no município para as situações de violação de direitos, em equipamento público estatal.

**Meta 22:** Priorizar o serviço de acolhimento para Idosos em diferentes graus de dependência, em especial grau de dependência 3.

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 100%

**Meta 23:** Priorizar o serviço de acolhimento para Pessoas com Deficiência, principalmente para faixa etária de 18 a 59 anos.

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 100%

**Meta 24:** Reordenar o serviço de acolhimento para Pessoas em Situação de Rua de acordo com as normativas do SUAS.

**Prazo:** 2016 - 70%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Criar mecanismos de comunicação da SDS que produzam, movimentem e circulem informações no âmbito interno da prefeitura e para a população.

**Meta 25:** Produzir sistematicamente material de divulgação dos serviços, programas, projetos e eventos da secretaria, tais como: boletins, folders, cartazes, banners, cartilhas, dentre outros.

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Concluir o processo de implantação dos benefícios eventuais.

**Meta 26:** Normatizar os procedimentos e fluxos para sua execução.

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 27:** Elaborar e instituir Plano de Inserção em Benefícios Eventuais da Assistência Social

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

## **5.2. Proteção Social Básica-PSB**

**Diretriz/Prioridades:** Ampliar cobertura da Proteção Social Básica.

**Meta 28:** Implantar CRAS com equipe de referência prevista na NOB-RH/SUAS-2012, conforme o diagnóstico socioterritorial.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 29:** Priorizar a implantação de equipamentos nas regiões a seguir: Leste, Norte, Sudeste e Distrito de São Francisco Xavier.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 30:** Implantar agenda permanente de atendimento do Cadastro Único em São Francisco Xavier.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 31:** Acompanhar pelo PAIF as famílias com até 1/2 salário registradas no Cadastro Único.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 32:** Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 33:** Inserir no Cadastro Único os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada-BPC.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 34:** Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 35:** Aplicação do questionário e articular a comissão intersecretarias do Programa BPC na Escola.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 36:** Ampliar a oferta de grupos no âmbito do PAIF

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 37:** Implantar Proteção Social Básica no domicílio (acompanhamento de pessoas com deficiência e idosas)

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Formar equipe volante, vinculada ao Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, para atendimento dos bairros distantes e áreas rurais.

**Meta 38:** Priorizar implantação deste serviço para atender áreas isoladas da região norte.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 39:** Implantar o serviço para atendimento as demais regiões do município.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Investir na qualificação das equipes para atendimento à pessoa com deficiência no CRAS.

**Meta 40:** Oportunizar espaços de capacitação aos trabalhadores do SUAS.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Implantar, ampliar e reformular serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias em todas as regiões, de acordo com diagnóstico.

**Meta 41:** Garantir orçamento e estabelecer parcerias para efetivação dos serviços

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

### 5.3. Proteção Social Especial-PSE

**Diretriz/Prioridades:** Ampliar cobertura da Proteção Social Especial

**Meta 42:** Garantir prioridade de inclusão da população em situação de rua nos serviços da rede de proteção social

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 43:** Cadastrar a população em situação de rua no Cadastro Único

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 44:** Efetivar a reorganização e melhoria do atendimento da população em situação de rua com participação do usuário

**Prazo:** 2016 - 80%; 2017 - 100%

**Meta 45:** Priorizar atendimento à população em situação de rua com até 5 anos de vida nas ruas no programa de atendimento à população em situação de rua

**Prazo:** 2016 - 80%; 2017 - 100%

**Meta 46:** Fortalecer o acompanhamento realizado pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.

**Prazo:** 2016 – 20%; 2017 – 100%

**Meta 47:** Acompanhar pelo PAEFI as famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, através de estabelecimento de fluxos e procedimentos.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 48:** Redimensionar e fortalecer os projetos que visam à prevenção ao acolhimento institucional.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 49:** Implementar trabalho em rede, contribuindo para a superação das situações de violação de direitos.

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 50:** Fortalecer os CREAS como serviço de referência às situações de violação de direitos

**Prazo:** 2016 - 70%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Reordenamento da rede de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

**Meta 51:** Cumprir o atendimento para grupos de irmãos

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Redimensionar a metodologia do Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). .

**Meta 52:** Aprimorar e adequar os serviços na lógica da descentralização

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 100%

**Meta 53:** Implementar a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Identificar e cadastrar famílias no Cadastro Único com a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

**Meta 54:** Cadastrar 70% destas famílias

**Prazo:** 2016 – 20%; 2017 – 100%

**Meta 55:** Capacitar os trabalhadores do SUAS para identificar as situações de trabalho infantil

**Prazo:** 2016 – 60%; 2017 – 100%

#### **5.4. Controle Social**

**Diretriz/Prioridades:** Criar espaços de participação popular na política de assistência social.

**Meta 56:** Incentivar nos territórios a organização dos usuários na perspectiva de fortalecer e qualificar a participação da população local. Participação esta que deverá ser assegurada não só no processo de elaboração e formulação das políticas públicas, como também, no controle da efetivação destas.

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 60%

**Meta 57:** Incentivar a criação de fórum de trabalhadores do SUAS.

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 60%

**Diretriz/Prioridades:** Criar canais de publicização e comunicação para divulgação das ações do CMAS e das conferências.

**Meta 58:** Divulgar as ações, atividades, e normas do CMAS no site da PMSJC

**Prazo:** 2016 - 100%; 2017 - 100%

**Meta 59:** Realizar duas audiências públicas anuais

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Adequar a regulamentação do CMAS às normas vigentes do SUAS e ao controle social

**Meta 60:** Aprimorar a lei de criação do CMAS às normas vigentes do SUAS

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 61:** Reestruturar as normas internas do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS às normativas vigentes do SUAS referentes ao controle social: normativas referentes a inscrição de entidades e organizações de assistência social, estabelecimento de plano de acompanhamento de serviços, revisão do regimento interno do CMAS

**Prazo:** 2016 - 50%; 2017 - 100%

**Meta 62:** Capacitação continuada dos conselheiros

**Prazo:** 2016 - 100%

**Diretriz/Prioridades:** Chamar conferência municipal de assistência social para deliberação de diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social em São José dos Campos

**Meta 63:** Organizar pré conferências regionalizadas

**Prazo:** 2016 - 40%; 2017 - 100%

**Meta 64:** Organizar XI Conferência Municipal de Assistência Social

**Prazo:** 2016 - 30%; 2017 - 100%

## **6. Indicadores de Monitoramento e de Avaliação**

Este plano será avaliado e aperfeiçoado ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito da Assistência Social nas três esferas de governo, com a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que for preconizado pela Política de Assistência Social.

Os indicadores de avaliação estão expressos juntamente com a apresentação das diretrizes, ações, estratégias e metas. A avaliação se constitui em processo de análise do alcance das metas propostas no Plano Municipal de Assistência Social frente aos objetivos definidos.

Esse processo deve se dar periodicamente, com base nos dados obtidos no monitoramento sistemático que gerará relatórios e orientações técnicas das metas acompanhadas, constituindo-se em elemento fundamental para instrumentalizar as decisões do gestor quanto às intervenções e medidas necessárias.

## 7. Referências Bibliográficas e Documentais

ATLAS do Desenvolvimento Humano 2010. Brasília, Programa para o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas – PNUD, 2014.

ATLAS da exclusão/inclusão social no interior paulista 2000-2010. Presidente Prudente, CEMESPP/UNESP, 2014. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-deestudo-epesquisa/cemespp/producao-cientifica/relatorios/>

CENSO Demográfico 2010. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

GENOVEZ, P. C. Território e desigualdade: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos / P. C. Genovez. - São José dos Campos: INPE, 2002. 222p. – (INPE-12177-TDI/973).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: novembro de 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. – Brasília: 2009a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: 2009b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e

Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias – Volume 2. Brasília: 2012.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social –

NOB/SUAS. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS/CNAS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, MDS/SNAS, 2013a.

BRASIL, Capacita SUAS Caderno 3. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013b.

BRASIL, Capacita SUAS Caderno 1. Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Capacita SUAS Caderno 2. Proteção de Assistência Social: segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade. Brasília:2013a.

BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013b, 57p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília: 2013c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Censo SUAS 2014. Acessível em:  
[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao\\_eletronica/muse/Censo2014](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/Censo2014)

PREFEITURA Municipal de São José dos Campos. Plano Municipal de Assistência Social 07/09. Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos, 2007.

Plano Decenal de Assistência Social 2005 a 2015

Plano Decenal de Assistência Social 2016 a 2026

X Conferência Municipal de Assistência Social “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”

Portaria nº 01 de 09/02/2015 – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Plano Plurianual de São José dos Campos 2010-2013

Plano Plurianual de São José dos Campos 2014-2017

Plano Municipal da Saúde 2014-2017

Cartografia – MPO/SEPURB/PQA –ABC – PNUD – URFJ/COPPE

Lei nº 11.262 de 08/11/2002 – APA Estadual – Proteção Ambiental

DATASUS – 2013

DADOS INEP 2014

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE (SIM) até 2014

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/TEM

Relatório Anual de Informações Sociais / TEM

**Anexos****Orçamento 2017.****Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**

Exercício de 2017

Fonte: 001 TESOURO

**Aplicação 510000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - GERAL**

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
362-50.10.3.3.90.39.08.244.0036.2.188.01.510000	GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA	2.535.000,00
363-50.10.3.3.90.30.08.244.0036.2.188.01.510000	GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA	31.000,00
364-50.10.3.3.90.36.08.244.0036.2.188.01.510000	GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA	558.000,00
366-50.10.3.1.90.11.08.244.0036.2.188.01.510000	GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA	11.286.000,00
367-50.10.3.1.90.16.08.244.0036.2.188.01.510000	GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA	269.000,00
370-50.10.3.3.90.39.08.244.0036.2.010.01.510000	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	801.000,00
385-50.10.3.3.90.14.08.244.0036.2.003.01.510000	ADIANTAMENTOS	2.000,00
386-50.10.3.3.90.30.08.244.0036.2.003.01.510000	ADIANTAMENTOS	49.000,00
397-50.10.3.3.90.39.08.244.0036.2.003.01.510000	ADIANTAMENTOS	11.000,00
435-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.192.01.510000	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	10.664.000,00
553-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.191.01.510000	FORTELECIMENTO COMUNITÁRIO	1.005.000,00
558-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.191.01.510000	FORTELECIMENTO COMUNITÁRIO	10.000,00
Total da Aplicação		27.221.000,00

**Aplicação 500084 SDS - REN DA MÍNIMA**

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
571-50.10.3.3.90.48.08.244.0036.2.189.01.500084	TRANSFERÊNCIA DE BENEFÍCIOS E RENDAS	2.438.000,00
Total da Aplicação		2.438.000,00

**Aplicação 500085 SDS - MO RADORES DE ÁREA DE RISCO**

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
577-50.10.3.3.90.48.08.244.0036.2.189.01.500085	TRANSFERÊNCIA DE BENEFÍCIOS E RENDAS	895.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Total da Aplicação 895.000,00

## Aplicação 500086 SDS - MO RADORES DO PINHEIRINHO

Ficha - Classificação Descrição da Ação Orçado

601-50.10.3.3.90.48.08.244.0036.2.189.01.500086 TRANSFERÊNCIA DE BENEFÍCIOS E RENDAS 1.460.000,00

Total da Aplicação 1.460.000,00

## Aplicação 510000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - GERAL

Ficha - Classificação Descrição da Ação Orçado

635-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.192.01.510000 ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS 353.000,00

673-50.10.3.3.90.36.08.244.0036.2.064.01.510000 APOIO A ORGÃOS DE DEFESA E CONTROLE SOCIAL 891.000,00

693-50.10.3.3.90.39.08.244.0036.2.064.01.510000 APOIO A ORGÃOS DE DEFESA E CONTROLE SOCIAL 26.000,00

698-50.10.3.3.90.32.08.244.0036.2.190.01.510000 PROGRAMA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - PIQ 1.706.000,00

702-50.10.4.4.90.52.08.244.0036.2.064.01.510000 APOIO A ORGÃOS DE DEFESA E CONTROLE SOCIAL 11.000,00

## Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

### Exercício de 2017

709-50.10.3.3.90.39.08.244.0036.2.190.01.510000 PROGRAMA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - PIQ 46.000,00

716-50.10.3.3.90.48.08.244.0036.2.190.01.510000 PROGRAMA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - PIQ 10.779.000,00

726-50.10.3.3.90.32.08.244.0036.2.189.01.510000 TRANSFERÊNCIA DE BENEFÍCIOS E RENDAS 345.000,00

1278-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.191.01.510000 FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO 19.079.000,00

1279-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.192.01.510000 ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS 8.000,00

1405-50.20.3.3.90.32.08.244.0036.2.199.01.510000 ADIANTAMENTOS - FMAS 79.000,00

1408-50.20.3.3.90.36.08.244.0036.2.191.01.510000 FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO 47.000,00

1444-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.193.01.510000 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.000,00

1447-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.194.01.510000 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE 1.000,00

1484-50.10.3.3.91.37.08.244.0036.2.188.01.510000 GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA 7.659.000,00

1575-50.10.4.4.90.93.08.244.0036.2.188.01.510000 GESTÃO ADMINISTRATIVA E VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA 13.000,00

Total da Aplicação 41.045.000,00

Total da Fonte: 73.059.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Exercício de 2017

Fonte: 002 TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS - VINCULADOS

Aplicação 500041 FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
448-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.191.02.500041	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	20.000,00
459-50.20.3.3.90.36.08.244.0036.2.191.02.500041	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	10.000,00
477-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.191.02.500041	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	61.000,00
500-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.191.02.500041	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	387.000,00
1281-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.192.02.500041	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	70.000,00
1283-50.20.3.3.90.36.08.244.0036.2.192.02.500041	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	125.000,00
1285-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.192.02.500041	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	278.000,00
1287-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.192.02.500041	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	668.000,00
1401-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.199.02.500041	ADIANTAMENTOS - FMAS	50.000,00
1404-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.199.02.500041	ADIANTAMENTOS - FMAS	30.000,00
1446-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.194.02.500041	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE	1.000,00
1449-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.194.02.500041	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE	1.000,00
Total da Aplicação		1.701.000,00
Total da Fonte:		1.701.000,00

Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Exercício de 2017

Fonte: 003 RECURSOS PROPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA - VINCULADOS

Aplicação 500015 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
440-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.191.03.500015	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	2.000,00
Total da Aplicação		2.000,00
Total da Fonte:		2.000,00

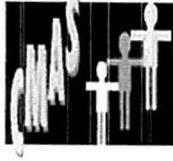
## Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

Exercício de 2017

Fonte: 005 TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Aplicação 500042 FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha - Classificação	Descrição da Ação	Orçado
442-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	1.000.000,00
450-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	150.000,00
471-50.20.3.3.90.36.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	100.000,00
1170-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	2.374.000,00
1280-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.192.05.500042	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	402.000,00
1282-50.20.3.3.90.36.08.244.0036.2.192.05.500042	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	200.000,00
1284-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.192.05.500042	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	2.160.000,00
1286-50.20.3.3.50.43.08.244.0036.2.192.05.500042	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	689.000,00
1400-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.199.05.500042	ADIANTAMENTOS - FMAS	100.000,00
1403-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.199.05.500042	ADIANTAMENTOS - FMAS	100.000,00
1407-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.010.05.500042	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	56.000,00
1410-50.20.4.4.90.52.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	302.000,00
1411-50.20.4.4.90.51.08.244.0036.2.191.05.500042	FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO	500.000,00
1412-50.20.4.4.90.51.08.244.0036.2.192.05.500042	ACOLHER PROTEÇÃO ESPECIAL E ABRIGOS	500.000,00
1445-50.20.3.3.90.30.08.244.0036.2.194.05.500042	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE	20.000,00
1448-50.20.3.3.90.39.08.244.0036.2.194.05.500042	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE	20.000,00
	Total da Aplicação	8.673.000,00
	Total da Fonte:	8.673.000,00
	Total Geral:	83.435.000,00



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 4.892/96, consolidada pela Lei Municipal nº 6.428/03 e alterada pelas Leis Municipais nº 7.348/07 e nº 8.037/10  
Rua Henrique Dias, nº 363 – Monte Castelo – CEP 12.242-340 – São José dos Campos – SP  
Tel. (12) 3522-5753 – [cmaz@sjc.sp.gov.br](mailto:cmaz@sjc.sp.gov.br)

### RESOLUÇÃO Nº 20/2017, DE 21 AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal da Assistência Social – PMAS 2016-2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em Reunião Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2017, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal 4892/96, consolidada pela Lei Municipal nº 6428 de 20 de novembro de 2003, alterada pelas Leis Municipais nº 7348/07 e nº 8.037/10.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal da Assistência Social – PMAS, ampliando sua vigência para o ano de 2018.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Quitéria de Freitas  
Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

## Deliberações Aprovadas Pela Conferência

### Eixo 1

	<b>Prioridades para o município</b>
1	Implantar equipes volantes de CRAS nas regiões rurais (Leste e Norte) e garantir orientação aos usuários dos direitos socioassistenciais
2	Garantir a Política de Acesso ao Mundo do Trabalho nos serviços de Assistência Social

### Eixo 2

	<b>Prioridades para o município</b>
1	Criar fóruns regionais vinculados as CRAS , visando a discussão da Pol. De AS e favorecendo a participação do usuário;
2	Incentivar nos territórios a organização dos usuários na perspectiva de fortalecer e qualificar a participação da pop local, através dos conselhos gestores (CRAS, CREAS e Centro pop)

### Eixo 3

	Prioridades para o município
1	Priorizar no orçamento municipal financiamento de serviços de média e alta complexidade para atendimento a pessoa idosa e PCD;
2	Ampliação de CRAS e CREAS através da contratação da equipe técnica concursada respeitando o diagnóstico social assistencial e territorial

### Eixo 4

	Prioridades para o município
1	Avaliar a legislação de benefícios eventuais do município.
4	Capacitar a equipe técnica referente ao pacto de aprimoramento do SUAS

### ESTADUAL

1. Efetivar a Política de Educação Permanente para os municípios para os trabalhadores do Suas para rede pública e rede parceira; (42)
2. Aumentar o percentual de repasse de recurso estadual para os municípios desenvolverem a Política da Assistência Social; (43)

## União (TODAS)

1. Assegurar a vinculação do BPC ao salário mínimo, conforme previsto na Constituição Federal, manter a idade mínima de 65 anos para o acesso do idoso e critério de percapita de acesso de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo;
2. Capacitação ampliada para formação de futuros conselheiros;
3. Garantir a cronologia de repasses financeiros federais, para efetivar as políticas de assistência social e investimentos necessários;
4. Ampliação do valor da renda percapita para inserção nos programas e benefícios, e ainda considerar as despesas na avaliação social

## Ata da Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social



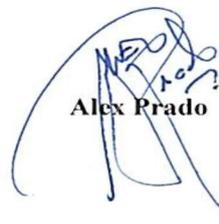
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
Lei Municipal nº4 892/96, consolidada pela Lei Municipal nº6 428/03 e alterada pelas Leis Municipais nº7.348/07 e nº8 037/10  
Rua Henrique Dias, nº563 – Monte Castelo – CEP 12 242-840 – São José dos Campos – SP  
Tel. (12) 3922-5753 – cmass@sjc.sp.gov.br

1 ATA nº. 08 (oito) da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada no dia  
2 31 de maio de 2017, nas dependências da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, com início as 14h40. O  
3 presidente fez a verificação da presença dos membros conselheiros que assinaram a lista de presença e  
4 constatou que atingiu o quórum mínimo de membros, assim deu início à reunião plenária. Informou a **Pauta**  
5 **1** Inclusão de pauta, posse da nova conselheira O presidente apresentou e deu posse a Sra. Cláudia Rodrigues  
6 de Souza, como suplente e representante da FUNDHAS. **Pauta 2** - aprovação do Plano Municipal da  
7 Assistência Social – PMAS. Deu início o presidente solicita do profissional da Secretaria de Apoio Social ao  
8 Cidadão que fizesse uma apresentação geral do PMAS. Sra. Margarida fez uma explanação de como foi  
9 elaborado este PMAS, bem como a composição da equipe colaboradora. Passando por vários pontos do  
10 PMAS foi explicado como chegou à definição final. Após a explanação foi aberta a palavra aos presentes.  
11 Quitéria sugere que o pleno ao aprovar este Plano seja efetivado uma resolução e incluir nesta que as metas  
12 não alcançadas sejam repactuadas no plano decenal. A conselheira Fatima sugere que este plano tenha um  
13 prazo maior da sua vigência, para 2018, e a posterior elaborar o plano municipal decenal. O Ouvinte José  
14 Eduardo fez apontamentos em relação a algumas questões no texto e se comprometeu em enviar estes  
15 apontamentos se assim o pleno desejar. Margarida ponderou que existia uma produção anterior e tudo que  
16 foi localizado foi utilizado. Maria José explica como aconteceu o processo de preparação da X conferencia  
17 com oficinas de mapa falado que resultou no material das proteções e desproteções apresentadas neste plano,  
18 esclarece que processo de elaboração do diagnóstico socioterritorial contou com 10 oficinas realizadas pela  
19 assessoria técnica, e todo este material está contemplado no plano. Presidente retoma a palavra e coloca em  
20 regime de aprovação a proposta de ampliar o prazo da vigência do PMAS para 2018, porém antes foi  
21 ressaltado que há algumas correções de redação e texto, sem alterar o conteúdo dos dados apresentados.  
22 Fatima aponta que faltou destacar a participação efetiva da Sociedade civil e usuários no processo de  
23 elaboração dos dados e diagnósticos que precederam este plano. Presidente reforça esta participação. Marcia  
24 pondera que o texto não deixa clara a temporalidade, faz menção ao tempo presente e a elaboração dos  
25 documentos foi em tempo passado, assim sugere que o CMAS elabore um texto de apresentação ao plano  
26 esclarecendo esta questão. Desta forma foi decidido que na reunião de hoje seja aprovado o PMAS e suas  
27 correções ortográficas e o CMAS elaborará um texto de apresentação para aprovação em próxima reunião do  
28 pleno. Depois de feito as considerações foram colocadas em votação o Plano e sua vigência, foi aprovado  
29 por unanimidade o PMAS 2016 – 2018. Aprovado a inclusão do texto de apresentação no plano que será  
30 elaborado pelas conselheiras Marcia, Maria José e Ivone e que será apresentado para apreciação do pleno na  
31 próxima reunião do CMAS. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e eu Luigi Bertoncini  
32 secretario executivo lavrei a presente ata foi lida e aprovada por unanimidade. São José dos Campos, 31 de  
33 maio de 2017.

34  
35  
36



**Luigi Bertoncini**



**Alex Prado**

